



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

MANOEL LUÍS BARROS DE ANDRADE

**ANTÔNIO SILVINO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA: PASSAGENS
DE UM ANTI-HERÓI PELO CARIRI PARAIBANO (1898-1914)**

SUMÉ – PB

2018

MANOEL LUÍS BARROS DE ANDRADE

**ANTÔNIO SILVINO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA: PASSAGENS
DE UM ANTI-HERÓI PELO CARIRI PARAIBANO (1898-1914)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé – CDSA.

Linha de pesquisa: Educação do Campo, Estado e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto

SUMÉ – PB

2018

A553a Andrade, Manuel Luís Barros de.
Antônio Silvino e a resistência camponesa: passagens de um anti-herói no Cariri Paraibano (1898-1914). / Manuel Luís Barros de Andrade. Sumé - PB: [s.n], 2018.

132 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

1. Cangaço na Paraíba. 2. Cangaço no Cariri Paraibano. 3. Antônio Silvino. 4. Resistência Camponesa. 5. História da Paraíba. 6. História do Cariri Paraibano I. Título.

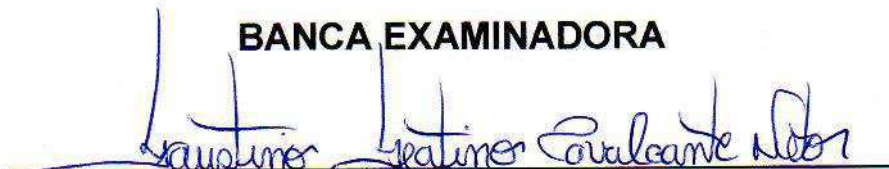
CDU: 94(813.3)(043.1)

MANOEL LUÍS BARROS DE ANDRADE

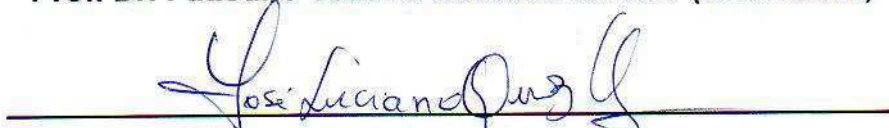
**ANTÔNIO SILVINO E A RESISTÊNCIA CAMPONESA: PASSAGENS
DE UM ANTI-HERÓI PELO CARIRI PARAIBANO (1898-1914)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, na área de Ciências Humanas e Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sumé – CDSA.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (Orientador)



Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires



Prof. Dr. Fabiano Custódio de Oliveira

Data de aprovação: 09 de agosto de 2018

SUMÉ – PB

2018

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus que me proporcionou esse momento tão emocionante em minha vida; aos meus pais, Luís Amaro de Andrade e Ursulina Barros de Andrade; a memória dos meus avós já falecidos, José Cosme Antonino e Maria da Conceição Antonino; a toda família Barros; e, enfim, a todos que me ajudaram nessa caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus por me proporcionar esse momento tão emocionante em minha vida.

Gostaria de agradecer aos meus pais, o Senhor Luís Amaro de Andrade e a Senhora Ursulina Barros de Andrade, aos meus avós, o Senhor José Cosme Antonino e a Senhora Maria da Conceição Antonino, e a toda família Barros nas pessoas dos tios Sebastião Barros, Dudu Barros, José Barros, bem como na pessoa do vaqueiro João da Fazenda São Sebastião, no Sítio Cachoeira de Pedra D'água em Massaranduba-PB.

Gostaria de agradecer aos filhos do tio Sebastião, nas pessoas de Luís Barros, Eulir Nogueira, Sônia, Ziza e suas filhas Sâmara, Patrícia e Mônica e em memória de Agostinho Barros, enfim a toda família Barros.

Gostaria de agradecer aos meus colegas do curso de Licenciatura em Educação do Campo, ao meu Orientador Faustino Teatino Neto e aos professores: Socorro Silva, Sônia Lira, Wallace Ferreira, Gedeon, Marcus Bessa, Irelânio, Vilma, Isaac Alexandre, Alba Cleide, Conceição Miranda, Idelsuite, Felipe Gervásio, Denise Coutinho, Denise Xavier, Fabiano Custódio, Carolina Medeiros, Carolina Sá, Emilson, Quézia Flor, Luciano Queiroz, Valdonilson, Walberto, Kátia e Shirley.

Gostaria de agradecer ao professor José de Sousa Pequeno Filho por ter me repassado os processos crimes digitalizados sobre Antônio Silvino que me foram importantes para a minha pesquisa.

Gostaria também de agradecer ao pessoal que faz a segurança da Universidade Federal de Campina Grande-Campus Sumé, nas pessoas de Vagner, Nenê, Ponga, Enoflavio, João, Marcos, Kleitinho e Berguinho.

Gostaria de agradecer também a todo pessoal da Lanchonete da Vânia Salgados, nas pessoas de Vânia, João Vitor, Fabiano, esposo de Vânia, Déa, Renan e a todos os demais funcionários da Lanchonete da Vânia.

Gostaria de agradecer aos colegas dos demais cursos: Agroecologia, Gestão Pública, Ciências Sociais e Engenharia de Produção. Aos amigos da Empresa Zelo, nas pessoas dos porteiros, João Batista, Alisson, Novinha, Cristiano, Núbia, Samuel, Mel e Márcia. Também aos amigos do Projeto PET.

Gostaria de agradecer também aos amigos Walber, Levi, Júlio, Diego, Vinícius, conhecido por Tarzan, Antônio Mamede, Marcelo e os dois galegos da Agroecologia. Enfim, a todos que me ajudaram nessa minha caminhada acadêmica.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho problematiza as relações de poder estabelecidas por Manoel Baptista de Moraes, vulgo Antônio Silvino, e seu grupo no Cariri paraibano. Especificamente essa pesquisa buscou: primeiro, estudar a política paraibana do início da Primeira República para situarmos como as oligarquias que se fizeram representar no cenário estadual davam sustentação ao sistema agrário com base no latifúndio e na exploração dos trabalhadores camponeses para, assim, situarmos alguns autores que discutem o fenômeno do cangaço como parte desse processo histórico; segundo, analisar Silvino procurando perceber os registros que tratam da sua emergência enquanto um sujeito que se revoltou com a condição social que lhe foi imposta e buscando identificar as suas relações políticas estabelecidas em meio às elites agrárias dos sertões nordestinos; e, por fim, perceber as passagens desse cangaceiro pelo Cariri paraibano destacando os seus principais feitos e conflitos políticos. Buscamos aporte teórico na História Social centrada no materialismo histórico a partir dos autores E. P Thompson e James C. Scott que nos trouxeram importantes lições para estudarmos o universo das resistências camponesas. A coleta de dados foi feita através de consulta a uma bibliografia geral, assim como por meio de diversas fontes diretas: Literatura de cordel, literatura regionalista, processos criminais, jornais, imagens fotográficas, depoimentos e biografias. Os estudos realizados permitiram compreender as várias tensões e conflitos que se deram entre Antônio Silvino e autoridades ou populares do Cariri paraibano como parte de uma complexa rede de relações de poder que garantiu um processo de resistência naquele mundo camponês onde as elites agrárias e políticas procuravam a todo custo se fazerem hegemônicas.

Palavras chave: Antônio Silvino. Cangaço. Cariri Paraibano.

ABSTRACT

This work problematizes the relations of power established by Manoel Baptista de Moraes, commonly known as Antônio Silvino, and his group in Cariri, Paraíba. Specifically, this research aimed to: first, study the politics of the beginning of the First Republic of Para, to situate how the oligarchies that were represented in the state scenario gave support to the agrarian system based on the latifundio and the exploitation of the peasantry workers, so we located some authors which discuss the cangaço phenomenon as part of this historical process; second, to analyze Silvino trying to perceive the records that deal with his emergence as a subject who revolted with the social condition imposed on him and seeking to identify his political relations established among the agrarian elites of the Northeastern sertões; and, finally, to perceive the passages of this cangaceiro by Cariri paraibano highlighting its main political feats and conflicts. We seek a theoretical contribution in Social History centered on historical materialism from the authors E. P Thompson and James C. Scott that have brought us important lessons to study the universe of peasant resistance. Data collection was done through consultation with a general bibliography, as well as through several direct sources: string literature, regional literature, criminal cases, newspapers, photographic images, testimonies and biographies. The studies made it possible to understand the various tensions and conflicts between Antônio Silvino and the authorities or people of the Cariri Paraíba as part of a complex network of power relations that guaranteed a process of resistance in that peasant world where agrarian and political elites sought all costs become hegemonic.

Keywords: Antônio Silvino. Cangaço. Cariri Paraibano.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 -	ANTÔNIO SILVINO REPRESENTADO ANTES DE SEU INGRESSO NO CANGAÇO.....	30
IMAGEM 02 -	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA EM PERNAMBUCO.....	31
IMAGEM 03 -	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA NA PARAÍBA.....	38
IMAGEM 04 -	ANTÔNIO SILVINO E SEU GRUPO.....	40
IMAGEM 05 -	ANTÔNIO SILVINO NA OCASIÃO DE SUA PRISÃO EM 1914.....	41
IMAGEM 06 -	MESORREGIÕES DA PARAÍBA.....	54
IMAGEM 07 -	TERRITÓRIO PARAIBANO ONDE OCORRERAM AS PRIMEIRAS AÇÕES DE SILVINO E SEU GRUPO.....	57
IMAGEM 08 -	MICRORREGIÕES DO CARIRI PARAIBANO.....	59
IMAGEM 09 -	DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA EM 1920.....	59
IMAGEM 10 -	JOVINO LIMEIRA DINOÁ.....	64
IMAGEM 11 -	CHARGE DO JORNAL <i>O MALHO</i>	72
IMAGEM 12 -	AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA.....	78
IMAGEM 13 -	LOCAL ONDE OCORREU A SURRA DADA POR ANTÔNIO SILVINO EM VICENTE MAGRO E QUE OCASIONOU O SEU FALECIMENTO EM 1912.....	87
IMAGEM 14 -	LAGOA DE PEDRA – ATUAL MUNICÍPIO DE GURJÃO.....	97

LISTA DE IMAGENS – CONTINUAÇÃO

IMAGEM 15 -	RAULINO MEDEIROS MARACAJÁ.....	99
IMAGEM 16 -	SULPÍCIO VILLAR.....	111
IMAGEM 17 -	JOCELINO VILLAR.....	111
IMAGEM 18 -	ANTÃO GODÊ, AO CENTRO DA FOTO, ACOMPANHADO POR DOIS CANGACEIROS DE SEU GRUPO.....	113

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 -	MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DA PARAÍBA ONDE ATUARAM ANTÔNIO SILVINO E SEU GRUPO.....	55
QUADRO 02 -	PERFIL DAS TESTEMUNHAS DO INQUÉRITO DE PHILOMENO DE FARIA MACIEL.....	93
QUADRO 03 -	NOMES E APELIDOS DOS CANGACEIROS DO CONFRONTO DE LAGOA DE PEDRA.....	99
QUADRO 04 -	PERFIL DOS POLICIAIS DO CONFRONTO DE LAGOA DE PEDRA.....	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A PRIMEIRA REPÚBLICA NA PARAÍBA: OLIGARQUIAS, LATIFÚNDIO E CANGAÇO.....	20
2.1	OLIGARQUIAS VENANCISTA E ALVARISTA: ELITES AGRÁRIAS E POLÍTICAS E A “INDÚSTRIA DA SECA”.....	20
2.2	RESISTÊNCIAS CAMPONESAS: UM OLHAR SOBRE O CANGAÇO... ..	26
3	ANTÔNIO SILVINO: O MUNDO DO CANGAÇO E SEUS PERCURSOS.....	30
3.1	TRAÇOS BIOGRÁFICOS: DE MANOEL BAPTISTA A ANTÔNIO SILVINO.....	30
3.2	“O GOVERNADOR DOS SERTÕES”: ANTÔNIO SILVINO E A POLÍTICA.....	44
4	ANTÔNIO SILVINO E SUAS PASSAGENS PELO CARIRI PARAIBANO.....	54
4.1	NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS: ASSALTOS AOS CORREIOS E À MESA DE RENDAS.....	62
4.2	NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO: ALIANÇA COM AS ELITES DE OPOSIÇÃO NA CAMPANHA ELEITORAL DE 1912.....	76
4.3	NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: ROUBOS, SURRAS, ASSASSINATOS E CONFRONTOS.....	83
4.4	NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ: RELAÇÕES COM COITEIROS.....	111
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	128

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema *Antônio Silvino e a resistência camponesa: passagens de um anti-herói pelo Cariri Paraibano (1898-1914)* e objetivou procurar entender as relações de poder estabelecidas por Manoel Baptista de Moraes, vulgo Antônio Silvino, e seu grupo no Cariri paraibano. Especificamente essa pesquisa buscou: primeiro, estudar a política paraibana do início da Primeira República para situarmos como as oligarquias que se fizeram representar no cenário estadual davam sustentação ao sistema agrário com base no latifúndio e na exploração dos trabalhadores camponeses para, assim, situamos alguns autores que discutem o fenômeno do cangaço como parte desse processo histórico; segundo, analisar Silvino procurando perceber os registros que tratam da sua emergência enquanto um sujeito que se revoltou com a condição social que lhe foi imposta e buscando identificar as suas relações políticas estabelecidas em meio às elites agrárias dos sertões nordestinos; e, por fim, perceber as passagens desse cangaceiro pelo Cariri paraibano destacando os seus principais feitos e conflitos políticos.

O fenômeno conhecido sob o termo polissêmico de "cangaço" permaneceu vivo durante mais de um século no sertão nordestino. Mas foi, sobretudo, entre os anos de 1877 e 1938, que alguns dos mais notórios cangaceiros escreveram na memória de uma população assustada e maravilhada os seus feitos com armas. Segundo Albuquerque Junior (2011), em sua obra *A invenção do Nordeste*, o cangaço teria marcado o nordestino com o valor da macheza, violência e valentia. Foi uma modalidade peculiar de banditismo social atuante na região do nordeste brasileiro principalmente entre o século XIX e meados do século XX. Para Pericás (2010), é nesta conjuntura que o cangaço deixa de ser endêmico e torna-se epidêmico. Não atoa, é o espaço de tempo onde vão atuar os mais importantes líderes do "cangaço independente" como Antônio Silvino, Sinhô Pereira, Ângelo Roque, Jararaca, Lampião e Corisco. De um modo geral, esse fenômeno é apresentado pelas elites (por meios dos jornais) com praticado por bandidos e pelos poetas populares (por meio da literatura de cordel), como praticado por anti-heróis¹

¹ Termo que designa o protagonista que não possui as virtudes tradicionalmente atribuídas aos heróis. Em alguns casos, os anti-heróis são tão ou mesmo mais populares que os heróis. Anti-heróis são personagens não inerentemente maus que, às vezes, praticam atos moralmente questionáveis. Contudo, algumas vezes é difícil traçar a linha que separa o anti-herói do vilão. No entanto, note-se que o anti-herói, diferente do vilão, sempre obtém aprovação, seja através de seu carisma, seja por

que agiam daquele modo enquanto resistência ao poder massacrante dos coronéis latifundiários que buscavam controlar a terra, a água e tudo mais que tivesse ao seu alcance.

Assim, procuraremos entender como ocorreram as passagens de Antônio Silvino e seu grupo pelo Cariri paraibano, entre os anos de 1898 e 1914. Para tanto, ao buscar entender essas passagens, é preciso entender como eram as relações de poder estabelecidas por esses cangaceiros e os sujeitos com quem eles mantinham contatos diretos (fazendeiros, padres, camponeses, etc.).

A presente pesquisa se justifica, primeiro, porque trata de um tema o qual sempre me despertou enorme interesse, uma vez que, durante minha infância e juventude, sempre ouvia falar do cangaço, ora como tendo sido algo positivo, ora como tendo sido algo negativo, o que terminou por deixar com muitas perguntas a esse respeito. Segundo, porque são muitos os relatos orais de memória de pessoas idosas que dão conta da presença do cangaço no Cariri paraibano, mas não há nenhum trabalho acadêmico que tenha tratado especificamente desse tema nessa microrregião da Paraíba. Terceiro, porque pretende de contribuir para a historiografia, uma vez que o tema tem uma relevância científica e social.

Os dados encontrados serão analisados a partir das lições teórico-metodológicas embasada da História Social, todavia, sem desprestigiar a dimensão cultural que se faz presente nas questões sociais. A História Social é aquela centrada no materialismo histórico que se preocupa em evidenciar a vida e os costumes de pessoas simples, suas relações de poderes e suas lutas cotidianas pela sobrevivência em meio aos seus contrários; é uma história que tem a ver com os conflitos, com os processos de mudanças e de transformações do ser humano em seu contexto social e cultural.

Para tanto, uma leitura que nos ajudou a pensar o nosso objeto de estudo foi a do historiador inglês E. P. Thompson que se dedicou a fazer uma “história dos de baixo”. Em sua obra *A formação da classe operária inglesa* (1987) identificou que o sentimento de “classe” aparece a partir de um acúmulo de experiências entre as pessoas que fazem parte do mesmo grupo social, quando os mesmos de forma consciente buscam interesses em comum. Logo, “a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em

meio de seus objetivos muitas vezes justos ou ao menos compreensíveis, o que jamais os torna lícitos.

tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais” (THOMPSON, 1987, p. 10). Ou seja, ao analisarmos um determinado processo histórico, não devemos desvincular de sua formação social a dimensão cultural. Na sua obra *Costumes em comum* (2008), especialmente no capítulo *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*, esse autor observa que os usos e costumes tradicionais dos populares ingleses daquele século eram prioritários nos momentos de resistências quando de seus conflitos com os capitalistas que insistiam em aumentarem os preços da farinha de trigo ou do pão, sem que houvesse reajustes salariais.

Thompson (2008, p. 152) afirma que “é possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora”, ou seja, ele diz que os populares ingleses acreditavam estar defendendo seus direitos e seus costumes, fato que era apoiado pela comunidade geral. A partir dessas leituras, buscamos refletir o nosso objeto de estudo, uma vez que pensamos as tensões e conflitos que se deram entre Antônio Silvino e autoridades ou populares foram ocasionados em vista de certa moral e honra presentes nas práticas socioculturais das comunidades do Cariri paraibano. Também identificamos que alguns atos de Silvino, por mais violentos que fossem, eram apoiados por parte da população (laços de solidariedade).

Nessa mesma perspectiva, os pensamentos do cientista político James C. Scott nos foram importantes para pensarmos as resistências empregadas por cangaceiros e também camponeses do nordeste do Brasil, em específico no Cariri paraibano, frente às precárias condições sociais decorrentes das opressões impostas pelos latifundiários. Scott observou as formas de resistência cotidiana dos camponeses da aldeia de Sedaka (Malásia) e percebeu que elas eram diferentes dos conflitos rurais contemplados pela história, pois essas formas de resistência não se davam pelo confronto direto entre as classes (revoltas, motins ou violência declarada na forma de banditismo social). “A resistência que descobrimos não está relacionada com movimentos políticos amplos, ideologias, ou nenhuma estrutura revolucionária, embora, sem dúvida, lutas similares tenham ocorrido em quase todas as aldeias da região” (SCOTT, 2002, p. 24). O que não quer dizer que em Sedaka a resistência coletiva não existisse, pois ela se dava de forma cautelosa e anônima, de modo que os reduzidos grupos de camponeses atacavam as propriedades durante a noite, agindo com surpresa, em segredo, aproveitando-se oportunamente dos descuidos dos proprietários (IDEM). As formas de resistência camponesas se davam de modo simplificado, mas eram constantes sempre que eles se sentiam ameaçados

ou oprimidos pelos grupos dominantes. As resistências ocorriam individual e coletivamente e os meios mais utilizados variavam: fazer saques e incêndios; fazer “corpo mole”; ser falsamente submisso; agir com dissimulação; se passar por ignorante; fazer uso da fofoca e da sabotagem, entre outras (IDEM, p. 11). São maneiras de luta que exigem pouco planejamento, mas que representam uma forma de autoajuda individual e que evitam embates diretos com os grupos de saber e poder.

As relações de sociabilidade entre os vários populares (e também alguns fazendeiros) do Cariri paraibano e o grupo liderado por Antônio Silvino, que veremos no decorrer do texto, são exemplos das resistências passivas ou individuais, uma vez que esses sujeitos se preservam no anonimato, na qualidade de coiteiros² dos cangaceiros, dando-lhes comida, bebida, roupas, armas, munições, dinheiro e proteção contra as forças policiais e por extensão contra o Estado.

Para adquirir maior conhecimento com relação ao tema abordado foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de maneira a compreender o que seria utilizado como base para a aquisição de dados na realização do trabalho. A visão deturpada sobre o modo de vida desses sujeitos que viviam do cangaço aparece na visão das elites da época, por isso se fez necessário a construção desse trabalho buscando as diversas fontes, tais como: Literatura de cordel³., literatura regionalista, processos criminais, jornais, imagens fotográficas, depoimentos e biografias para entender como as elites da época tratavam os camponeses que resistiam por meio do banditismo. Vale destacar o cuidado metodológico que o pesquisador deve ter ao tratar com cada uma dessas fontes, pois são produções datadas e que precisam ser vistas sempre como produções de sujeitos em um tempo marcado por interesses subjetivos específicos.

Sobre os jornais é importante destacar o papel desempenhado pelos jornais, uma vez que são, sabidamente, uma das fontes mais ricas para se compreender as interpretações e visões da elite letrada de então que falavam em nome das elites agrárias e políticas, através de reportagens, crônicas, editoriais, etc. Assim, cabe ao

² Indivíduo que dá asilo, que favorece e protege os considerados pelo Estado como malfeitores.

³ A literatura de cordel, também conhecida no Brasil como folheto, é um gênero literário popular escrito frequentemente na forma rimada, originado em relatos orais e depois impresso em folhetos. Remonta ao século XVI, quando o Renascimento popularizou a impressão de relatos orais na Europa, e mantém-se uma forma literária popular no Brasil. O nome tem origem na forma como tradicionalmente os folhetos eram expostos em feiras livres para venda, pendurados em cordas, cordéis ou barbantes.

pesquisador que for utilizar os jornais como fontes de pesquisas, em primeiro lugar, procurar saber quais influências sofriam tais órgãos de informação, observando as fontes de informação de uma dada publicação; sua tiragem; área de difusão; relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros.

Sobre a literatura de cordel é importante destacar alguns aspectos considerados importantes para quem pretende enveredar pela pesquisa dos sujeitos do campo marginalizados no Brasil. Segundo Pinheiro & Lúcio (2001), no final do século XIX e início do século XX, o cordel fazia parte da vida dos agricultores e dos pequenos comerciantes nas cidades. De acordo com esses autores, esse foi um período também marcado

(...) por mudanças que afetaram, sobretudo, os trabalhadores que viviam no campo em condições de dependência e favor. A crise que atravessava os vários setores da sociedade tornou visível a situação de exclusão das camadas mais pobres e livres que buscavam nas cidades novas possibilidades de subsistência (p.12).

Notamos que as questões socioeconômicas presentes na realidade rural do Nordeste brasileiro fez com que muitos camponeses migrassem para as cidades da região buscando melhores condições de vida. Uma vez ali estabelecidos, alguns camponeses que se destacavam como poetas passaram a imprimir em folhetos as suas lembranças dos “contos e histórias de príncipes e princesas, reinos distantes, homens valentes e mocinhas indefesas” (IDEM, p.12). Esses poetas populares passaram a registrar, portanto, os valores e costumes do grupo social ao qual pertencia, o que possibilitou aos mesmos tornarem legítimas as suas angústias e reivindicações por meio de uma linguagem que não estava sujeita em suas operações cotidianas ao domínio das elites agrárias e políticas, podendo, portanto, ser rebelde em defesa dos camponeses que viviam os problemas que lhes eram postos. Considerando essas peculiaridades, essa fonte nos permite pensar as diversidades das práticas culturais e os significados que o grupo social a que pertence esses poetas davam ao seu cotidiano.

Nesse sentido, a literatura de cordel no serve enquanto fonte fundamental para compreender outras visões do mundo camponês, visões essas narradas pela versão dos homens comuns e não dos intelectuais que representavam os interesses das elites agrárias e políticas. Logo, como defende Grillo (2003, p. 117), “o folheto de

cordel se transforma numa rica fonte de pesquisa para a história, para a sociologia, para a antropologia e para a literatura”.

Ademais, de acordo com a fonte jornalística, há indícios de que pelo menos um desses poetas populares, Leandro Gomes de Barros⁴, tenha conhecido Silvino, como vemos na matéria que segue:

Proezas do bandido Antônio Silvino – RECIFE, 1 – Entre outras muitas, contam-se as seguintes proezas do célebre facinora Antônio Silvino: O trovador popular Leandro Gomes de Barros encontrou um dia Silvino fardado com o uniforme de capitão da polícia, trazendo um chapéu de couro.

- Que levas aí? Perguntou-lhe Silvino.

Leandro, que levava um sortimento de folhetos, respondeu:

- São livrinhos narrando histórias em versos.

- Há alguma a respeito de Antônio Silvino?

Leandro afirmou-lhe que sim, oferecendo-lhe um folheto e convidando-o a ler algumas estrofes. Leu-as o trovador mesmo. Silvino gostou dos versos e pôs-se a rir do que acabava de ouvir a seu respeito. Depois pediu vinte exemplares.

- Quanto custam?

Como Leandro lhe respondesse que não custavam coisa alguma, Silvino insistiu com ele para que cobrasse os folhetos pedidos e acabou por lhe pagar espontaneamente 20\$000. (Jornal *O Estado de São Paulo*, 02 dez. 1914).⁵

Logo, a escrita desses poetas é uma rica fonte para narrarmos a vida de Manoel Baptista de Moraes, o futuro Antônio Silvino.

Nesta pesquisa será utilizado o pressuposto da pesquisa qualitativa que responde a questões muito particulares. Minayo (1994) se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela

⁴ Leandro Gomes de Barros nasceu em Pombal, em 19 de novembro de 1865, e faleceu em Recife, em 4 de março de 1918, é considerado como o primeiro escritor brasileiro de literatura de cordel, tendo escrito aproximadamente 240 obras. Depois de fundar uma pequena gráfica, em 1906, seus folhetos se espalharam pelo Nordeste, o que contribuiu para ser considerado o mais lido e maior poeta popular do Brasil de todos os tempos. Esse autor nos possibilitou, através de seus escritos, fazer uma análise mais aproximada do cotidiano de muitas pessoas que vivenciaram o cangaço no tempo de Antônio Silvino. Leandro foi um exímio narrador das ações de Antônio Silvino nos sertões, tendo realizado em torno de doze folhetos que versam sobre o cangaceiro. Cf. Oliveira, 2011, p. 32.

⁵ *O Estado de S. Paulo* é um jornal fundado com base nos ideais de um grupo de republicanos, em 04 de janeiro de 1875, na cidade de São Paulo. Nessa época, o jornal se chamava *A Província de São Paulo* e foi o pioneiro em venda avulsa no país. Antonio Corrêa Sobrinho, pesquisador do cangaço, diz: “Fui às páginas do jornal ‘O Estado de S. Paulo’ e trouxe para este espaço praticamente tudo o que este importante diário brasileiro trouxe a lume a respeito do famoso cangaceiro ANTONIO SILVINO. São informações publicadas na época de atuação deste cangaceiro, portanto, ainda livres do processo natural de mitificação e romantização desta extraordinária figura do velho banditismo nordestino. Com a licença do coordenador, postarei o pequeno trabalho, em partes, sob o título ANTONIO SILVINO NAS PÁGINAS DO ‘ESTADÃO’”. Disponível em <http://josemendespereirapotiquar.blogspot.com.br/>. Ao longo de nossa escrita, todas as citações do jornal *O Estado de S. Paulo* são creditadas ao citado pesquisador que as copiou nesse endereço eletrônico.

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Partindo das considerações postas, procurar dar sentido a nossa pesquisa intitulada *Antônio Silvino e a resistência camponesa: passagens de um anti-herói pelo Cariri Paraibano (1889-1914)*, estruturando-a em três capítulos.

No primeiro analisamos o contexto político da Paraíba republicana, entre 1889 e 1914, recorte temporal de nossa pesquisa, para situarmos como as oligarquias que se fizeram representar no cenário estadual davam sustentação ao sistema agrário com base no latifúndio e na exploração dos trabalhadores camponeses para, assim, situamos os alguns autores que discutem o fenômeno do cangaço como parte desse processo histórico.

No segundo capítulo estudamos Antônio Silvino sob dois aspectos: primeiro, procurando perceber os registros que tratam da sua emergência enquanto um sujeito que se revoltou com a condição social que lhe foi imposta; segundo, buscando identificar as relações políticas estabelecidas em meio às elites agrárias dos sertões nordestinos.

No terceiro e último capítulo investigamos as passagens de Antônio Silvino e seu grupo pelos quatro grandes municípios do Cariri paraibano (São João do Cariri, Cabaceiras, Monteiro e Taperoá), procurando entender as variadas relações de sociabilidades que eles firmaram naquele territórios com os mais variados sujeitos (fazendeiros, padres, camponeses pobres, etc.), no sentido de procurar entender como essas experiências podem ser entendidas enquanto formas de resistência camponesa de sujeitos marginalizados pela força do latifúndio e do Estado oligárquicos.

Essa pesquisa se enquadra na linha de pesquisa *Educação do Campo, Estado e Sociedade*, que se propõe a problematizar as lutas dos diversos atores sociais do campo e movimentos populares. Esperamos ter contribuído para com a produção de estudos sobre os povos campesinos do Cariri paraibano e desejamos que possam ter uma boa leitura.

2 A PRIMEIRA REPÚBLICA NA PARAÍBA: OLIGARQUIAS, LATIFÚNDIO E CANGAÇO

Nesse capítulo analisamos o contexto político da Paraíba republicana, entre 1889 e 1914, recorte temporal de nossa pesquisa, para situarmos como as oligarquias que se fizeram representar no cenário estadual davam sustentação ao sistema agrário com base no latifúndio e na exploração dos trabalhadores camponeses para, assim, situamos alguns autores que discutem o fenômeno do cangaço como parte desse processo histórico.

2.1 “OLIGARQUIAS VENANCISTA E ALVARISTA: ELITES AGRÁRIAS E POLÍTICAS E A “INDÚSTRIA DA SECA”

Quando do advento da República (1889), era muito tímido na Paraíba o movimento em defesa de autonomia para as províncias e da eliminação do centralismo monárquico, sendo essas as bandeiras de convergência dos republicanos em geral. Gurjão (1999, p. 53-54) destaca que, na Paraíba, o único veículo de imprensa que divulgava as ideias republicanas era o jornal *Gazeta do Sertão*⁶, cujos redatores, Francisco Retumba e Irineu Joffily, alinhavam-se às fileiras do republicanismo, criticando a sociedade escravista e defendendo a solidariedade aos oprimidos, a necessidade de reformas sociais e o federalismo, que constituía o eixo do movimento republicano.

Assim, de acordo com essa autora, o processo do advento da República na Paraíba situou-se da seguinte maneira:

Na Paraíba, nem o federalismo conseguiu atrair os políticos à causa republicana. A pregação dos redatores da "Gazeta do Sertão" não encontrou ressonância, não resultou na organização de nenhuma organização republicana. Os políticos locais permaneciam fiéis à monarquia. Todavia, após a mudança do regime todos se apressavam a aderir à República e conquistar seu espaço no novo regime. (IDEM).

Notamos, portanto, que a República brasileira instalou-se de acordo com os princípios do federalismo, o que possibilitou a liberdade de os seus Estados agirem

⁶ Jornal fundado na cidade de Campina Grande por Irineu Ceciliano Pereira Joffily e Francisco Soares Retumba, com o primeiro número circulando na cidade em 01 de agosto de 1888. Na primeira fase da *Gazeta do Sertão*, o jornal era político, fato este que acabou culminando em seu fechamento pelo primeiro governador (presidente) da Paraíba, Venâncio Neiva.

de forma independente. Isso significou que os políticos de cada Estado passaram a ter autonomia para estabelecerem relações políticas de dominação com os grupos que comandavam a política ao nível local (municípios) e, desse modo, contribuíram sobremaneira para a consolidação do “coronelismo”.⁷ Gurjão diz que

Nos municípios, sedes do poder local, a autoridade do "coronel" se afirma na liderança efetiva por ele exercida como chefe político. Com a sua capacidade de angariar um bom contingente de eleitores, de arrebatar votos e manter o eleitorado de "cabresto" ou "curral eleitoral", o coronel garantia o seu poder. Neste sentido, sua atuação é permanente e abrange múltiplas funções: jurídicas, policiais, financeira e assistencialista, exercida pretensamente como favores. Correspondem, na realidade, à penhora do voto, à submissão do eleitor, à sua fidelidade incondicional ao candidato do coronel. O prestígio desse último evolui na razão direta na sua capacidade de fazer favores (dar empregos, ceder terras, dar proteção policial, facilitar assistência médico-hospitalar, etc.) e aplicar atos de violência sempre que julgar necessário. Assim, o “coronel” garantia maioria eleitoral e posição privilegiada na hierarquia política como chefe municipal, estadual ou federal. (1999, p. 55).

Discordamos da assertiva da autora de que o coronel conseguia manter o seu eleitorado "encabrestado" e incondicionalmente fiel, uma vez que somos do entendimento de que esses sujeitos viviam situações de resistências em meio às relações de poder então estabelecidas. Os eleitores sabiam ler o mundo e buscar tirar proveito nos seus limites; mais do que simplesmente ser “massa de manobra” dos latifundiários, eram eles sujeitos conscientes das desigualdades, mas que sabiam negociar muito bem a sua sobrevivência.⁸ Todavia, concordamos com a mesma quando ela diz que o esquema político montado atendia aos benefícios de grupos familiares (oligarquias)⁹ que passaram a disputar entre si o controle político nos municípios paraibanos, destacando-se aquele que mantinha estreita relação com o poder político que governava o Estado, em uma parceria de mão dupla de

⁷ Prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior que floresceu durante a Primeira República (1889-1930) que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social, político e cultural local.

⁸ O texto de Gurjão é resultado de sua pesquisa de dissertação de mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, defendida em 1985, momento em que as abordagens marxistas clássicas vigoravam nesse programa de Pós-Graduação. Hegemônicas a partir do ano de 1950, essas correntes interpretativas se centravam na perspectiva que tomava o Estado como o ativo vilão e a sociedade meramente como a vítima passiva. Nesse sentido, ao longo desse capítulo, utilizamos a sua pesquisa por se tratar da única que problematiza o movimento camponês na Paraíba no início do século XX, mas apontaremos algumas discordâncias com a mesma.

⁹ Termo cujo significado literal é “governo de poucos” e que designa um sistema político no qual o poder está concentrado em um pequeno grupo pertencente a uma mesma família, um mesmo partido político ou grupo econômico.

compromissos mútuos. De acordo com Gurjão (1999, p. 56), “Na Paraíba, durante a República Velha, as lutas entre as famílias foram uma constante. A corrupção e a violência caracterizavam as disputas entre as oligarquias situacionista e oposicionista nos municípios.”

Gurjão (1999) e Ferreira (1993) são duas autoras que dizem que, de 1889 a 1930, três oligarquias dominaram o aparelho estatal paraibano: a Venancista (1890-1892), a Alvarista (1892-1912) e a Epitacista (1915-1930)¹⁰. Para efeito de nossa pesquisa, nos reportaremos apenas às duas primeiras oligarquias estaduais descritas e ao período de transição do alvarismo para o epitacismo (1912-1915), uma vez que correspondem ao tempo em que se encontram os registros da presença de Antônio Silvino e seu grupo pelo Cariri paraibano (1898-1914), nosso objeto central de estudo.

Assim, para Ferreira,

A oligarquia encabeçada por Venâncio Neiva, juiz de Direito, teve início com a sua nomeação para presidir o Estado, por Deodoro da Fonseca, indicado pelo General Tude Neiva. Como primeiro presidente da Paraíba, Venâncio Neiva montou um esquema de dominação familiar na administração pública. (1993, p. 107).

Não diferentemente da citação acima, Gurjão diz que:

O primeiro Presidente republicano da Paraíba, Venâncio Neiva (1889-1891), era reconhecidamente monarquista, mas não militara em política até então. Sua nomeação se deveu à indicação de seus irmãos gerais que tinham prestígio junto a Deodoro da Fonseca. No curto período de dois anos em que governou a Paraíba, Venâncio Neiva utilizou a máquina do estado preenchendo os cargos mais importantes e rentáveis com seus familiares, realizando negociatas, afastando adversários de posições ameaçadoras ao seu domínio. Conseguiu, assim, estruturar a oligarquia venancista. (GURJÃO, 1999, p. 62).

Conforme descrito acima, vemos que a República nasceu na Paraíba abraçada à política das oligarquias. Após governar o Estado por quase dois anos, Venâncio foi destituído pelo presidente do Brasil, Floriano Peixoto, que indicou para assumir o seu lugar o militar Álvaro Lopes Machado.

No que diz respeito a essa segunda oligarquia estadual, o domínio de Álvaro Machado corresponde ao período de 1892 a 1912, tempo esse em que exerceu a presidência estadual por duas vezes: Álvaro Machado (1892-1896); Antônio Alfredo

¹⁰ O período entre 1912 e 1915, é considerado como o de transição do alvarismo para o epitacismo.

da Gama e Melo (1896-1900); José Peregrino de Araújo (1900-1904); outra vez Álvaro Machado (que só governou um ano, sendo substituído pelo primeiro vice-presidente Walfredo Leal, que completou o quadriênio de 1905 a 1908); e João Machado (1908-1912). O domínio dessa oligarquia durou, dessa forma, vinte anos. Ao analisar esse tempo, Gurjão descreve que

Com o segundo presidente da Paraíba, iniciou-se predomínio da oligarquia alvarista que prolongou-se por vinte anos, até sua morte em 1912. Durante esse período, Álvaro Machado obteve dois mandatos no governo do Estado, revezando-se constantemente com o seu vice, o monsenhor Walfredo Leal (que, alias, governou mais tempo que o presidente), foi senador e, desde que assumiu a Presidência do Estado fundou o Partido Republicano da Paraíba. Enfrentou a oposição do Partido Autonomista, criado por Venâncio Neiva que tinha Eptácio Pessoa (secretário geral do governo Venâncio Neiva) como principal aliado. Demonstrou grande habilidade no jogo da política oligárquica, através dos cambalachos característicos da Primeira República e conseguiu, inclusive, conciliar-se com antigos venancistas que se aglutinaram ao alvarismo. (1999, p. 62).

Como posto, durante os anos de sua hegemonia política, o alvarismo conseguiu atrair para as suas fileiras os principais venancistas, inclusive o próprio Eptácio Pessoa. Com a morte de Álvaro Machado em 1912, Walfredo Leal e Eptácio Pessoa, os dois principais herdeiros políticos do alvarismo, dividiram a liderança do Partido Republicano. De acordo com Gurjão (IDEM), “Por acordo firmado em 1911, haviam combinado que a atuação de Walfredo Leal ficaria restrita ao plano local, enquanto Eptácio (já prestigiado junto ao poder central) dominaria o Partido, cabendo-lhe sempre a última palavra.” Assim, no contexto das eleições estaduais de 1912, foi realizado o acordo entre esses dois chefes oligarcas e lançado como candidato para a presidência do Estado um elemento sem incompatibilidade com as duas correntes: João Pereira de Castro Pinto, que governou a Paraíba entre os anos de 1912 e 1915. Esse cenário político é considerado o da transição do alvarismo para o epitacismo.

De acordo com Gurjão (1999, p. 65), a disputa política pelo poder estadual foi bastante acirrada entre esses dois grupos políticos (oligarquias). Ao analisar essa transição e a consolidação do epitacismo, diz ela que

Face às disputas pelo controle do poder estatal, as vésperas da eleição de 1915, ocorreu o rompimento entre Eptácio Pessoa e Walfredo Leal dividindo o partido Republicano Conservador em duas facções: a epitacista e a walfredista. Apuradas as urnas e eleito todos os candidatos epitacistas, garantiu-se a consolidação do poder de Eptácio. Daí, até 1930, todas as

grandes decisões da política paraibana passaram a ser ditadas por ele, onde estivesse e de forma incontestável. O epitacismo alcançou seu apogeu no período do governo de Solon de Lucena, devido a presença de Epitácio Pessoa na Presidência da República que lhe permitiu injetar grande qualidade de verbas para as obras contra as secas e para construção do Porto do Varadouro. Além do mais, as vendas do Estado foram aumentadas consideravelmente com o crescimento das exportações, sobretudo do algodão. Portanto, recursos não faltaram e foram utilizados beneficiando as oligarquias e reforçando seu poder.

Como já dito acima, essas oligarquias estaduais estabeleceram fortes relações com os grupos familiares dos municípios paraibanos no sentido de assegurarem o seu poder a partir de uma economia que tinha por base o latifúndio. Ainda de acordo com Gurjão (1999, p. 57),

A economia paraibana, fundamentalmente agrária, na segunda metade do século XIX se diversificava com o crescimento da lavoura algodoeira que, em 1865, já conseguira superar a produção açucareira, até então dominante na pauta das exportações. A lavoura algodoeira se expandiu nas fazendas de gado do Sertão, Cariri e Agreste enriquecendo "coronéis" dessas áreas que associaram a atividade pastoril ao plantio, beneficiamento e comércio de algodão. Assim, o dinamismo da cultura algodoeira favoreceu a economia da Paraíba, expandindo a agricultura, estimulando o comércio e o crescimento das cidades. Ao mesmo tempo ocorreu o fortalecimento dos proprietários rurais do interior, que passam a constituir a nova oligarquia algodoeira-pecuária e a disputar o poder político a nível estadual com a tradicional oligarquia açucareira. Todavia, apesar da economia algodoeira, no período em estudo, superar os lucros da produção açucareira, a oligarquia algodoeira-pecuária não conseguiu maior participação política que o grupo açucareiro.

Vemos que a autora assegura que o algodão se expandiu nas fazendas de gado do Sertão, Cariri e Agreste enriquecendo proprietários rurais do interior que passaram a associar a criação de gado com o plantio do algodão, o que foi responsável por fortalecer o poder dos coronéis daquelas áreas. Logo, as bases da estrutura de poder na Paraíba do início da Primeira República são rurais, fundamentadas na grande propriedade da terra, na busca pela dominação por parte dos coronéis e na representação política de suas respectivas oligarquias.

Ferreira (1993, p. 107) observa em seu estudo que uma das características do sistema oligárquico foi a utilização dos serviços públicos proporcionados pelo Estado à população como sendo um presente das oligarquias. Diz ela que as elites nordestinas e, particularmente, as paraibanas passaram a fazer uso das políticas públicas federais de "ajudas" em tempos de calamidades ocasionadas pelos períodos de estiagens prolongadas (secas). Nesse sentido, a apropriação de verbas

destinadas a atenderem os flagelados (gêneros alimentícios, medicamento, etc.) ou a construção de obras para outros fins por parte das elites locais, remontam ao final do século XIX. Roger Cunniff Apud Ferreira, se referindo a seca de 1877, caracteriza o nascimento da chamada “indústria da seca” nos seguintes termos:

Esta seca legou convencer a alguns que somente com largas injeções de dinheiro vindas de fora, eles poderiam continuar o desenvolvimento do interior e vencer seus velhos problemas. (...). Ensinou aos nordestinos como fazer uma indústria das secas proporcionando um legado que serviu para dominar a política regional no próximo século.

De acordo com Ferreira (1993, 108), foi a partir da seca de 1877/79, que se ampliou o debate sobre o problema das estiagens prolongadas, com sessões no Instituto Politécnico Brasileiro com sede Rio de Janeiro.¹¹ A partir de então foram realizados estudos e pesquisas, ainda que de forma aleatória, até a criação de órgãos específicos para tratarem do assunto na Primeira República, quando esses estudos passaram a adquirir certa sistematização e periodicidade.¹²

Assim, as oligarquias estaduais em relação direta com as oligarquias locais, representadas pelos coronéis latifundiários, passaram a empreender a chamada “indústria da seca”, que, segundo a autora acima, pode ser visualizada em dois níveis:

(...) o local, onde ocorriam os desvios diretos de verbas e gêneros alimentícios por membros das comissões de socorros públicos, juntamente com tropeiros e comerciantes; e o nacional, com a conscientização dos representantes nordestinos no sentido de aproveitar e usar as secas como meio de conseguirem investimentos governamentais na região.

O governo de Venâncio Neiva (1890-1892) encontrou o Estado enfrentando as consequências de uma “seca” que havia se iniciado ainda no império. Segundo

¹¹ O Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) foi um instituto de engenharia brasileiro criado em 1862, durante o período Imperial e que marca a primeira associação de Engenheiros do país. O corpo técnico que compunha o IPB eram pessoas de destaque na engenharia imperial, como Benjamim Constant, Aarão Reis e Manuel Pereira Reis (Matemáticas Abstratas e Concretas), Antônio de Paula Freitas (Matemáticas Aplicadas); Guilherme Schuch Capanema, José de Saldanha da Gama (História Natural); André Rebouças (Estradas de Ferro); Barão de tefé (Navegação e Hidrografia), etc, que constavam nas comissões em 1887, por exemplo. O Instituto não foi oficialmente dissolvido, mas deixou de existir provavelmente em meados do século XX. Em outubro de 1877, sob os impactos da tragédia da grande seca, nas sessões do Instituto Politécnico presididas pelo Conde d’Eu, foram apresentadas sugestões sobre estudos e obras para mitigar os efeitos das secas no Nordeste. Cf. Campos, 2014, p. 75.

¹² A Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) foi criada em 1909, sendo alterada para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919, e para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945.

Ferreira (1993, 108), os jornais a serviço do venancismo passaram a lançar fortes críticas a política de socorros públicos imperial, mas o novo governo em nada alterou aquela política.

Já durante os vinte anos do domínio da oligarquia alvarista (1892-1912), a Paraíba enfrentou a seca de 1903 e os repiquetes de 1898, 1900 e 1908 que muito abalaram a população e a economia do Estado, como cita a mesma autora. A ação dessa oligarquia continuava seguindo os moldes anteriores, como a instalação de *Comissões de Socorros Públicos*¹³ em diversas localidades paraibanas que tinham por fim a distribuição de remédios e sementes. Segundo a investigadora, “(...) as reclamações e denúncias eram também as de sempre, ou seja, a má distribuição e os desvios da ajuda que mal chegava, às mãos da população carente.”. Tanto é que, durante as estiagens de 1903, confluíram para a capital paraibana um grande número de retirantes que foi aproveitado como mão-de-obra nos serviços públicos daquela cidade.

2.2 RESISTÊNCIAS CAMPONESAS: UM OLHAR SOBRE O CANGAÇO

Pelo posto, notamos que o crescimento da economia algodoeira paraibana, na Primeira República, devido a grande produção de algodão, fez aprofundar a tradicional estrutura agrária do latifúndio e piorar as relações de produção entre o fazendeiro e os trabalhadores do campo. Foi um crescimento econômico concentrado que reforçou o coronelismo e, por extensão, as oligarquias locais.

Gurjão (1999, p. 64) é firme em dizer que esse contexto foi responsável por agravar as condições de vida dos camponeses, que

(...) foram submetidos a extensas e intensas jornadas de trabalho, sem nenhum direito a assistência dos poderes públicos que eram controlados pelas oligarquias. As péssimas condições de vida já apresentavam seus sintomas mais visíveis na mortalidade infantil e analfabetismo na maioria absoluta da população.

Diz ainda essa autora que a maioria dos trabalhadores rurais paraibanos, não dispoñdo de terras e nenhum direito trabalhista, vivia uma intensa relação de poder

¹³ Após as secas de 1877-79, o governo imperial criou essas comissões a serem instaladas nos municípios onde fosse decretada a calamidade pública com o propósito de efetivar uma política de socorros públicos caracterizada por uma estrutura de assistência aos desvalidos.

frente às tentativas de imposições dos latifundiários. Era nessa grande propriedade que o coronelismo tentava legitimar as suas relações de exploração:

“Moradores”, “meeiros” e outras categorias de trabalhadores, comumente se mantinham presos a compromissos de solidariedade e gratidão com seus patrões, por serem compadres ou por deverem favores. Daí a sujeição àquele que, além de controlar as terras, era visto como o “benfeitor”, como espécie de protetor da massa rural indefesa e indigente. Assim, os trabalhadores rurais eram reduzidos à condição de “curral eleitoral” do “coronel” e, portanto, garantidores do poder das oligarquias. (GURJÃO, 1999, p. 67).

Segundo Gurjão (IDEM, p. 68), mesmo quando arrendavam a terra do grande fazendeiro, os camponeses não escapavam as tentativas de sujeição do coronel, que lhes impunha condições opressoras, inclusive, podendo utilizar a força policial para obrigar os arrendatários a cumprirem o que arbitrariamente era posto nos contratos. “Para o roceiro não restava outro direito a não ser o de trabalhar sem descanso, dando sua força de trabalho ao “coronel” e no dia da eleição votar nos candidatos por ele indicados.” Voltamos a discordar da visão dessa historiadora ao observar os trabalhadores camponeses como “presos a compromissos de solidariedade e gratidão com seus patrões, por serem compadres ou por deverem favores” e “reduzidos à condição de ‘curral eleitoral’ do ‘coronel’”. Preferimos pensar que os camponeses, mesmo envolvidos por uma forte relação de poder, resistiam de várias maneiras, em vários níveis, inclusive, quando eles estabeleciam com os coronéis relações de solidariedade, gratidão, compadrio, conforme citado pela autora, ou mesmo quando faziam “corpo mole”, eram falsamente submissos, agiam com dissimulação, se passavam por ignorantes e faziam uso da fofoca e da sabotagem, como sugere Scott (2002, p. 11).

Apesar de apresentar essa perspectiva de controle e exploração dos camponeses por parte dos coronéis, comum ao tempo histórico e ao lugar social de sua produção, Gurjão chama a atenção para o fato de que a “submissão do homem do campo à dominação característica, nesta fase, não foi absoluta como pode parecer”. Ela observa que o agravamento das condições de vida dos trabalhadores do campo fez com que parcela deles levasse a frente um processo de resistência que se fazia notar mais diretamente, como segue:

Muitos buscaram a escapatória na **imigração**. De início, o destino deles era a Amazônia, cujo mito da riqueza da borracha atraiu levas de nordestinos

nos fins dos séculos XIX e início do século XX. Nos anos vinte a atração passa a ser o Sudeste com seu crescimento urbano-industrial. Os que permaneceram também reagiram e o fizeram logicamente em consonância com as limitações objetivas e subjetivas do universo em que estavam inseridos, exteriorizando as suas insatisfações, embora inconscientemente, através do **messianismo** e o **cangaço**. (Grifos nossos).

Pelo posto acima, vemos três formas de resistência camponesa ao poder dos coronéis: a migração¹⁴, o messianismo¹⁵ e o cangaço.¹⁶ Mais uma vez retornamos a discordar da autora quando ela trata as duas últimas como expressões inconscientes dos camponeses que não migravam.

Preferimos seguir a interpretação posta por Neves (2000) que, ao analisar os saques de feira e demais ações da multidão nos tempos das secas no Estado do Ceará, rompe com essa concepção teórica do marxismo clássico que interpretava tais ações utilizando termos como “atrasadas”, “primitivas”, “pré-políticas”, “instintivas”, “reações espasmódicas” e “biológicas” aos estímulos da fome e que tomavam como “modelo”, para classificar uma ação como política, a organização do movimento operário, tido como “racional”, “consciente” de “mobilização duradoura”. Esse autor considera que as ações da multidão são políticas, que “os de baixo” sabem ler o mundo social de acordo com os códigos do seu universo cultural e se movem no campo da negociação e da resistência.

Sobre o cangaço, diz essa autora que foi um fenômeno de grande atuação no interior paraibano. Vejamos:

Suas origens estão diretamente ligadas à estrutura de poder dominante, que desde a Colônia se apoiava em contingentes armados, das ordenanças do período colonial às milícias da Guarda Nacional do Império, o mandonismo local foi se afirmando e, na República, sua consolidação foi acompanhada do suporte dos “cabras”, elementos de confiança dos “coronéis” recrutados entre os seus agregados, que lhes obedeciam cegamente. Muitos trabalhadores foram, assim, treinados no manejo das armas para defenderem os interesses dos “coronéis” nas lutas de famílias e disputas eleitorais, permitindo-lhes exercer a autoridade do “eu quero, posso e mando”. (IDEM, p. 68).

¹⁴ Movimento de entrada (imigração) ou saída (emigração) de indivíduo ou grupo de indivíduos, geralmente em busca de melhores condições de vida. Essa movimentação pode ser entre países diferentes ou dentro de um mesmo país.

¹⁵ Movimento ou sistema ideológico que prega a salvação da humanidade através da entronização de um messias que pode ser um indivíduo, uma classe ou uma ideia. O movimento messiânico que mais teve influência na Paraíba foi o de Juazeiro.

¹⁶ Movimento ocorrido no nordeste do Brasil em que os homens do grupo vagavam pelas cidades em busca de justiça e vingança pela falta de emprego, alimento e cidadania, causando o desordenamento da rotina das elites agrárias e dos camponeses.

Concordamos com a interpretação de que o cangaço nasceu de dentro do coronelismo como uma possibilidade de “ascensão” para trabalhadores rurais que protestavam contra a ordem que os gerou. Alguns autores dizem que o cangaço surgiu no Nordeste brasileiro e, particularmente, na Paraíba por ocasião dos períodos de estiagens prolongadas (as secas), como veremos a seguir.

Dória (1982, p. 33), por exemplo, argumenta que os primeiros grupos de cangaceiros autônomos surgiram durante a seca de 1877/79, com a proliferação de diversos grupos que às vezes lutava entre si e outras se aliavam para algum grande empreendimento.

Almeida (1980), ao analisar os problemas históricos da Paraíba a partir de temáticas como a terra e o clima, os períodos de secas e o “martírio do homem do Norte” e os motivos do banditismo, destaca a atuação dos cangaceiros na Paraíba durante a seca de 1877/79, cuja ênfase é dada à proliferação desses grupos com elementos que escapam das cadeias municipais e formam os grupos: o de João Calandro; o de Sebastião Pelado; o dos Irmãos Viriato; o dos Matheus; dentre outros.

Ferreira (1993, p. 124) é outra autora que fala que, na seca de 1877/79, firmou-se o mito de Jesuíno Brilhante como o tipo do cangaceiro herói, justiceiro, protetor dos flagelados e da ordem. Ele, de início, ajuda os retirantes com mantimentos seus, passando, em seguida, a assaltar comboios de alimentos do governo para serem distribuindo aos esfomeados.

De 1896 a 1914, destaca-se o grupo de Antonio Silvino, que resistiu o quanto pode à modernização em curso no sertão nordestino, perseguido correios, queimando correspondência, cortando fios de telégrafos, arrancando trilhos da *Great Western*¹⁷ e saqueando empreiteiros das obras ferroviárias. Também tem seu nome ligado a prática de ações em prol dos pobres e desvalidos. É sobre esse sujeito que passaremos a problematizar as suas experiências em meio ao espaço camponês.

¹⁷ A *Great Western* foi uma empresa ferroviária inglesa que construiu e explorou ferrovias no Nordeste do Brasil.

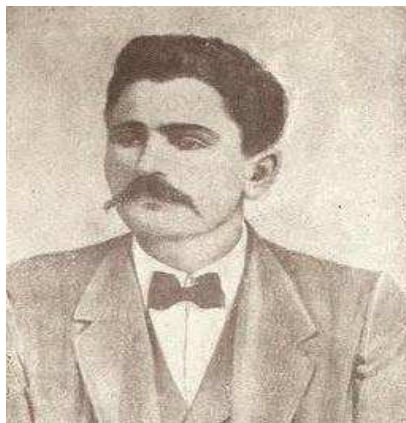
3 ANTÔNIO SILVINO: O MUNDO DO CANGAÇO E SEUS PERCURSOS

Neste capítulo analisaremos Antônio Silvino sob dois aspectos: primeiro, procurando perceber os registros que tratam da sua emergência enquanto sujeito que se revoltou com a condição social que lhe foi imposta; segundo, buscando identificar as relações políticas estabelecidas em meio às elites agrárias dos sertões nordestinos.

3.1 TRAÇOS BIOGRÁFICOS: DE MANOEL BAPTISTA A ANTÔNIO SILVINO

Quando pensamos em traçar o perfil biográfico de Antônio Silvino, haja vista ser o personagem central de nossa pesquisa, nos deparamos com a dificuldade em relação às fontes que poderiam nos falar sobre o mesmo, pois se trata de um sujeito que não deixou maiores registros de sua vida até se tornar cangaceiro em 1896. Após esse ano, surgiram alguns jornais e cordéis, seis livros e quatro dissertações de mestrado e uma tese de doutorado que se detiveram a descrever Silvino. Desse conjunto, verificamos que os primeiros registros da trajetória de vida desse cangaceiro estão narrados nos jornais de época e na literatura de cordel, já problematizados enquanto fontes na introdução dessa pesquisa, os quais tomaremos como principais referências para a construção do texto desse tópico.

IMAGEM 01 – ANTÔNIO SILVINO REPRESENTADO ANTES DE SEU INGRESSO NO CANGAÇO



FONTE: <http://www.maispajeu.com.br/2017/02/livro-mostra-historia-do-cangaco-e.html>

A respeito do seu local de nascimento, o cordelista Francisco das Chagas Batista¹⁸ escreveu que foi Alagoa do Monteiro, na Paraíba. Mas, Oliveira Júnior (2010, p. 46) diz que o jornal *Diário de Pernambuco* escreveu ter sido no vilarejo Espírito Santo na cidade de Afogados da Ingazeira em Pernambuco. A respeito dessa controvérsia, esse autor diz que durante a sua pesquisa

Apesar de não ter localizado o registro de Batismo de Manuel Batista de Moraes, na análise documental do acervo da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Remédios, encontrei nos livros de Batismo e de Tombo a referência de que a Serra de Colônia era o local onde residia os Batista de Moraes, vilarejo que pertence a cidade de Afogados da Ingazeira em Pernambuco. (IDEM).

Autores como Dantas (2006, p. 22) e Queiroz (1977, p.72) também dizem que Manoel Baptista de Moraes, em 02 de novembro de 1875, nasceu na Fazenda Colônia, município de Afogados da Ingazeira, situado na região do Pajeú do Estado de Pernambuco, zona de fronteira com o Estado da Paraíba¹⁹.

IMAGEM 02 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE AFOGADOS DA INGAZEIRA EM PERNAMBUCO



FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/Afogados_da_Ingazeira

¹⁸ Francisco das Chagas Batista nasceu na Vila do Teixeira-PB, em 05 de maio de 1882 e faleceu na capital do Estado da Paraíba, em 26 de janeiro de 1930. Assim como outros poetas populares, ele foi um homem do povo, não tendo se relacionado intimamente com letrados ou abastados. Muitos folhetos de época escritos por ele também foram versificados a partir da leitura de jornais de Pernambuco e da Paraíba, material do qual se apropriou para criar parte de sua literatura. Em seus poemas de época, Chagas Batista noticiou e comentou fatos políticos, desastres e credices populares, o que revela que a grande maioria é sobre fatos de época. Escreveu um considerável número de folhetos sobre Antônio Silvino, que hoje é uma das maiores fontes para a biografia do cangaceiro. Cf. Idem.

¹⁹ O município de Afogados da Ingazeira está a uma altitude de 525 metros e, de acordo com o IBGE (2016), atualmente tem uma área de 377,863 km² e uma população de 36.866 habitantes.

Para esses autores, Manoel Baptista de Moraes descendia de duas poderosas famílias da zona do Teixeira na Paraíba: os Brilhantes por parte da mãe Balbina Pereira de Moraes e os Cavalcanti Ayres por parte do pai Pedro Baptista Rufino de Almeida.

Sobre o seu o seu nascimento e a sua infância constatamos que a literatura de cordel, no início do século XX, logo tratou de registrar o seu ponto de vista. O poeta Leandro Gomes de Barros no folheto *O nascimento de Antônio Silvino*, publicado possivelmente entre 1909 e 1912, escreveu:

É homem ou será mulher?
Perguntaram ahi meus paes,
Então a parteira disse
É mesmo que um Ferrabraz
Se este não for cangaceiro
Obras desmente signaes

Diz minha mãe que eu nasci
Num dia de quarta-feira
Quando foram dar-me banho
Foi visto pela parteira
Que tinha em minha cintura
A marca da cartucheira

Dias depois minha mãe
Divulgou outro sinal
Em meu lado esquerdo um rifle
Se divulgou afinal
Na palma da mão direita
Visivelmente um punhal. (BARROS, 1909-1912, p. 02-03).

Ao fazermos uma análise mais cuidadosa sobre a escrita acima notamos que ela representa o ponto de vista dos populares, uma vez que reflete uma memória épica da vida de Antônio Silvino, cujas proezas são narradas por meio dos versos curtos e de rima. O autor, assumindo o lugar do seu personagem, diz: primeiro, que, quando se encontrava no ventre de sua mãe, a parteira havia pressagiado de ele que seria um menino predestinado a ser um cangaceiro; segundo, que, recém-nascido, a sua mãe havia identificado em seu corpo sinais de que ele seria um cangaceiro, sendo um deles na cintura (uma cartucheira), outro no seu lado esquerdo (um rifle) e mais um na palma da mão direita (um punhal).

O poeta Francisco das Chagas Batista, no folheto *Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*, publicado posterior ao ano de 1916²⁰, também descreveu o nascimento e a infância de Manoel:

Nasci em setenta e cinco,
Num ano de inverno forte,
No dia dois de novembro
Aniversário da morte
Por isso o cruel destino
Deu-me de bandido a sorte

Meu avô foi muito rico
E meu pai foi abastado,
Mas não me mandou educar,
Porque onde fui criado
O povo não aprecia
O homem civilizado

Ali se aprecia muito
Um cantador, um vaqueiro,
Um amansador de potro
Que seja bem catingueiro
Um homem que mata onça
Ou então um cangaceiro

(...)

Enquanto eu era pequeno
Aprendi a trabalhar
Chegando aos 14 anos
Dediquei-me a vaquejar
Abracei aos vinte anos
A profissão de matar. (BATISTA, 1932, p. 08).

Os versos de Chagas Batista começam também seguindo a lógica de que a criança Manoel Baptista, pelo fato de ter vindo ao mundo no dia de finados, nasceu predestinada a ser cangaceiro. As rimas dizem também que, apesar de avô e pai terem origem abastarda, não lhe foi oferecida educação escolar, pois ali onde ele vivia, muito mais que isso, o que se admirava era o cantador, o vaqueiro e o matador. Logo, quando criança aprendeu a trabalhar, aos quatorze anos a vaquejar e aos vinte anos a matar, uma linguagem que representa a fama de que todo homem sertanejo era violento por natureza.

Os pesquisadores que investigaram a inserção de Manoel Baptista de Moraes no cangaço perceberam que isso se deu tendo em vista a sua história familiar. Para

²⁰ Não há o ano exato dessa publicação, mas Oliveira (2011, p. 48) afirma que o folheto foi publicado depois de 1916, pois relata a vida de Silvino desde o nascimento até o seu julgamento que ocorreu no ano de 1916.

Dantas (2005, p. 23) “Manoel e o irmão, contudo, jamais se viram de rifle em punho, tinha condição social relativamente privilegiada e não cultivavam índole belicosa”. Manuel Baptista, até 1897, “(...) era um jovem que ajudava nas atividades familiares, auxiliando o pai nos serviços do campo, e participava socialmente das manifestações culturais de sua comunidade: indo a festas, ritos religiosos e reuniões.” (OLIVEIRA, 2011, p. 62). Assim, “Tendo recebido uma educação rígida, pautada nos costumes e na moral do povo sertanejo, desde muito jovem que Manoel Baptista era iniciado no trabalho do campo, lavrando a terra e produzindo o que necessitava.” (IDEM). Notamos que essas fontes procuram dar conta de uma origem mítica do seu personagem central imerso em um mundo camponês que também era o lugar social de seus autores. Logo, tratamos essas linguagens como expressões de resistências dos sujeitos que as elaboraram, era por meio delas que eram ditas as vitórias que, muitas vezes, não eram experienciadas no mundo real.

Sobre sua mãe, Balbina Pereira de Morais (Dona Balbina), pouco se sabe em razão de os documentos não apontarem maiores indícios de sua história. Já sobre seu pai, Pedro Rufino de Almeida Baptista (Batistão), Maior (2001) diz que ele era possuidor de terras e bens, um sujeito popular, idôneo, sem muitas conversas e de poucos amigos que exercia, além de cuidados com a fazenda, funções policiais no sertão. Devido à fama de valente e corajoso que trazia dos tempos de adolescência, enfrentou inimigos nos conflitos de terra que envolviam a sua Fazenda Colônia. Segundo Barroso (1917, p. 78), Pedro Rufino (Batistão) exerceu a função de subdelegado, o que

(...) trouxe-lhe rancoroso inimigo na pessoa de um fazendeiro vizinho, conhecido protetor de maus elementos, que o subdelegado impediu de praticar abusos, conforme costumava, fiado nos seus asseclas. Quando Batistão deixou o cargo, ele gabou-se publicamente de pretender desfeitá-lo

Esse inimigo era o seu vizinho de propriedade chamado José Ramos da Silva que, juntamente com seus filhos Desidério e Manoel, passou a ameaçar e a montar emboscadas como o objetivo de assassinar Batistão. Esse também cultivou inimizades com outro fazendeiro vizinho seu, o Coronel Luís Antônio Chaves Campos, chefe político de Afogados da Ingazeira, cuja inimizade havia começado

(...) por causa do assentamento de um bebedouro para o gado, encarregaram-se as intrigas de envenenar essa pequena e naturalíssima divergência entre vizinhos, numa região onde as terras são mal

determinadas, havendo sempre dúvidas quanto a sua posse e limites. A política se intrometeu no caso e azedou os ânimos. O bebedouro era imprescindível para Batistão, pois no sertão ressequido as boas águas são difíceis. Se eu gado não pudesse beber no lugar que escolhera, somente encontraria uma aguada dali a duas léguas. Insistiu, portanto em manter o bebedouro. O Dr. Chaves mandou desmanchá-lo. Declarou-se a guerra. (IDEM, p. 80-81).²¹

Ainda de acordo com Barroso (1917), ao saber do conflito entre Batistão e Antônio Chaves, José Ramos da Silva e seus filhos Desidério e Manoel (delegado de polícia) se mobilizaram e puseram-se a disposição do poderoso Antônio Chaves com o objetivo de matarem Batistão. Assim, José, Desidério e Manuel Ramos da Silva se juntaram a alguns militares e capangas e, no dia 03 de Janeiro de 1877, adentraram a feira de Afogados da Ingazeira a procura do rival para assassiná-lo.

Quando desse encontro, em 03 de janeiro de 1897, Pedro Baptista recebeu ordem de prisão dos seus perseguidores que indagou a causa pela qual estava sendo preso e não obteve resposta. Dantas (2006, p. 24-25) narra o ocorrido:

Desidério de forma atrevida e desassombrada avançou em sua direção, portando um pedaço de corda para prendê-lo. Não houve tempo para uma reação a suprema afronta. Aquele dia de feira fora fatídico para Pedro Baptista. Tiros o fizeram tombou morto. Gritos, atropelos e profuso pânico seguiram-se ao ato de covardia. [...] Em pouco, curiosos cercaram o cadáver, desde logo reconhecido.

Sobre essa morte²², uma matéria jornalística noticiou o seguinte:

No dia 03 do corrente, Manuel Ramos, encontrando-se com Pedro Rufino de Almeida Baptista, inimigos de longa data, em limites desde município com o de Flores, Pedro Baptista armado com clavinote, ameaça Ramos. Depois lhe toma a calça, paletó, chapéu, sapatos e 20\$000 (vinte mil réis), voltando para aquele município, blasonava o que havia feito. Ramos se dirigiu a casa do subdelegado que, reunindo alguns homens paisanos, seguiu para a casa onde estava Batista afim de capturá-lo. Este sabendo das diligencias que se preparavam, e vendo Ramos que passava na rua, pretendeu disparar o bacamarte, não o fazendo por ser obstado por outros, e, montando a cavalo, procurava evadir-se, quando encontrando-se com a força acima referida, travou renhida luta, da qual resultou saírem mortos o mesmo Batista e Manuel Chaves Campos, que ali passava na ocasião (*Jornal Pequeno*, Recife, 30 jan. 1897).

²¹ Essa fonte nos faz pensar o quanto pela água no semiárido brasileiro no final do século XIX, que, como objeto de estudo é pesquisa que está para ser feita.

²² Queiroz (1977) data a morte de Batistão o ano de 1896, mas sem nenhuma comprovação; já Dantas (2005, p. 25), com base em fontes jornalísticas, informa que o episódio teria ocorrido em 1897.

Essa matéria deixa margem para pensarmos que esse jornal assumia um discurso favorável às elites agrárias que detinham o poder político na localidade (Antônio Chaves, José Ramos da Silva e seus filhos Desidério e Manoel), uma vez que apresenta Batistão como o que ameaça, o que rouba, o que pretende disparar e evadir-se. De resto, a matéria é indicativa de como essas famílias viviam e resolviam os seus conflitos pela posse da terra.

Oliveira (2010, p. 51) diz que, dias depois da morte de Batistão, a sua esposa Dona Balbina também foi assassinada em sua residência, cujo corpo foi sepultado na manhã do dia seguinte. Esse autor relata ainda que

No final da tarde seguinte, os membros próximos da família Ramos violaram as covas, provocando a ira de Manoel e de seu irmão Zeferino, que atiraram contra os profanadores das sepulturas. Depois de renhido tiroteio, no cemitério familiar ficaram os corpos de João Rosa e Manoel Cabaceiras, além de outro não identificado, que caíram para a vingança parcial dos Batista de Moraes. (IDEM).

Após esse incidente, Manoel Baptista de Moraes e seu irmão Zeferino contrataram advogado e prestaram queixa na delegacia de Afogados de Ingazeira no intuito de que José Ramos da Silva e seus filhos Desidério e Manoel fossem processados. Aconselhados pelo juiz da Comarca de Flores, os réus se entregaram e, quando do julgamento, foram absolvidos da acusação pelo Tribunal do Júri. Sobre o desfecho seguinte, Oliveira (2011, p. 65) analisou que

Inconformado com o veredicto, o advogado da família recorreu da sentença. Novamente encaminhados à prisão, os réus aguardaram novo julgamento. Contudo, a condenação dos mesmos era incerta, já que o Júri não passava de mero fantoche nas mãos dos poderosos coronéis e chefes políticos da região. Mas, antes mesmo do julgamento os réus estariam em liberdade.

Essa liberdade se verificou uma vez que “A escolta policial responsável pelo transporte dos presos até Flores, fora subornada dias antes pelos mandões da Vila de Afogados. No curso da viagem, a soldadesca franqueou a fuga dos presos” (DANTAS, 2006, p. 27). Então, nada mais se fez para punir os acusados do assassinato de Batistão e Manoel Baptista decide fazer justiça pelas próprias mãos. Sobre o seu ingresso no cangaço, o poeta Chagas Batista escreveu no folheto *A vida de Antônio Silvino*, datado de 1907:

E Balbina de Moraes
 (casados pela igreja)
 São meus legítimos Paes,
 Ambos stão mortos, por isto
 Commetti crimes sem iguaes! (BATISTA, 1907, p. 07-08).

Anteriormente vimos que a narrativa biográfica da literatura de cordel, que procurou narrar os primeiros anos de vida de Manoel Moraes, pretendeu naturalizar a ideia de que o mesmo era predestinado ao crime, narrativa essa que tinha como objetivo construir uma memória épica de sua vida. Se esse sujeito era predestinado ao crime, faltava-lhe o motivo pelo qual começaria a cometê-lo e a sextilha acima apresenta a visão do poeta sobre razão pela qual Manoel Moraes ingressou no mundo do crime (a morte dos pais). Essa mesma ideia é presente na análise de Queiroz (1977, p. 73) quando diz que ele, não vendo mais esperanças nos meios legais de se fazer justiça, “cingiu a cartucheira, pôs o rifle ao ombro e dentro de poucos dias cometia o primeiro crime. Encontrou numa vereda Manoel Ramos Cabaceira, sobrinho do assassino de seu pai que vinha em companhia de um tal João Rosa. Com dois tiros certos derrubou ambos”.

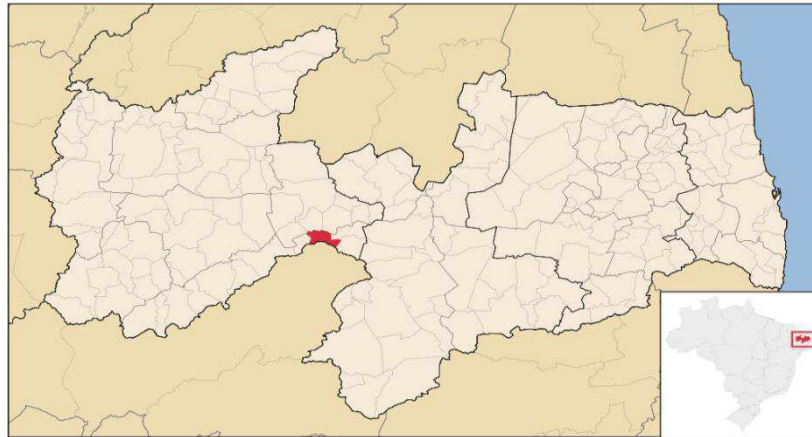
Não concordamos com as ideias de que Manuel Moraes tenha feito vingança com as próprias mãos por ser predestinação ao crime, nem mesmo por conta, apenas, do assassinato de seus pais. Os vários autores aqui já mencionados apresentam a família desse sujeito camponês imersa em redes de poder que existiam na região. Logo, é importante considerar os seus interesses e suas relações sociais com outras pessoas das localidades que circulou. Tanto é assim que essa ação política dele vai se intensificar nos anos seguintes, conforme veremos no terceiro capítulo dessa pesquisa.

Depois desses assassinatos, o delegado Francisco Braz, protetor da família Ramos da Silva, saiu em perseguição a Manoel Moraes. Em certa ocasião, ambos se encontraram em combate que resultou no assassinato por facadas desse chefe de polícia. As fontes dizem que, depois desse crime, as perseguições a Manoel Moraes se intensificaram e, percebendo que não podia escapar do cerco policial, decidiu se refugiar no cangaço.

Barroso (1917, p. 84) diz que Manoel Baptista resolveu procurar por um tio chamado Silvino Ayres Cavalcanti de Albuquerque, pois sabia que este tinha aderido ao cangaço, também pela morte de seu pai Idelfonso Ayres, em 1866. Silvino Ayres

era membro da família política que rivalizava com Coronel Manoel Dantas Correia de Góis Júnior que era chefe político da vila de Teixeira-PB.

IMAGEM 03 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA NA PARAÍBA



FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teixeira>

Sobre esse conflito interfamiliar, o Jornal *Correio de Campina*, de 13 de maio de 1913, publicou a seguinte matéria:

Por esses tempos corriam diversas questões entre famílias poderosas dos Sertões do nosso Estado, entre os quais uma da Vila do Teixeira, entre a família Dantas e a família Ayres **de onde se originou o celebre grupo de Antônio Silvino**. Portanto indignados com a falta de justiça e aproveitando-se da ocasião de ter um parente no cangaço, Né Baptista e seu irmão Zeferino entraram para o grupo que era constantemente perseguido pela polícia, sobretudo a partir do ataque à Vila de Teixeira, ocasionado por causa de uma afronta de um dos membros da família Dantas contra Silvino Ayres. (Grifos nossos).

Segundo Dantas (2006, p. 28), ainda em 1897, o Coronel Manoel Dantas Correia de Góis Júnior teria divulgado em Teixeira que Silvino Ayres era “ladrão de cavalos”, tendo o insultado efetivado um ataque àquela vila com o objetivo de tirar satisfações na noite de 19 para 20 de junho de 1897. “O ataque a Vila de Teixeira se confirmou e Ayres e o seu grupo arrombou a cadeia pública, soltou os presos, estragou a casa de moradia e comercial do subdelegado e no amanhecer seguiram pela estrada rumo a Pajeú de Flores” (BARROSO, 1917, p. 87). Essa é considerada a ocasião em que, Manoel Batista de Moraes, aos 22 anos, entregou-se ao cangaço.

Ao apresentar um resumo da vida de Antônio Silvino, o Jornal *A República*²³, de 23 de outubro de 1907, descreve esse acontecido:

Em 1897, quando Presidente do Estado o Sr. Gama de Mello, **Antônio Silvino, cujo verdadeiro nome é Manoel Baptista, em companhia de seu irmão Zeferino, fez parte de um grupo de scelerados, que chefiado por Silvino Ayres assaltou a Villa do Teixeira** com o fim de saquear-la e matar o delegado de polícia. Providencialmente pôde aquela autoridade escapar, não sendo, entretanto possível, em vista da surpresa no ataque, evitar as depredações de toda a ordem que os vândalos cometeram: arrombamento da cadeia, ferimento por bala em diversas pessoas, saque total na residência e estabelecimento comercial do delegado. (Grifos nossos).

A partir de então, o governo do Estado da Paraíba mandou a polícia ir ao encalço do bando de Silvino Ayres, até que alguns foram presos, inclusive o chefe, em 26 de novembro de 1898 (*Jornal Pequeno* 27 nov. 1898). Contudo, os que conseguiram escapar continuaram suas operações de resistências cotidianas liderados por Luiz Mansidão²⁴. De acordo com Queiroz (1977), em pouco tempo como líder do grupo, Mansidão foi morto por um rapaz que vingava uma ofensa que o cangaceiro teria feito a sua mãe. Com a prisão do tio Silvino Ayres e a morte de Mansidão, Manoel Baptista foi escolhido para liderar o grupo. Ao assumir esse comando em 1899, Manoel passou a adotar o nome Antônio Silvino.²⁵

²³ Órgão do Partido Republicano Federal fundado em 01 de julho de 1889, cidade do Natal, Rio Grande do Norte. Diretor político: seu fundador o senador Dr. Pedro Velho.

²⁴ Entre os cangaceiros liderados por Mansidão encontravam-se: Isidoro, Antônio Pituá, João Dudu, Chico Lima, Zeferino Batista e Manoel Batista. Cf. Oliveira, 2010, p. 54.

²⁵ Há controvérsias com relação à escolha deste nome, pois não se sabe ao certo o motivo que o levou a escolher o nome Antônio, talvez tenha sido em homenagem ao Santo Antônio, padroeiro da fazenda Colônia. Já com relação ao nome Silvino, há um consenso entre os estudiosos do tema que este teria sido escolhido em homenagem ao tio Silvino Ayres.

IMAGEM 04 - ANTÔNIO SILVINO E SEU GRUPO



Antônio Silvino em pé, o segundo a esquerda.²⁶

FONTE: <http://cariricangaco.blogspot.com.br/2015/01/visita-ao-local-da-prisao-do-cangaceiro.html>

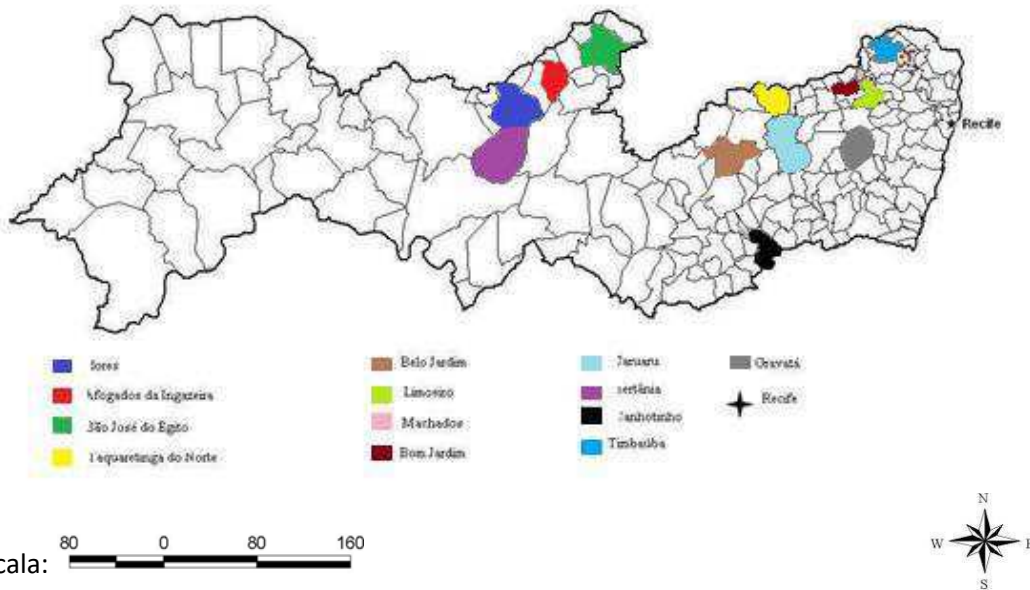
Mello (2005, p. 120) diz que Antônio Silvino passou a comandar um grupo de seis a doze homens²⁷, desejando destruir todos os seus inimigos, principalmente a família Ramos, pois dizia ser ela a responsável pelo assassinato de seus pais e responsável por sua vida de cangaceiro. (MELLO, 2005, p. 120). Nos catorze anos seguintes passou a ser o “governador dos sertões” “fugindo de tropas, incendiando cadeias, cortando fios de telégrafo, invadindo fazendas, apavorando dias de feiras, distribuindo com os pobres o que saqueava nas feiras, (...)” (OLIVERIA, 2010, p. 57).

A seguir é possível visualizar o mapa de Pernambuco, com destaque para os principais municípios onde Silvino circulou.

²⁶ Nos antigos jornais e revista por nós pesquisados, esta foto consta como sendo a força policial que lutou e capturou Antônio Silvino, mas muitos pesquisadores apontam como sendo o próprio bando de Antônio Silvino.

²⁷ O Jornal *A União*, de 25 de junho de 1900, apresentou os cangaceiros que integraram o bando de Silvino: Antônio Francisco da Silva, José Francisco da Silva (Criança), Joaquim Paulino (Marreca), Firmino Paulino (Fura Moita), Aprígio Gomes de Araújo, José Firmino da Costa, José Ribeiro Campos, Marcelino Pereira, Francisco Alexandre, Antônio Aurélio, José Bacalhau, Antônio Jovino, Caetano Labareda, José Guedes e José Guedes Farias. Em entrevista a Dorgival Terceiro Neto, no ano de 1987, o ex-cangaceiro Cobra Verde (Odilon Sebastião da Silva) relatou que em 1910, ano em que ingressou no bando de Antônio Silvino aos 10 anos, o grupo era formado por sete homens: João de Banda, Passarinho, Zé Bernardo, Cajarana, João Polia, Negro Geraldo e Gato. Diz também que depois que entrou no bando o número foi aumentando, mas nunca passou de dezesseis homens, citando os nomes de Criança, Chico Sabiá, Jararaca, Antônio Sobral, Cícero Azevedo, Zé Coruja, Zé Renovato e Negro Isac (Isac dos Pés de Paiêta). Cf. Terceiro Neto, 1991, p. 18 e 22.

MAPA 01 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO ONDE ATUARAM ANTÔNIO SILVINO E SEU GRUPO



Escala: 0 80 160

FONTE: Oliveira, 2010, p. 58.

Acima identificamos os municípios pernambucanos onde Antônio Silvino e seu grupo foram intensos em termos de presença entre o ano em que ingressou no cangaço (1898) e o da sua prisão (1914): Afogados da Ingazeira, São José do Egito, Flores, Sertânia, Belo Jardim, Taquaritinga do Norte, Caruaru, Gravatá, Canhotinho, Limoeiro, Bom Jardim, Machados e Timbaúba.

IMAGEM 05 – ANTÔNIO SILVINO NA OCASIÃO DE SUA PRISÃO EM 1914



FONTE: <http://www.maispajeu.com.br/2017/02/livro-mostra-historia-do-cangaco-e.html>

Essas ações deram visibilidade ao Antônio Silvino que passara a se construir a partir de práticas cotidianas e também das representações que as essas práticas

eram associadas. Nesse sentido, cabe destacar certa profusão de discursos que, a partir de seus respectivos lugares, cartografavam esse sujeito. Nesse sentido, cabe destacar, como já anunciado na introdução, dois discursos dicotômicos que passaram a narrar essa sua história: os jornais e a literatura de cordel.

Os jornais pernambucanos e paraibanos seguiam uma mesma linha discursiva. Como exemplo, vejamos o seguinte anúncio: “A zona sertaneja de Pernambuco não goza da mínima tranquilidade, pois nossos irmãos que nela habitam, estão sujeitos a cada instante a ser mortos ou roubados pelos vândalos de Antônio Silvino ou Antônio Baptista” (*Jornal do Recife*, 06 fev. 1901). Assim, as elites letradas tanto percebiam como divulgavam Antônio Silvino como um simples bandido que vivia de cometer os crimes mais diversos.

Para Oliveira (2011, p. 69), “Independentemente do que diziam os jornais, os populares, de modo geral, viam Antônio Silvino por outro ângulo, pois no início de sua trajetória como chefe de grupo teria encarnado a imagem do cangaceiro romântico.” Isso porque, segundo Dantas (2006), Silvino se colocava como defensor dos mais pobres, protetor das virgens e viúvas e que só matava em sua própria defesa, além de demonstrar atitudes cavalheirescas e gestos de generosidade; poupava adversários valentes; respeitava damas, donzelas, velhos, crianças e doentes; devotava profunda honra à mulher casada e, por consequência, possuía amigos que o defendiam e prezavam sua amizade.

De acordo com Oliveira (2010, p. 63),

Antônio Silvino não estava mais sendo visto como criminoso, vândalo ou salteador, mas um protetor, um sujeito que combatia a ação da polícia, coletava dinheiro dos ricos e dos estabelecimentos comerciais e auxiliava a população carente. Estas ações estavam inseridas em sua forma de atuar no cangaço, particularmente que está presente em poucos cangaceiros, ou em alguns feitos realizados por eles. Silvino demarcou seu território com ações de natureza polícia.

Para Dantas (2006), Manoel Baptista era de índole pacífica, cortês e educado com as mulheres e raramente se metia em confusão com outros sertanejos. Luna (1963) também diz que

Silvino nunca foi perverso. Se praticou alguns excessos foram conseqüências naturais da própria vida que levava. Essa fama ainda corre os sertões, cantava nas feiras pelos cegos e narradas nos desafios dos cantadores de viola. Respeitava moça donzela e mulher casada. Velhos e crianças eram seus protegidos. Muita gente enriqueceu à sombra protetora

de Antônio Silvino. Resolveu, embora questões de terra e de família, procurando favorecer os oprimidos e espoliados pela prepotência dos poderosos “coronéis” da época. Reparou, obrigando ao casamento, muitos atentados contra virgindade de moça. (LUNA, 1963. P.38).

A construção da imagem de Silvino como um sujeito de boas relações e vaidoso foi efetivada por meio dos versos dos cordelistas que se detiveram a informar sobre a sua imagem e sobre suas proezas. Vemos, portanto, que a literatura de cordel foi responsável por biografar Antônio Silvino no que considerava como sendo as suas qualidades de herói do povo pobre, inclusive nominando-o de “governador dos sertões”, e “Rei dos cangaceiros”.

Chagas Batista, representou Silvino aos trajes de soldado e de elegância no folheto *A História de Antônio Silvino*, datada de 1907:

Tenho altura regular,
A cor branca alaranjada,
Os olhos agaleados,
Fala mansa e descançada,
A testa pouco espaçosa,
E a cabeça arredondada.

Tenho o olhar muito ligeiro,
O nariz bem afilado.
Sombrancelhas arqueadas,
Cabello preto e estirado,
Bigode negro e comprido
E o queixo arredondado.

Tenho os lábios vermelhos,
Incompleta dentadura,
As orelhas pequeninas,
Possuo alguma gordura,
Meu tronco é construído
De rija musculatura.

Tenho braços e pernas fortes,
Sou ligeiro como um gato;
Possuo bom armamento,
Vario sempre de fato;
Para quem não me conhece
Eis ahi o meu retrato. (BATISTA, 1907).

Enquanto o folheto *A História de Antonio Silvino*, publicado em 1907, por Chagas Batista, apresenta um vasto perfil biográfico do cangaceiro, desde o ano do nascimento até os últimos feitos deste indivíduo em 1907, os jornais se preocupavam em notificar sobre o cangaceiro como criminoso.

3.2 “O GOVERNADOR DOS SERTÕES”: ANTÔNIO SILVINO E A POLÍTICA

Os documentos apresentam que, da infância até a adesão ao cangaço, Manuel esteve envolvido em disputas por terras, desavenças políticas e sociais, sofreu injustiças, tomou para si as rixas familiares e desafiou diversas pessoas na zona do sertão do Pajeú e nos municípios paraibanos que faziam fronteira com Pernambuco. Estas situações fizeram deste sujeito um homem de natureza política que brigava pelos seus interesses e pelos dos que ele tinha estima.

Portanto, não consideramos que Silvino foi um rebelde sem causa. Ele também adentrou no cangaço como forma de sobreviver, de fazer valer seus interesses de justiça, de buscar o poder e como forma de combater à opressão que sofria por parte dos coronéis e políticos da época. Assim, após 1899, não foi mais o Manoel Batista, mas Antonio Silvino, aquele que “governaria os sertões” por 14 anos, fugindo de tropas, incendiando cadeias, cortando fios de telégrafo, invadindo fazendas, apavorando dias de feiras, distribuindo com os pobres o que saqueava nas feiras, aquele que teria sua história narrada em jornais e nos versos dos cordelistas conforme suas proezas.

Segundo relatos dos folhetos de cordel e dos jornais do período, pode-se pensar que Silvino tinha consciência política das redes de poder do sertão, como apresenta Chagas Batista no folheto *Antônio Silvino: vida, crimes e julgamentos*:

Para punir esse crime
Ninguém se apresentou
A justiça do lugar
Também não se interessou
Aos bandidos a policia

Parece que auxiliou...
E eu, que vi a justiça
Mostrar-se de fora a parte
Murmurei com meus botões:
Também eu hei de arrumar-te!
Não quero código melhor do
Que seja o bacamarte.²⁸

Conforme já dito no capítulo anterior, de 1896 a 1914, Antônio Silvino e seu grupo se destacaram o quanto puderam no sentido de fazerem frente aos governos

²⁸ Não existe data para este cordel. Pelo teor informativo do folheto, que versa do nascimento à prisão de Antonio Silvino, acreditamos que seja datado entre os anos de 1914 a 1915. Anos que seguem entre a prisão e o julgamento do cangaceiro.

estaduais e a tudo que a eles fazia referência, perseguindo a modernização em curso no sertão nordestino, assaltando os correios, queimando correspondência, cortando fios de telégrafos, arrancando trilhos da Great Western e saqueando empreiteiros das obras ferroviárias. Também tem seu nome ligado à práticas de ações em prol dos pobres e desvalidos.

Lewin (1993) observa que, a medida a que o banditismo cresceu no Nordeste brasileiro, no início do século XX, os grupos políticos oligárquicos que comandavam os poderes políticos estaduais, sobretudo de Pernambuco e da Paraíba, passaram a realizar uma ação concentrada para combatê-lo. Isso por que comerciantes, jornalistas e profissionais passaram a protestar contra a indiferença das autoridades públicas em face dos níveis crescentes da ação de Silvino que estava ameaçando as elites locais.

No que diz respeito ao caso da Paraíba, essa historiadora, citando o jornal *O Commercio*, de 04 de agosto de 1900, detecta que, duas semanas antes, o setor comercial da capital fechara suas portas ao meio-dia para comparecer a uma manifestação de protesto organizada pela Associação Comercial.²⁹ Para a ocasião, tanto “membros como não membros” foram convidados “a discutirem os sérios acontecimentos nos sertões e a deliberar sobre as queixas a serem apresentadas às autoridades, dada a infestação de todo o interior por bandidos e assassinos”. Desse encontro foi redigida e assinada uma petição que foi encaminhada ao governo estadual, queixando-se com indignação da impunidade com que Silvino e outros bandidos roubavam e extorquiam. Na Paraíba, a atuação de Antônio Silvino (1897-1914) coincidiu com a oligarquia alvarista e, durante esse tempo, ambos viveram fortes enfrentamentos. Lewin (1993, p. 257) diz que

A partir de 1904, aproximadamente, ele [Silvino] tornou públicos os seus ressentimentos pessoais com relação à administração do monsenhor Valfredo Leal e seu chefe de polícia, Antônio Massa. (...). Um consumado e extemporâneo poeta por si mesmo, Silvino enviou versos politicamente derrisórios e ameaçadores a Valfredo e Massa, numa “guerra de telegramas” que os poetas populares preservaram para seu público em um número crescente de folhetins. Silvino revelou o que nenhum chefe local jamais fora capaz de demonstrar: que a autoridade política do governo do estado acabava nos limites da capital. Para o deleite desses poetas populares, a alcunha de “Governador do Sertão” – frequentemente aposta a

²⁹ A Associação Comercial da Paraíba foi fundada a 31 de outubro de 1874, por iniciativa do então presidente da província da Paraíba, Silvino Elvidio da Cunha, o Barão de Abiahy, foi um marco vital para o engrandecimento do comércio do estado da Paraíba. Foi reorganizada a 16 de dezembro de 1889, por empresários estabelecidos na Capital do Estado.

seus telegramas ameaçadores – espelhava a sua mobilidade territorial no interior de quatro estados. Ocasionalmente, Silvino até fez discursos em época de eleição para apoiar candidatos a cargos políticos. Suas escolhas recaíam sempre sobre os indivíduos com quem tinha um relacionamento de proteção, para os quais, assim fazendo, prestava um “serviço”.

A imprensa dava conta de como o governo estadual fez enfrentamento ao cangaceiro Antônio Silvino. Vejamos:

Todos conhecem a situação excepcionalmente consternante que atingiu a Parahyba, na época em que teve de exercer o difícil cargo de chefe do poder executivo, o Exmo. Sr. Dr. Gama e Mello. [...] A Parahyba recorda ainda entristecida a época de perturbações que gerou a agitação política de 1899 e 1900, quando mais do que nunca o banditismo recrudesceu obrigando o poder a dispêndios excessivos para vencel-o. (Jornal *A República*, 12 out. 1907).

Sobre essa desavença entre o governo estadual e Antônio Silvino, há um refrão do poeta Leandro Gomes de Barros que aparece em muitos dos versos sobre o mesmo, referindo-se expressamente da seguinte maneira:

O governo de que paga
Ao homem que me der fim.
Porém por todo dinheiro.
Não há um só que se atreva.
A ganhar dinheiro assim.
Telegrafei ao governo
E ele lá recebeu
Mandei-lhe dizer: Doutor
Cuide lá do que for seu
A capital lhe pertence
Porém o estado é meu. (BARROS, Antônio Silvino, O Rei dos Cangaceiros).

Nas eleições estaduais para presidente da Paraíba de 1912, Silvino empreendeu forte campanha eleitoral contra o candidato situacionista (Castro Pinto) e em favor do candidato da oposição (Rego Barros), pois desejava a todo custo derrotar o governo que lhe perseguia. Nesse sentido, visitou os eleitores das zonas interioranas do Estado: “de Pombal até Campina, não houve um só eleitor, que eu não fosse a casa delle, pedir-lhe com muito amor, que votasse em Rego Barros, para ser governador” (*A ira e a vida de Antônio Silvino*, Leandro Gomes de Barros). Para “ganhar” o voto das pessoas mais pobres, o cangaceiro teria gastado muito dinheiro, aliciando eleitores com roupas e alimentos. Relata também esse cordel:

Disse a certos eleitores

Muita gente fica atôa,
 Ai daquelle que votar
 Com Epitácio Pessoa.
 Dessa macaca que tenho
 Quebra o cabo, o lápis vôa.
 Tenho uma opinião
 Que morra porem
 Não minto.
 Aqui sem ser
 Rego Barros
 Outro vindo eu
 Não consinto. (BARROS, *A Ira de Antônio Silvino*).

Durante o governo de Castro Pinto, presidente da Paraíba entre 1912 e 1915, que tinha José Rodrigues de Carvalho como auxiliar de governo e Antônio Massa como Chefe de Polícia, juntamente com Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, foi efetivado um acordo de cooperação com vista a prender Silvino. Como gostava de mandar recados as autoridades, em 1912, ele enviou um telegrama à capital paraibana com o seguinte teor:

Dr. Castro Pinto, presidente da Paraíba.
 Não tenho medo quatro estados. Dr. José Rodrigues de Carvalho, pise o milho, faça a massa e dê a esse Pinto para comer, que o mal dele é fome.
 Antônio Silvino de Moraes (Apud CARVALHO, 1967, p. 28).

Se a nível estadual ele fazia oposição à oligarquia alvarista, a nível local (pelos vários municípios paraibanos por onde andou) ele se aliava com as oligarquias com as quais mantinha um relacionamento de proteção. De acordo com Lewin (1993), inicialmente de modo implícito e depois de modo explícito, as petições e denúncias publicadas na imprensa, durante a década de 1900, retrataram uma conexão direta entre a “infestação de bandidos” e figuras conhecidas como “coiteiros” (protetores), que ocupavam posições políticas influentes. Se os jornais paraibanos converteram Silvino em bandido, por outro lado, os folhetos de cordel, que na virada do século XX começaram a ter uma grande circulação no Nordeste, transformaram ele em um respeitável anti-herói. Logo, esses folhetos redefiniram o banditismo como uma questão política.

Lewin (1993) é uma autora que diz que a emergência do coronelismo e, por vez, a intensificação das sangrentas disputas familiares municipais também foram responsáveis pela ascensão do banditismo (cangaço). Como exemplo, ela apresenta as conexões de Silvino com as lutas entre famílias de elite na Paraíba e em Pernambuco. Especificamente é apresentado o caso do município de Umbuzeiro,

então Cariri paraibano, onde o coronel Sindulfo Calafate Calafange, chefe da oligarquia política local dominante, disputava o cenário político com o coronel Antônio Pessoa.³⁰ “Desde os fins de 1890, Umbuzeiro fora um dos refúgios de Silvino, além de constituir-se num palco para as suas batalhas armadas e visitas de extorsão. Lá ele gozava da poderosa proteção do inimigo do coronel Antônio Pessoa (...), coronel Sindulfo Calafate Calafange.” (Jornal, *A União* 12 abr. 1906). Assim, entre 1900 e 1912, a família Pessoa viveu o problema da proteção que Silvino e outros cangaceiros recebiam de figuras influentes da oligarquia dominante.

Segundo essa autora, já em 1900, o coronel Antônio Pessoa escrevera ao irmão Eptácio sediado no Rio de Janeiro pedindo-lhe que solicitasse junto ao governo federal ajuda para a captura de Silvino que se encontrava muito ativo nas fronteiras de Umbuzeiro. O *Jornal Pequeno*, de 10 de novembro de 1903, trouxe uma matéria relatando a aparência, a vida do cangaceiro, os crimes e as ameaças futuras, com o título *O Famoso Antonio Silvino*. Vejamos:

Tenho ódio hoje ao dr. Eptácio cujos amigos me prometteram até perdão e se não fosse eu contar com alguém do governo, estaria perdido. O Sr. Antonio Pessoa, irmão do Dr. Eptácio está me perseguindo agora, creio que não poderei assassinal-o, mas prentendo incendiar sua fazenda em Umbuzeiro e matar-lhe o gado que puder.

Apenas em 1907, o general Hermes da Fonseca, então ministro da Guerra do governo do presidente Afonso Pena (1906-1909), emitiu ordem para que o 27º Batalhão Federal se dirigisse aos sertões da Paraíba.³¹ Por conta disso, o nome do coronel Antônio Pessoa passou a fazer parte de uma longa lista de vítimas a que Antônio Silvino jurara matar caso encontrasse.

O jornal *A Província*, de 04 de abril de 1906, diz que o cangaceiro Rio Preto, no depoimento que fez a polícia de Pernambuco, confirmou que em todos os lugares da Paraíba frequentados por Antônio Silvino as autoridades dispensavam-lhe proteção. Sobre isso Wiesebron (1996, p. 93) destaca que

³⁰ Antônio da Silva Pessoa nasceu em Umbuzeiro (PB) no dia 17 de março de 1863, filho de José da Silva Pessoa e de Henriqueta de Lucena Pessoa. Era irmão de Eptácio Pessoa, que havia sido secretário-geral do governo estadual de Venâncio Neiva (1890-1892) e que, a partir de 1912, passou a consolidar a sua oligarquia no comando político do Estado da Paraíba.

³¹ Apesar de mais de um ano de esforço articulado, o 27º Batalhão Federal não conseguiu emboscar Silvino e, em 1908, foi retirado de cena, pois acabara por ameaçar mais a população civil do que o Silvino. Cf. Lewin, 1993, p. 258.

(...) em 1906, antes do convite ao Batalhão de Segurança, a polícia teve algum sucesso e conseguiu prender alguns companheiros de Silvino. Os depoimentos eram publicados intensamente nos jornais. Entre outras coisas, achavam interessante revelar nomes de coiteiros. Assim, Relâmpago contou a polícia que quando entrou no grupo, Silvino ressaltou que o grupo tinha protetores de prestígio como o coronel José Luiz Salgado, o capitão Emílio Resende e a família Martins da Paraíba. Tinha amigos que o avisavam das diligências policiais, até da saída de uma força de Recife, entre eles o subdelegado de Surubim. O pai da amasia de Silvino lembrou outros protetores importantes, foram nomes que Silvino lhes tinha citado para provar que podia casar-se com sua filha. Em outros depoimentos, apareciam de novo, nomes de pessoas influentes ou subdelegados que protegiam Silvino. Todavia, não eram só nesses momentos que nomes de protetores apareciam nos jornais. Especialmente *A Província* publicava os nomes das pessoas que Silvino encontrava ou, senão, os nomes das propriedades por onde passava, para sublinhar quem eram os amigos ou protetores de Silvino.

Já o jornal *A República* denunciou que Silvino estava acompanhado por membros das famílias “Guedes e Gatos”, moradoras no município de Ingá-PB e opositoras do governo de Gama e Mello. No artigo, publicado em 29 de setembro de 1907, já é possível percebermos alguns indícios da trama política estabelecida em torno do cangaceiro, quando o órgão da imprensa afirma que membros dessas famílias formavam uma rede de protetores e comparsas, estabelecidos em vários lugares com o objetivo de fornecerem ao grupo de Silvino todos os recursos para se manter, além de informações sobre os passos do governo, e em troca tinham o apoio do cangaceiro para combater seus adversários.

Oliveira (2010, p. 78) diz que, durante a forte seca que ocorreu em 1907, Silvino continuou suas ações por aquele interior do Nordeste. O jornal *Folha do Povo*, de circulação na cidade de Limoeiro-PE, apresentou a seguinte notícia a respeito do cangaceiro:

O banditismo no interior.

[...] toda vez que ouvimos falar neste bandido, quando por ventura uma notícia nos fornecem de suas aventuras rocambolescas, lembramo-nos sempre que se não fosse **o escandaloso protencionismo que se lhe dispensam**, indiscutivelmente não gozaria ele da nomeada que infelizmente goza, não conseguiria ele jamais firmar um nome saliente, **notável de invencível salteador**. E tudo isso porque os **chefes políticos do interior**, justamente onde o bando de Antonio Silvino tem assentado os seus arraiaes, **em comunismo reconhecido**, em auxílios mútuos, diariamente se comunicam. Pondo-o a salvo das perseguições, dando-lhe ciência das providências das altas autoridades, as únicas empenhadas na sua captura. É facto discutido essa asserção e somente os que vivem **na intimidade com esses chefes**, recebendo a todo momento os seus favores, puderam contestal-a, negando uma coisa, reconhecida por todos. Somente esses e os do grupo de Antonio Silvino protestarão o nosso pensamento. Ora, é sabido que uma vez prevenido o cangaceiro da próxima chegada de um

contingente e se internando no matto visinho, muitas vezes em esconderijos próprios, pode-se avançar em dizer que, é quasi impossível essa captura. Assim não pensam, porém, os ignorantes, e nesse número desejam sua inclusão aqueles que o protegem: esses acreditam que Antônio Silvino tenha um poder sobrenatural, carregue consigo o santo lenho e orações fortíssimas, preservativos contra bala, como temos ouvido proclamar. Infelizmente o número desses fetichistas é superior, muito contribuindo para a sympathia que ele goza, nos lugares que percorre. (16 abr. 1907). (Grifos nossos).

Pelo posto, notamos como o citado jornal traz sua visão sobre a popularidade de Silvino, sobre suas relações com chefes locais, sobre sua associação ao comunismo³² e ainda sobre ser ele protegido por poderes sobrenaturais e rezas fortíssimas.

Essas visões acabaram por servirem para que os cordelistas começassem a expressarem a relação de Silvino com o mudo da política. Chagas Batista, por exemplo, publicou em 1908, um folheto intitulado *A política de Antonio Silvino*, onde foram apresentadas a suposta candidatura do cangaceiro à presidência do Brasil e as suas propostas para resolver os problemas do país. Vejamos um primeiro trecho dessa narrativa:

A meu lado tenho todos
Os chefes dos opposicionistas;
Já pleiteei mais vinte
Candidatos governistas,
E antes da eleição
Farei ainda outras conquistas!...

Pretendo ainda governar
Do litoral ao sertão
Para isto em maio, eu
Farei minha eleição,
Garantindo que o Governo
Perderá essa questão

Se no dia da eleição
Faltarem-me os eleitores,
Reunirei o meu bloco
E praticarei horrores:
Faço sangue que dá doce
Para dez mil comedores!

O doutor Affonso Penna
Creou agora um sorteio,
P"ra ver se com mais soldados
Pode me metter-me arrodeio;
Mas, eu dos soldados d"elle
Não tenho o menor receio.

³² A respeito do imaginário negativo sobre o comunismo no início do século XX, ver Cavalcante Neto (2013).

A esta lei do sorteio
 Farei grande oposição;
 Eu, lá não vou, e garanto
 Os matutos só irão
 Os que não fizerem parte
 Do meu bloco do sertão.

Se eu quizesse faria
 Abalar todo o Brazil
 Convidava todo o povo
 Que o sorteio lhe é hostil.
 E travava com o governo,
 Enorme guerra civil.

Por meio da figura de Silvino o poeta Chagas alerta os leitores de cordel sobre as ações dos políticos da época: intrigas da oposição e a instituição do serviço militar obrigatório mediante sorteio dos alistados, medida tomada pelo presidente Afonso Pena.³³ Um dos meios de sobrevivência de muitos sertanejos era o ingresso no serviço militar e, naquela ocasião, essa possibilidade havia se tornado mais limitada em razão do sorteio, restando uma insatisfação popular contra o governo. No mesmo folheto Chagas descreve as propostas de governo de Silvino:

Vou descrever aos leitores
 Como há de ser meu governo:
 Farei um novo programma
 Conveniente e moderno:
 Serei muito popular,
 Mas terei poder supremo

Hei de acabar com os impostos
 Não deixo um só p"ra semente
 Qualquer um negociante
 Enricará facilmente!
 Farei um empregado público
 Fazer papel de indigente!...

Mas de renda, uma só
 Não deixarei, isso eu juro!
 Livros de arrecadação,
 Mando deitar no monturo:
 Os empregados, rebaixo-os
 Mas que flor de pé de muro!...

Intendência em município,
 Acabarei com as que houverem;
 Empregado pede esmolas!
 Os que assim não fizerem
 Vão trabalhar alugados
 Para bacalhão comerem!...

³³ Afonso Pena foi presidente do Brasil entre 1906 e 1909.

Os cobradores e os chefes
 Nunca mais beberão vinho;
 Os prefeitos e os fiscaes
 Deixarei tudo lisinho;
 Isso é gente que eu não deixo
 De perseguir um pouquinho.

Promotores, Delegados,
 Inspectores de quartirão,
 Todos eu demitirei,
 Com uma surra de facão
 Mandando dar em cada um
 E os expulso do sertão

Quem tiver muito dinheiro
 Dará este a metade
 Aquelles que nada teem
 E imploram caridade;
 Para que nos possuídos
 Haja completa igualdade

Se acabará o despotismo
 O orgulho e o poderio:
 Não haverá mais gatunos,
 Todo mundo terá brio;
 Se acabará duma vez
 Vagabundo e vadio

Derribarei os cadeias,
 As aulas aumentarei
 E então habilitados
 Professores nomearei,
 E a todos ignorantes
 A" aprender obrigarei.

Ninguém há de se descasar,
 Quem deflorar uma moça
 A" força há de a exposar!
 E será mui castigado
 Quem a exposa abandonar

A terra será em commum,
 Todos se apossarão
 Ninguém pagará mais foro
 Para fazer plantação:
 Não haverá nesse tempo
 Nem creado nem patrão.

Será geral igualdade
 Todos hão de ter direito,
 O que foi rico, terá
 Ao que foi pobre, respeito
 O graúdo senhor de engenho
 Irá trabalhar no eito.

Aos vinte annos de idade
 Todo homem há de casar,
 Não consentirei que o branco
 Ouse ao preto desposar;
 Porque os negros para a África

Todos hei de deportar...

E essa transformação
Traz grandes melhoramentos
Todos terão seus direitos
De crenças e pesamentos;
Haverá plena igualdade
E eis ahi os meus intentos.

Com teor irônico e preconceituoso a crítica ao sistema de governo do período é externada pelo poeta com rigor e como forma de informar à sociedade as propostas possíveis de um país melhor. Já que os políticos não executavam essas ações, seria necessária a figura de um homem rude, sujeito de pulso e braveza para colocar o país na prática de seu lema: ordem e progresso. Todas essas propostas que eram indicadas pelos cordelistas muitas vezes passavam a integrar as conversas entre as pessoas.

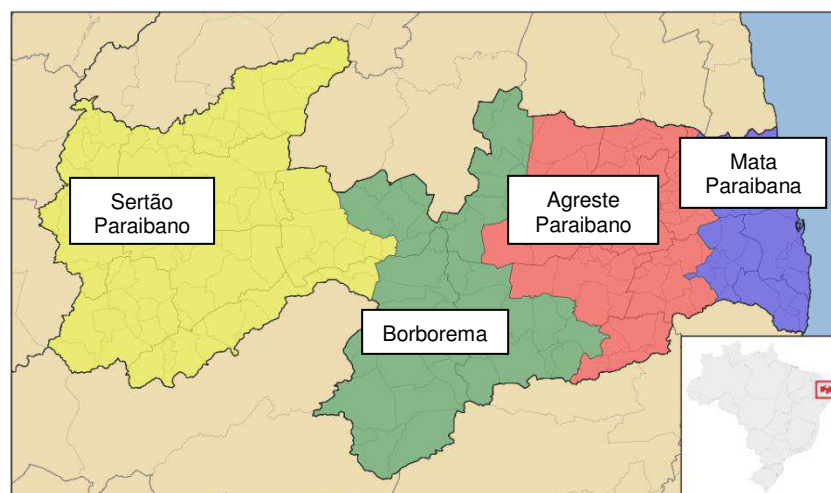
O jornal *O Município*, de 28 de junho de 1908, descreve que o coronel Augusto Resende, de Ingá, presenteou Silvino publicamente com um rifle, após um discurso a seu favor feito pelo bandido. Esses são exemplos de ricos fazendeiros que foram coiteiros do cangaceiro Antônio Silvino, cujos maiores detalhes veremos no capítulo seguinte.

4 ANTÔNIO SILVINO E SUAS PASSAGENS PELO CARIRI PARAIBANO

De acordo com as fontes consultadas, durante a década de 1900, Antônio Silvino perambulou pelos territórios de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará, onde se envolveu em inúmeros conflitos, dizendo fazer sua própria “justiça” e punindo com roubos, espancamentos e assassinatos as pessoas que lhes faziam oposição. Mas, essa trajetória foi marcada “também por cordialidades, união, respeito, amizades e diversão” (OLIVEIRA, 2011, p. 146).

No que diz respeito à Paraíba, identificamos que o mesmo se fez presente nas suas quatro mesorregiões³⁴, estabelecendo variadas relações de poder com as elites agrárias e políticas de muitos de seus municípios, conforme identificamos mais detalhadamente a seguir.

IMAGEM 06 – MESORREGIÕES DA PARAÍBA



FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_da_Para%C3%ADba#/media/File:Paraiba_MesoMicroMunicip2.svg

As fontes as quais consultamos durante a pesquisa falam da passagem de Antônio Silvino e seu grupo por muitos municípios da Paraíba, mas compreendemos que esse número possa ser superior, uma vez que, ao procurar um lugar de destino, eles terminavam passando por outros municípios durante o seu trajeto. Abaixo apresentamos um quadro com destaque para as mesorregiões, microrregiões e municípios da Paraíba em que Antônio Silvino e seu grupo atuaram.

³⁴ Essa divisão regional foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1988. Cf. Moreira, 1988.

**QUADRO 01 – MESORREGIÕES, MICRORREGIÕES E MUNICÍPIOS DA
PARAÍBA ONDE ATUARAM ANTÔNIO SILVINO E SEU GRUPO**

MESORREGIÃO	MICRORREGIÕES	MUNICÍPIOS
Mata Paraibana	João Pessoa	Santa Rita
	Litoral Norte	Mamanguape
		Mataraca
	Sapé	Pilar
		Sapé
São José dos Ramos		
Agreste Paraibano	Brejo Paraibano	Alagoa Grande
		Alagoa Nova
		Areia
		Matinhas
		Serraria
	Campina Grande	Campina Grande
		Fagundes
		Serra Redonda
		Queimadas
	Curimataú Ocidental	Barra de Santa Rosa
		Cuité
		Pocinhos
		Remígio
	Esperança	Soledade
		Areial
		Esperança
	Guarabira	São Sebastião de Lagoa de Roça
		Alagoinha
		Araçagi
		Mulungu
	Itabaiana	Pirpirituba
		Gurinhém (Pau Ferro)
		Ingá
		Itabaiana
	Umbuzeiro	Mogéiro
		Riachão do Bacamarte
		Aroeiras
Sertão	Cajazeiras	Natuba
		Umbuzeiro
		Cachoeira dos Índios
	Catolé do Rocha	Cajazeiras
		São João do Rio do Peixe
	Itaporanga	Catolé do Rocha
	Patos	Bom Sucesso - Serrinha
Conceição		
Serra do Teixeira	Passagem	
	Patos	
Sousa	Desterro	
	Teixeira	
	Condado	
	Lastro	
	Malta	
	Pombal	

		São José da Lagoa Tapada
		Sousa
Borborema	Cariri Ocidental	Batalhão (Taperoá)
		Coxixola
		Monteiro
		Parari
		São José dos Cordeiros
		São Thomé (Sumé)
		Serra Branca
	Cariri Oriental	Barra de São Miguel
		Cabaceiras
		Gurjão
		Santo André
	Seridó Ocidental	Salgadinho - Viração
		Santa Luzia
		São José do Sabugi
		São Mamede
	Seridó Oriental	Cubatí (Cuaty?)
		Juazeirinho
		Pedra Lavrada

FONTE: Quadro elaborado pelo autor do texto com base em Oliveira (2010), Oliveira (2011), Batista (1932) e Terceiro Neto (1991).

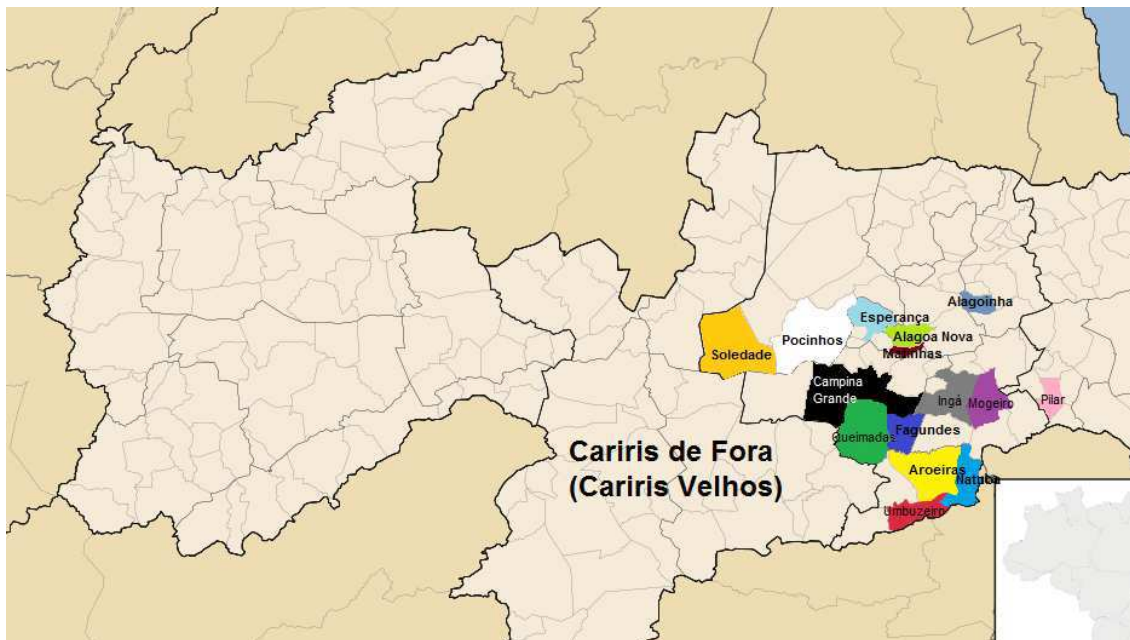
Pelo levantamento apresentado no quadro acima, notamos que Antônio Silvino e seu grupo, ao longo desses anos (1989-1914), percorreu uma longa distância pelo território paraibano, equivalente a 69 municípios definidos como hoje são configurados, quase chegando à capital estadual. Talvez ele não tenha se aventurado a ir àquela cidade paraibana em razão de ali se encontrar o maior contingente policial. De resto, é importante destacar que essa presença em muitos municípios só foi possível em razão de uma rede de amigos/coiteiros que lhes ofereciam toda a logística necessária (alimentação, roupas, apetrechos, armas, munições e informações) em troca de outras vantagens.

Ainda considerando o apresentado no quadro acima, podemos ter uma compreensão dos municípios em que o cangaço se fez presente: 06 da Mata Paraibana; 29 do Agreste Paraibano; 16 do Sertão; e 18 da Borborema. Cabe o registro de que, ao considerarmos as microrregiões paraibanas, verificamos que o Cariri Ocidental e o Cariri Oriental apresentam o número de onze municípios onde Antônio Silvino e os seus estabeleceram suas relações de poder, ou seja, foi o segundo espaço onde se fizeram mais presentes. E é exatamente sobre essa presença no Cariri paraibano que iremos nos reportar ao longo desse capítulo.

Ao observarmos os registros feitos por Chagas Batista sobre a presença de Silvino e seu grupo no território paraibano, se percebe uma cronologia e através dela pudemos constatar que, antes de chegarem ao Cariri, eles aturam inicialmente nos

territórios correspondentes aos atuais municípios de Ingá (1897)³⁵, Matinhas (1899), Fagundes (1900), Mogeiro (1904 e 1906), Pilar (1904), Campina Grande (1905), Alagoinha, Alagoa Nova e Esperança (1906). Assim, consideramos que é possível que eles tenham cruzado a fronteira de Pernambuco com a Paraíba pelos atuais municípios de Umbuzeiro e Natuba, chegando depois no de Aroeiras, quando Silvino tinha vinte e sete anos de idade: “Em novecentos e dois, (...) Em Aroeiras matei um pombeiro de primeira: Era um tal de Severino Que servia de ‘chaleira’. Fez uma vez a polícia Dar-me uma boa carreira!” (BATISTA, 1932, p. 07). Essa possibilidade se torna mais possível ainda se considerarmos que Silvino e os seus atuavam em Taquaritinga do Norte, município pernambucano que faz divisa com os de Umbuzeiro e Natuba na Paraíba.³⁶

IMAGEM 07 – TERRITÓRIO PARAIBANO ONDE OCORRERAM AS PRIMEIRAS AÇÕES DE SILVINO E SEU GRUPO



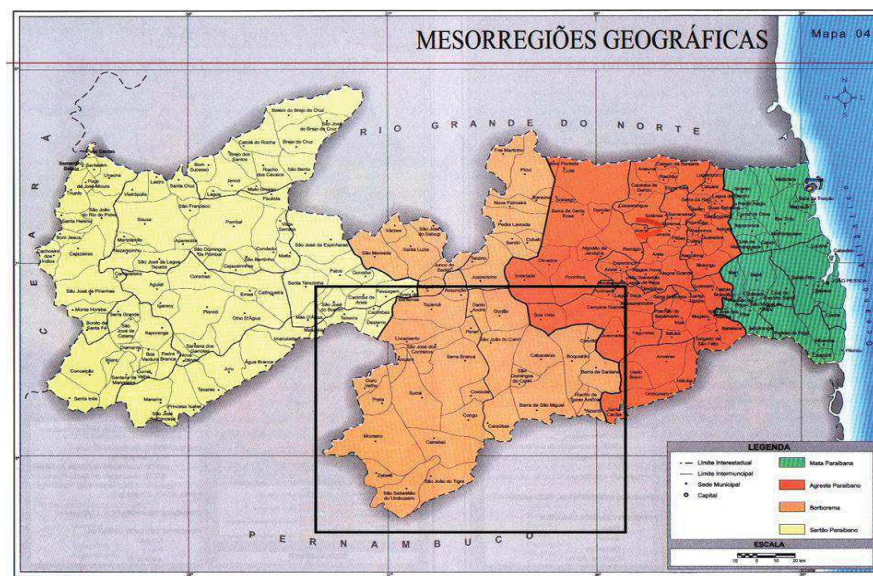
FONTE: <http://www.paraibatotal.com.br/a-paraiba/divisas>

³⁵ Em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, datada de 09 de junho de 1899, o então presidente da Paraíba, Antônio Alfredo da Gama e Mello, diz que “Effectivamente um bando de criminosos assaltou na noite de 19 de Fevereiro a villa de Ingá e aterrando a população, praticou vários roubos em casas particulares e em estações públicas. Em face da inexperada invasão o pequeno destacamento local não pode evitar o saque, retirando-se os assaltantes com os despojos de seus crimes. Dias depois, a 11 de Março, o mesmo grupo que se avaliou constar de 20 indivíduos, praticou depredações na povoação do Salgado, ainda qe em menor escala.” (p. 04).

³⁶ Se considerarmos a configuração territorial dos Cariris de Fora (Cariris Velhos) do início do século XX, Silvino entrou na Paraíba pelo Cariri, uma vez que Umbuzeiro, Natuba e Aroeiras estavam nessa microrregião.

O Cariri paraibano pertence à mesorregião Borborema e é composto por duas microrregiões: a do Cariri Oriental, que possui uma área total de 4.242,135 km² e está dividida em doze municípios³⁷ com uma população estimada em 66.344 habitantes; e a do Cariri Ocidental, que possui uma área total de 6.983,601 km² e está dividida em dezessete municípios³⁸ com uma população estimada em 127.274 habitantes (IBGE, 2016).

MAPA 02 – ESTADO DA PARAÍBA COM AS MICRORREGIÕES DO CARIRI DESTACADAS



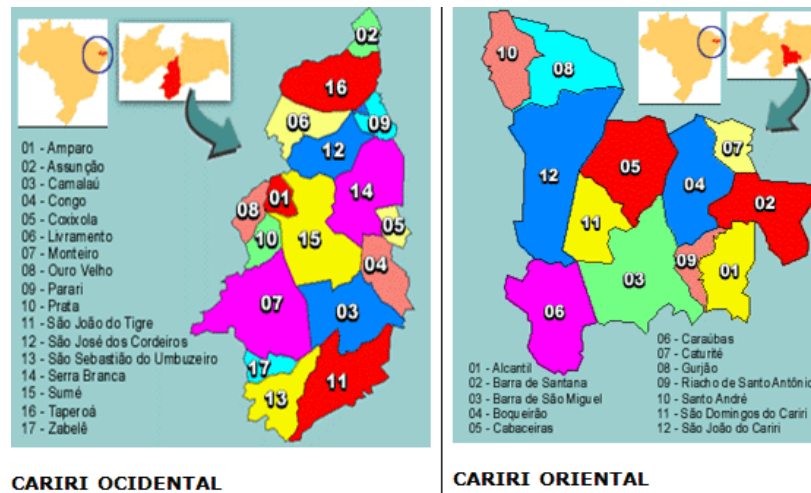
FONTE: Rodriguez (1999).

Abaixo segue uma figura cartográfica das duas microrregiões do Cariri paraibano com seus respectivos municípios.

³⁷ São eles: Alcantil, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Boqueirão, Cabaceiras, Caraúbas, Caturité, Gurjão, Riacho de Santo Antônio, Santo André, São Domingos do Cariri e São João do Cariri.

³⁸ São eles: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá e Zabelê.

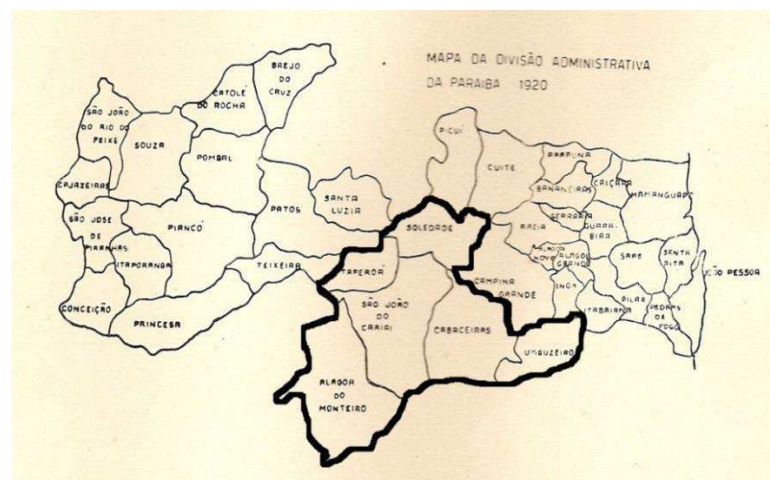
IMAGEM 08 – MICRORREGIÕES DO CARIRI PARAIBANO



FONTE: <http://webcarta.net/carta/mapa.php?id=6824&lq=pt>

É importante destacar que essa é a definição/configuração atual dos espaços municipais e que no período da atuação do grupo de Antônio Silvino a Paraíba e, especificamente, o seu Cariri tinham outras demarcações. Nessa época existiam apenas seis grandes municípios nos Cariris Velhos: São João do Cariri (1803), Cabaceiras (1835), Alagoa do Monteiro (1872), Soledade (1885), Batalhão – Taperoá (1886) e Umbuzeiro (1890)³⁹. Vejamos:

IMAGEM 09 – DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA EM 1920



FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba (1965).

³⁹ Esses municípios foram criados pelos seguintes documentos jurídicos: o de São João do Cariri por Carta Régia, de 22/03/1800, mas instalado em 05/05/1803; o de Cabaceiras pela Lei Provincial Nº 11, de 04/06/1835; o de Alagoa do Monteiro pela Lei Provincial Nº 457, de 28/06/1872; o de Batalhão (Taperoá) pela Lei Provincial Nº 829, de 06/10/1886; o de Soledade pela Lei Provincial Nº 791, de 24/09/1885; e o de Umbuzeiro pelo Decreto Nº 15, em 02/05/1890. Cf. SEBRAE/PB. PRODER, 1996.

Esses seis municípios, além de suas respectivas sedes, tinham seus sítios, fazendas e povoados, estes que com o passar dos anos foram formando outros tantos municípios.⁴⁰ Contudo, em nossa pesquisa, consideraremos apenas os 29 municípios da configuração atual para pensarmos o período da atuação do grupo de Antônio Silvino nesse território. Ou seja, não nos deteremos a analisar a presença desse cangaço nos atuais municípios de Umbuzeiro e Soledade.

No que diz respeito ao Cariri paraibano, verificamos que, entre os anos de 1900 e 1914, foram várias as vindas, permanências e idas de Antônio Silvino e seu grupo pelos os seus seis municípios de então. Os versos de Chagas Batista, no folheto *Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento*, publicado depois de 1916, são uma das fontes que deixam rastros dessas ocorrências em quatro momentos⁴¹. A primeira menção faz referência ao ano de 1904, quando diz que

Em novecentos e quatro,
(...)

Quando sai do Pilar
Para o Ceará subi.

E no Cariri de novo

Alguns meses residi,

Senti que me perseguiam,

Sem perder tempo fugi... (BATISTA, 1932, p. 07-08). (Grifos nossos).

O poeta diz que Silvino e os seus ficaram meses no Cariri e que só dali saíram em razão de perceber a presença das forças policiais que lhes perseguiam. Depois disso, o folheto menciona o ano de 1907, relatando que

De novecentos e sete

Em maio no Cariri,

Estava numa fazenda

Quando cercado me vi!

E nesse cerco eu um cabra

De confiança perdi.

Era o Zacarias Neves

Quem a força comandava,

E enquanto a tropa a fazenda

Por diante e por trás cercava,

Eu com o dono da casa

⁴⁰ A base territorial dos então Cariris de Fora, conhecidos como Sertão dos Cariris ou Cariris Velhos, também compreendia os territórios dos atuais municípios de Aroeiras, Boa Vista, Gado Bravo, Juazeirinho, Natuba, Olivados, Pocinhos, Queimadas, Santa Cecília, Soledade, Tenório e Umbuzeiro.

⁴¹ Como já dito anteriormente, os folhetos sobre Antônio Silvino escritos por Chagas Batista foram versificados a partir da leitura que o mesmo fazia dos jornais do Pernambuco e da Paraíba e hoje esses folhetos são considerados como uma das principais fontes para a biografia do cangaiceiro.

Descuidado conversava...

Quando eles romperam o fogo
Saltamos para o terreiro;
Então nos primeiros tiros
Eu vi um meu companheiro
Cair crivado de balas:
Era o Sebastião Bicheiro.

No tiroteio uma bala
Arrancou-me a cartucheira;
Conheci logo que a tropa
Ocupava uma trincheira;
Então fugi com os meus...
E a tropa voltou inteira. (IDEM, p. 14-15). (Grifos nossos).

As sextilhas acima descrevem que o grupo se encontrava em uma fazenda do Cariri e ali foram surpreendidos pelas forças policiais que lhes obrigaram a empreenderam uma fuga. O folheto também cita o início do ano de 1910, dizendo que

**No princípio de janeiro
De novecentos e dez,
(...)**

**Nas zonas do Cariri
Demorei-me um mês inteiro;**
A vinte e sete de maio,
Maurício, o audaz guerreiro,
Achou-me a pista e buscou-me
Como quem busca dinheiro!

O alfares dividiu
A força que comandava,
Em dois grupos de oito homens;
A uma tropa guiava
O sargento Zé do Couto;
A outra ele comandava.

Dos soldados do alfares
Um era rastreador,
E pôs-se a seguir-me a pista
Qual perito caçador,
Só não me alcançaram cedo
Pois sou muito animador... (IDEM, p. 16 e 18). (Grifos nossos).

Nos poemas acima, Chagas Batista apresenta pistas de que o grupo esteve por um mês inteiro em áreas do Cariri paraibano, dali só se retirando também em razão da presença da força policial. Por fim, menciona que, em agosto de 1911,

Estive também a passeio
Em São José do Sabugi,

Conceição do Azevedo,
Currais Novos e Araci;
Fiz por lá boas colheitas
E voltei ao Cariri. (IDEM, p. 21). (Grifos nossos).

O poeta versa dizendo que, depois de positivos assaltos em vilas do vale do Sabugi e do Rio Grande do Norte, Antônio Silvino e seu grupo caminharam novamente para o Cariri paraibano. Assim, entendemos que esse era um espaço onde esses sujeitos se fizeram muito presentes. Apesar desses registros, poucos são as fontes que falam dessas presenças nesse território. De todo modo, passamos a apresentar os que as fontes disponíveis (jornais, cordel, documentos oficiais, biografias, relatos orais de memória, processos crime) citam desses momentos.

4.1 NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS: ASSALTOS AOS CORREIOS E A MESA DE RENDAS

O município de Cabaceiras foi criado pela Lei Provincial Nº 11, de 04 de junho de 1835. No início do século XX, faziam parte de sua circunscrição os atuais municípios de Boqueirão (1959), Barra de São Miguel (1961), São Domingos do Cariri (1994), Alcantil (1994), Barra de Santana (1994), Caturité (1994) e Riacho de Santo Antonio (1994). Nesse tópico, passamos a descrever a passagem de Silvino e seu grupo sobre esse território.

Encontramos o primeiro registro oficial de sua passagem por esse município em uma mensagem apresentada pelo então presidente da Paraíba Antônio Alfredo de Gama e Mello⁴² à Assembleia Legislativa do Estado, datada de 01 de maio de 1900, como segue:

Estes criminosos, em sua vida errante, sem se firmarem notoriamente em nenhuma localidade, surgindo inesperadamente ora em um, ora em outro recanto da zona que percorriam, determinaram por essa manobra a distribuição da força pública em diversos destacamentos. Assim conseguiu-se evitar o assalto aos povoados do interior, como os do Ingá e Salgado, no anno passado. Entretanto tendo encontrada desguarnecida **a villa de Cabaceiras**, esse grupo de bandidos invadio-a poucos dias apoz o encerramento da vossa ultima sessão e entre os crimes contra a propriedade avulta o incêndio da casa que servia de paço do conselho

⁴² Foi presidente do Estado da Paraíba, cargo que corresponde atualmente ao de Governador, presidente do estado da Paraíba, de 22 de outubro de 1896 a 22 de outubro de 1900.

municipal, destruindo parte da mesma e do arquivo respectivo. (p. 05) (Grifos nossos).

A vila de Cabaceiras aparece em nossas fontes como tendo sido a primeira do Cariri a sentir a presença de Silvino⁴³. No início do ano seguinte, esse cangaceiro voltou a visitar aquela vila em situação que foi descrita pelo Jornal *A União*, de 28 de janeiro de 1901, Apud Dantas (2012, p. 50), conforme segue:

Em fins de janeiro – em ameno início de noite – o cangaceiro passou com seu plantel na povoação de Cabaceiras. O importante Senhor Jovino Limeira Dinoá estava sentado em uma cadeira, frente à sua casa. De repente – como do nada – forte clarão iluminou o matagal próximo. Em simultâneo, o homem sentiu um tiro espocar em sua direção. O projétil atingiu uma das traves da “espreguiçadeira” na qual estava sentado. Dinoá deu um salto e correu para o interior da casa. Dias mais tarde, o Tenente-Coronel recebia um recado de Antônio Silvino. Rezava o “desaforo” que – da próxima vez – o tiro teria destino certo e não seria perdido o alvo. Dinoá era homem de destaque no Cariri de então. Desde de muito advogara nas comarcas daquela zona. Fora Promotor em Alagoa Grande e na próspera cidade de Campina, ambas na Paraíba. Tinha fama de rico, esse fato, possivelmente, despertava a cobiça de Silvino. A ameaça, entretanto, jamais foi concretizada. Dinoá não tornou a ser incomodado. Por dias a fio, a Polícia fez buscas na região e não encontrou sequer vestígios do bando.

Verificamos que, na ocasião descrita acima, Silvino ameaçou o fazendeiro Jovino Limeira Dinoá⁴⁴ que se encontrava em frente de sua residência quando viu o cangaceiro adentrá-la atirando em sua direção, quase o atingindo. “Dias mais tarde o coronel recebeu um recado de Silvino, em que o cangaceiro o ameaçara informando que da próxima vez o tiro não seria perdido. A ameaça de morte nunca foi concretizada.” (OLIVEIRA, 2010, p. 62). Por vez, notamos que Silvino fazia afronta direta ao poder dos coronéis e donos de vastas propriedades de terras.

⁴³ O povoado foi transformado em Vila Federal de Cabaceiras em pela Lei Provincial Nº 11, de 04/06/1835.

⁴⁴ Jovino Limeira Dinoá (1838-1910), natural de Cabaceiras, foi um homem de vivência política e administrativa. Como advogado, exerceu o ofício, principalmente, na área cível em muitas demandas em todo o Cariri. Foi Promotor Público em Alagoa Grande e Campina Grande (1878), onde também fora Vereador nas legislaturas de 1873 à 1879. Como integrante da Guarda Nacional, teve a patente de Tenente-Coronel e exerceu o cargo de Comandante do 12º Batalhão de Infantaria. Como político do Partido Liberal, exerceu o mandato de Deputado Provincial da Paraíba nos períodos legislativos de 1864/1865, 1866/1867, 1880/1881 e 1882/1883; tendo sido membro da Segunda Assembleia Constituinte Paraibana de 1892/1895. Em 1895, foi nomeado prefeito municipal da Cidade de Paraíba (foi o primeiro ocupante do cargo de prefeito, tendo exercido a chefia executiva até 1900). A partir do primeiro ano século XX, decidiu abandonar a vida política. Cf. <http://www.geocities.ws/dinoamedeiros/JovinoDinoa.html>

IMAGEM 10 – JOVINO LIMEIRA DINOÁ



FONTE: Acervo <http://www.geocities.ws/dinoamedeiros/JovinoDinoa.html>

Dantas (2012, p. 60) diz que “Ao romper de fevereiro [1903], o bando de Silvino cruzava o Distrito de Cuitegi, na região nordeste da Paraíba. Nas semanas seguintes, o famoso bando fora visto em lugares diversos. Passara em Ingá, Cabaceiras e Umbuzeiro, na Paraíba.” Assim, identificamos sua passagem por Cabaceiras nesse ano. Fato que se repetiu em 11 de fevereiro de 1906, quando Silvino chegou ao lugarejo e assaltou o funcionário dos correios. Essa situação foi descrita por Dantas:

Em 11 de fevereiro [1906], um domingo, Silvino voltava à ativa. Desta feita, inaugurava nova modalidade de assalto. No lugarejo “Mineiro” – proximidades da Vila de Cabaceiras, na Paraíba – o famanaz determinou a prisão de um estafeta dos Correios que cruzava a “estrada real”. Ameaçado pelos cangaceiros, o homem entregou todas os malotes postais que carregava ao lombo do burro. Antônio Silvino – com o auxílio de seus cabras – vasculhou cuidadosamente cada uma das malas. Decerto procurava por dinheiro, algum documento importante, ou ainda, eventual comunicação entre órgãos da Polícia. Nada de valor ou de relevância, entretanto, fora descoberto. Só havia papéis e envelopes nas bolsas de lona. Na dúvida sobre o conteúdo dos expedientes ali contidos, Silvino determinou que todos os malotes fossem incendiados. (2012, p. 90).

Notamos que o cangaceiro procurava atuar na “estrada real”, a única via que seguia do Cariri para o Sertão⁴⁵. Dois dias depois do assalto, o depoimento que o

⁴⁵ Na sesmaria requerida e concedida a Francisco Tavares de Melo, Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa e Cosme Pinto, em 08 de janeiro de 1703, nas terras do atual município de Taperoá, já há uma menção a esse caminho: “(...) e tendo descoberto sobre a serra da Borburema, da estrada que seguia dos Cariris para as Piranhas, (...)”. (TAVARES, 1982, P. 50). Sobre o seu trajeto Joffily (1892, p. 225) descreve que “A estrada de Espinharas tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação

funcionário dos Correios prestou à polícia foi publicado na íntegra pelo jornal oficial do Estado da Paraíba (*A União*). O mesmo se mostrou amedrontado e disse que se recusava a transportar os malotes procedentes da Vila de Alagoa do Monteiro, pois eles sempre continham importantes documentos relativos às eleições federais para presidente e vice-presidente a serem realizadas naquele município no próximo 01 de março de 1906. Sobre o assalto sofrido, o funcionário acrescentou: “Antônio Silvino me disse que precisava daquele dinheiro para fazer frente às perseguições que lhe movia o governo do Estado da Paraíba, e que doravante, passaria a atear fogo em todas as malas postais que pudesse.” (Jornal *A União*, 13 fev. 1906 Apud DANTAS, 2012, p.91).

De acordo com o Jornal *Diário de Pernambuco*, de 17 de fevereiro de 1906, (Apud OLIVEIRA, 2011, p. 73), naquela ocasião, o cangaceiro:

(...) **agrediu** o estafeta dos correios incumbido do serviço entre Monteiro e aquele Estado. Após terríveis ameaças, o **bandido** apoderou-se de todas as malas do citado empregado, que por felicidade extraordinária, não foi vítima do punhal do **sicário**. Silvino, após violar toda a correspondência e vendo não conter valores, queimou-a na presença do mesmo estafeta dizendo: faço isto porque preciso de dinheiro para fazer frente à perseguição que move-me o governo. (Grifos nossos).

Observamos que tanto a imprensa da capital paraibana (Jornal *A União*) como a da capital pernambucana (Jornal *Diário de Pernambuco*) procuraram dar visibilidade às ações de Silvino frente ao governo representado pela instituição dos Correios. Também vemos que a última matéria jornalística chamou Silvino de agressor, de bandido e de sicário (sanguinário, cruel) na tentativa de promover em seus leitores a imagem de um sujeito criminoso.

Essa mesma situação ocorrida em Cabaceiras foi relatada pelo poeta Chagas Batista, no cordel antes já mencionado, quando diz:

Em novecentos e seis,
(...)

No Estado da Parahyba

dos Milagres, no rio Taperoá e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do rio Pinhãras ou Espinharas, que acompanhava até o lugar onde é hoje a vila dos Patos, ali se dividia a estrada; a esquerda dirigia-se para Piancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 léguas até os confins da respectiva ribeira, a direita seguia em linha reta para a povoação das Piranhas, depois vila e cidade de Pombal; continuando para Souza, no rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará (...).”

Com um correio encontrei.
 Das malas que ele trazia
 Eu logo me apoderei
 Então tomei testemunhas
E as malas todas queimei.

E dei ao correio as coisas
 Que a ele pertenciam;
**Queimei as malas porque
 Julguei que ellas traziam
 Dinheiro ou instruções
 Para os que me perseguiam.**

E depois que eu tomei
 As malas desse correio,
 O governo entendeu
 Que esse era um ato feio;
 E então em minha pista
 Uma grande escolta veio. (BATISTA, 1932, p. 10). (Grifos nossos).

Ao analisarmos os versos de Chagas Batista, notamos que a informação de agressão não aparece e a criminalidade não é brutal como foi apresentada pelo Jornal *Diário de Pernambuco*. Vemos que o cordelista apresenta o cangaceiro como uma pessoa que se precavia ao queimar as malas dos correios que podiam trazer informações que pudessem prendê-lo. Como não sabia ler, Silvino queimava as correspondências sob a justificativa de que no meio delas poderia haver alguma que informasse de seu destino ou ordens do governo para sua perseguição e prisão. Porém, antes de queimá-las, ele abria os envelopes que traziam em seus interiores algum valor (dinheiro, joias e outros objetos pessoais) e dele se tornava dono.

O Jornal *A Província*, de 17 de maio de 1907, Apud Dantas (2012, p. 116), descreve que, no dia 11 daquele mês e ano, o grupo de Silvino voltara as imediações daquela vila, quando então se encontrava nas terras de Riacho Grande a procura do Major José de Brito Lira⁴⁶. A matéria diz que o cangaceiro tinha planos para assassinar aquele importante fazendeiro, mas sem sucesso em razão de o mesmo se encontrar naquela ocasião em viagem à vila Umbuzeiro.

Ainda sobre os feitos do cangaceiro e dos seus naquelas terras, o poeta Chagas Batista também descreve no seu cordel essa ocasião, como segue abaixo:

De novecentos e sete,
 (...)

Em dias do mês de abril,

⁴⁶ Não encontramos referência biográfica sobre o Major José de Brito Lira, mas identificamos que há uma rua com seu nome localizada na cidade de Campina Grande PB, no bairro de Catolé.

Na vila de Cabaceiras
 Ataquei um fazendeiro;
 Porém com boas maneiras,
 Seis contos de réis passei
 Para as minhas algibeiras... (BATISTA, 1932, p. 13).

Percebemos, portanto, as relações de poder que Silvino estabelecia com os poderosos locais: aqueles que não atendiam suas demandas eram ameaçados de surras e mortes; aqueles que atendessem as suas ordens eram poupados de violências e maiores prejuízos.

Ainda sobre as experiências de Silvino em Cabaceiras, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 13 de dezembro de 1911, noticiou uma crônica que já havia sido publicada no jornal *Gazeta de Notícias*⁴⁷. Vejamos:

“Gazeta de Notícias” – R. Manso reproduz na sua crônica parte de uma narração de viagem pelo sertão da Paraíba, feita por um engenheiro das obras contra as secas:

Em trabalhos contra a seca atravessava eu o sertão da Paraíba. Eu e o meu ajudante Neves, que se sentia doente, com o fígado já engorgitado, furúnculos rompendo a pele, falta de apetite, porque havia um mês, mais de um mês, que não brigava. Chegamos a Cabaceiras e fomos para o hotel. Estava o Neves a tomar um copo de cerveja, a um lado da mesa, quando entrou um sujeito e lhe esbarrou no ombro. A cerveja entornou-se. O Neves se ergueu e disse-lhe um desaforo. O homem, com boas maneiras, tirou o chapéu de couro e pediu humildemente perdão, que não fora por querer. O Neves não aceitou as desculpas e desafiou, provocou, pediu, suplicou, instou com o sertanejo para brigar com ele. Depois de muito rogado, o sujeito disse:

- Moço, o senhor tem aí uma pratinha?

O Neves tirou uma moeda de 500 réis e deu-lhe. Ele tomou-a e dobrou-a com os dedos. Depois abaixou a cabeça e disse:

- Faça obséquio de olhar aqui.

O Neves olhou e viu mais de vinte riscas em todas as direções; não dessas riscas precárias, feitas a ponto e que se desmancham de um momento para outro, mas boas gilvazes definitivas, abertos a facão. Depois abriu a camisa, mostrou na cintura um arsenal e no peito a mais surtida coleção de cicatrizes que se pode encontrar reunida em espaço tão diminuto e acrescentou:

- Veja. Aqui o senhor encontra recibo de faca, foice, chuço, punhal, rifle, chumbo e bala. Eu tenho no corpo mais chumbo do que o preciso para fundir em peso de quilo. Dez homens como o senhor não são gente para mim sozinho. Meu nome é Antônio Silvino... O senhor ainda quer brigar? O Neves ficou uns instantes mudo; mas não era de cólera, não. Pelo contrário. Ele é um rapaz de muito bom coração e aceitou, logo que lhe voltou a voz, as desculpas do Antônio Silvino. Fê-lo tomar um copo de cerveja, obrigou-o a jantar conosco e no dia seguinte, pediu licença e voltou para a capital.

⁴⁷ Jornal diário da cidade do Rio de Janeiro fundado em 02 de agosto de 1875, por José Ferreira de Sousa Araújo, circulou até 1942. Introduziu uma série de inovações na imprensa brasileira, como o emprego do clichê, das caricaturas e da técnica de entrevistas, chegando a ser um dos principais jornais da capital federal durante a Primeira República. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc>.

A crônica continua dando pistas sobre: quem Silvino tomava como alvo de seus assaltos e como esses se davam; seu olhar para com o governo; o número de cangaceiros que compunham o grupo e a sua organização interna; e suas características de personalidade. Vejamos:

Antônio Silvino chega nas coletorias, agências de correio e de telégrafos, arrecada todo o dinheiro que encontra e deixa recibo; mas sem estampilha. É uma questão de capricho. Ele diz que não sela os recibos porque não quer dar lucro de trezentos réis ao governo, que nada faz pelo sertão. Ele não tem às suas ordens o número de cangaceiros que dizem. Efetivos só tem trinta e dois. Esses são os do quando, os vitalícios, os que têm direito ao montepio. Quando há necessidade para o serviço, ele nomeia cangaceiros em comissão, diárias, a 5\$ por dia, com direito ao rifle. Ia fazer agora uma reforma, aumentar o pessoal, criar uma agência em Princesa, para tomar conta do João da Banda. Finalmente, este se uniu a ele e a reforma ficou adiada. O Antônio Silvino você vendo-o, não imagina de que ele é capaz. É um sertanejo de boas maneiras, muito respeitador (et por cause...) e tem fama de ser homem de uma só palavra. Quando me retirei de Cabaceiras corria entre os admiradores de Antônio Silvino uma subscrição (na qual assinei vinte mil réis) para adquirirem e lhe oferecerem um cemitério.

Outro lugar do Cariri paraibano que também logo sentiu a presença de Silvino foi o distrito de Barra de São Miguel⁴⁸, conforme identificamos em mensagem apresentada pelo então presidente da Paraíba José Peregrino de Araújo⁴⁹ à Assembleia Legislativa do Estado, datada de 01 de outubro de 1903:

Até mesmo o feroz bandido Antônio Silvino que em anos anteriores chefiara um numeroso grupo de criminosos que ameaçara deveras a ordem pública com suas constantes e frequentes incursões, crimes e depredações em limitada zona onde encontrara, pelo terror e fama que desgraçadamente conseguiu incutir no espírito do maios numero, como pela protecção que expontaneamente lhe dispensadam e ainda hoje dispensam outros que desconhecem os sentimentos elevados que caracterizam o verdadeiro patriota ou mesmo o que vulgarmente se denomina um homem de bem, - isto é, alguns em cujos corações só encontra agasalho e guarida o egosísmo, o interesse sórdido ou ainda a natural perversidade, irmanada ou associada a instintiva malevolência, até mesmo esse execrável bandido, repito, contra quem tenho mantido constante vigilância e ininterrupta perseguição legal, **no actual momento acha-se evadido do termo de Barra de S. Miguel, em cujo território vira-se coagido pela força publica incubida de sua captura a restringir sua funesta e perniciosa esfera de acção e perpretara em dias do mez que acaba de findar frio e feroz assassinato** após outro que com a mesma ferocidade e canibalismo praticara no mez anterior na povoação de Mogeiro de Cima do termo de Itabayana a vista e face de seus habitantes impassíveis, indiferentes e

⁴⁸ O povoado foi transformado em distrito com a denominação de Barra de São Miguel, pela lei Municipal Nº 2, de 06 de maio de 1866, subordinado ao município de Cabaceiras.

⁴⁹ Foi presidente do Estado da Paraíba, cargo que corresponde atualmente ao de governador, de 22 de outubro de 1900 a 22 de outubro de 1904.

bestialisados, e refugiado, ao que consta, na comarca de Bom Jardim do Estado de Pernambuco (...) (Grifos nossos).

O presidente estadual dar notícias de que Antônio Silvino havia passado em Barra de São Miguel, em setembro de 1903, onde havia cometido um assassinato. Depois disso, durante a segunda metade dessa década, Silvino e seu grupo intensificaram suas presenças naquele distrito. Cabe o registro de que esse lugarejo se situa no limite entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco, logo era um local estratégico para a ação do grupo liderado por Silvino. Isso por duas razões: a primeira, por que os locais de fronteiras estaduais geralmente são os que sediam as repartições coletoras de impostos, um dos alvos dos assaltos de Silvino; e a segunda, por que, quando de uma possível perseguição por parte das polícias de dos dois estados, elas não podiam agir em seu Estado vizinho, caso o grupo em fuga para ali se deslocasse.⁵⁰

Essa segunda razão é reforçada ao lermos a mensagem apresentada pelo então presidente da Paraíba Walfredo Leal⁵¹ à Assembleia Legislativa do Estado, datada de 01 de setembro de 1906:

Particularmente ao Estado, dentro de suas fronteiras a ordem e a segurança publica não foram abaladas por factos anormaes que occasionar podessem a perturbação da paz publica. Entretanto as diversas correrias que, em certa zona do Estado, hão feito os celebres bandidos conhecidos por Antônio Silvino, José Alves ou Pedro Brasilino, Cocada e outros, ainda não poderam ser debelladas, não obstante o máximo esforço empregado pelo governo, mandando continuadas expedições contra essa malta de scelerados que vam lançando o terror no seio da população, nos logares por onde passam. Sagases como são, e infelizmente protegidos por uns e tolerados por outros, que são levados a esse procedimento pelo medo ou por condescendência criminosa, **elles evitam sempre o encontro com a polícia, e quando se veem mais acossados fogem para os Estados visinhos, circunstancias estas que muito têm concorrido para o pouco resultado das diligencias havidas.** Garanto-vos, porem, que não descançarei enquanto não der captura a taes depredadores da vida e da propriedade alheias, esperando que os particulares, os amigos da ordem, se compenetrem da necessidade de que precisam auxiliar o governo na perseguição de tão desalmados inimigos, restabelecendo-se o socego e a tranquilidade das famílias. (Grifos nossos).

⁵⁰ O sistema federativo da então recente República brasileira era uma organização formada sob a base de uma repartição de competências entre o governo federal e os governos estaduais, mas a União tinha a supremacia sobre os Estados-Membros e estes eram entidades dotadas de autonomia constitucional. Essa autonomia estadual impedia, por exemplo, que a polícia de um estado interferisse em questões de seu vizinho.

⁵¹ Walfredo Soares dos Santos Leal (Areia, 21/02/1855 — João Pessoa, 30/06/1942) foi presidente do Estado da Paraíba, cargo que corresponde atualmente ao de governador, de 28 de outubro de 1905 a 28 de outubro de 1908.

Ao que as fontes indicam, essa estratégia passou a ser muito utilizada pelos cangaceiros, uma vez que encontramos o jornal carioca *O País*⁵² publicando editorial, que depois foi divulgado pelo jornal paraibano *A União*, de 25 de abril de 1908, anunciando que

(...) as maltas dos cangaceiros vivem uma vida perfeitamente nômade, sem ponto fixo, mas conhecem suficientemente os limites entre os dois Estados para se retirar para o outro lado da fronteira estadual, quando percebem que a ação da polícia se faz sentir no Estado em que se encontram. Não ignoram esses homens o benefício do regime federativo, que impede a polícia de um Estado, na perseguição de criminosos, invadir o território do Estado limítrofe, e fugindo para a Paraíba quando percebem que é a polícia de Pernambuco que os está perseguindo, e fugindo para Pernambuco quando é a polícia da Paraíba que lhes está no encalço, conseguem desde muitos e muitos anos conservar-se livres no sertão e senhores daquela zona e da vida e dos haveres daquela gente.

Em decorrência dessas razões, entre as 23:00h do dia 26 e 03:00h do dia 27 de janeiro de 1907, Silvino e mais 13 cangaceiros retornaram à Barra de São Miguel prendendo o delegado de polícia, Nicolau Vitalino Correia de Araújo, e os três soldados que guarneciam a localidade, além de dar cabo a vida de um ex-soldado, chamado João Anastácio, que a cerca de quatro anos trocara tiros contra ele na povoação do Boqueirão. Essas informações foram divulgadas no Jornal *A União* que, por sua vez, serviram de fonte para o *Jornal A República* da capital do Rio Grande do Norte, conforme segue:

Antônio Silvino - A ÚLTIMA FAÇANHA

Sobre a ultima façanha de Antônio Silvino, o ataque da villa da Barra de S. Miguel, na Parahyba, lemos o seguinte, na "União": Segundo informações fidedignas recebidas dessa villa sertaneja, eis o que se passou por ocasião da estada ali do bandido Antônio Silvino. No dia 26 de janeiro, depois de 11 horas da noite, entrou o grupo formado de 13 cangaceiros, inclusive o chefe, na villa, onde não havia a menor noticia da sua aproximação. Cerca de uma hora antes, estiveram na casa do delegado de policia, cidadão Nicolau Vitalino Correia de Araújo, distante da villa um kilometro e obrigara o mesmo delegado a acompanha-lo e a servi-lhe de guia. Ao entrar na villa, Antônio Silvino dirigiu-se a cada uma das residências das praças de policia, que em um número de três guarneciam a localidade e foi prendendo-as cada uma por uma vez. Tomou-lhes as armas e os fardamentos, e obrigou-as a acompanha-lo. Presa e desarmada a ultima praça, dirigiu-se o facinora á casa de João Anastácio, ex-praça do Batalhão de Segurança, que a cerca de quatro annos sutentara fogo contra ele na povoação do Boqueirão. A voz do delegado, prisioneiro

⁵² Jornal carioca diário fundado em 1º de outubro de 1884, por João José dos Reis Júnior. Teve sua circulação interrompida entre 24 de outubro de 1930 e 22 de novembro de 1933, e encerrou definitivamente suas atividades em 18 de novembro de 1934. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc>.

de Antônio Silvino, João Anastácio abriu a porta, sendo subitamente amarrado pelo grupo e arrastado para a rua, onde recebeu grande numero de açoites e duas facadas.

A matéria segue dizendo que em seguida Silvino foi à casa do capitão Manoel Henrique do Nascimento Araújo, escrivão da Mesa de Rendas, exigindo que lhe entregassem o dinheiro que havia no cofre e mandando seus homens fazerem uma fogueira para que fossem queimados todos os livros, documentos e estampilhas da repartição⁵³. Vejamos:

Depois seguiu o grupo para a casa do capitão Manoel Henrique do Nascimento Araújo, escrivão da Mesa de Rendas, ao qual intimou a entregar todo o dinheiro existente na repartição, no que foi obedecido. Assim passou às mãos de Silvino a quantia de trezentos e tantos mil reis, único dinheiro existente na Mesa de Rendas porque o respectivo administrador major Deodato Pereira Borges, tinha vindo pouco antes á capital recolher a arrecadação do ultimo trimestre. Os bandidos obrigaram o referido escrivão a abrir a repartição, onde se apoderaram de todos os livros, papeis e estampilhas que conduziram para a rua e queimaram completamente. Silvino recomendou então ao escrivão que da arrecadação que fizesse, guardasse-lhe cada mez 50\$000, que ele viria ou mandaria buscar.

Em seguida, o grupo de cangaceiros exigiu quantia em dinheiro de Candido Casteliano dos Santos Olyntho (subdelegado de polícia) e de José de Vasconcelos (1º suplente do Substituto do Juíz Seccional), deu cabo à vida de Pedro Rodolpho (soldado local) e exigiu café de Manoel Melchiades Pereira Tejo (tenente-coronel). Sobre esses fatos, segue a matéria:

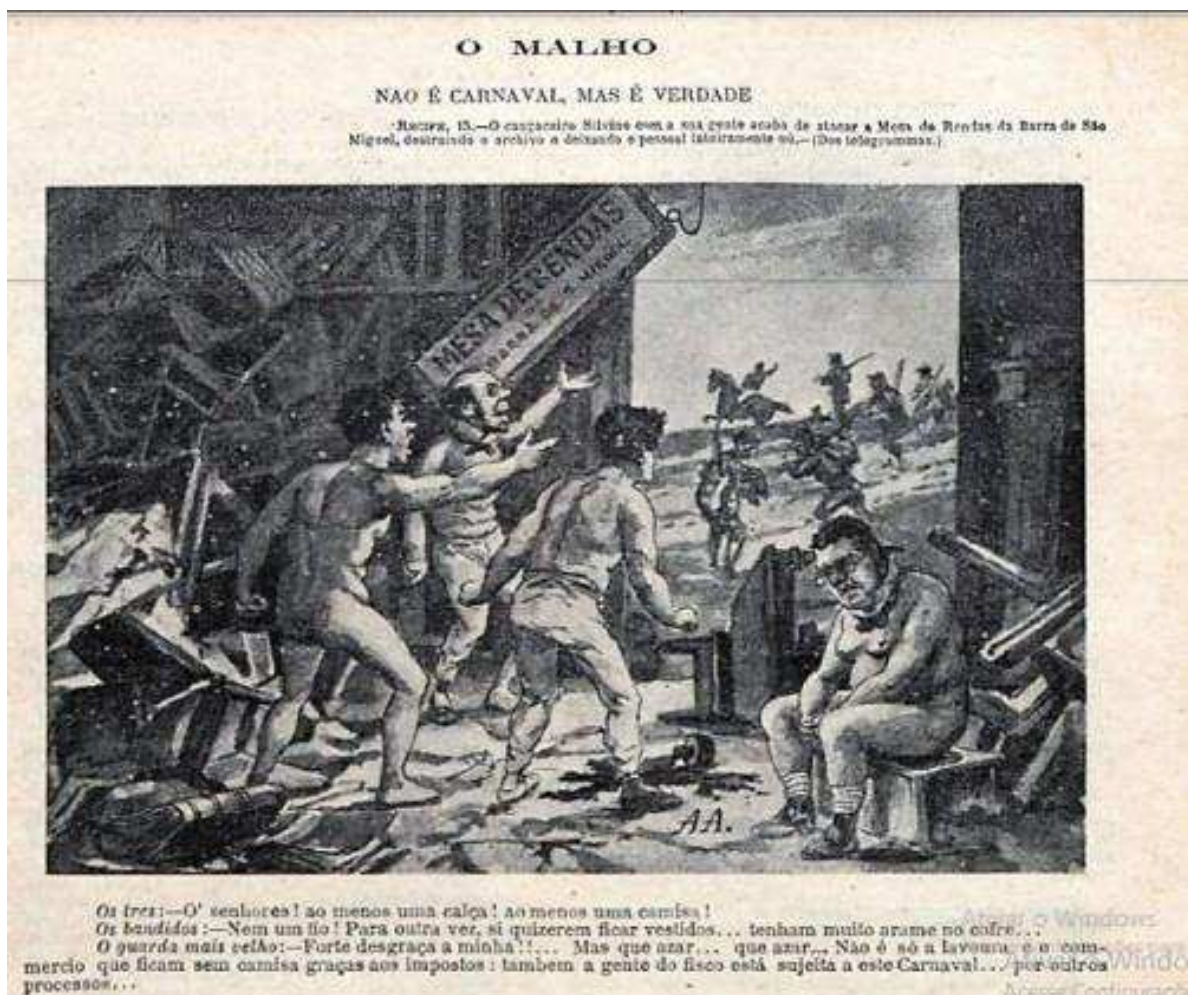
Foram d'ahi á casa do subdelegado de policia, Candido Casteliano dos Santos, contra quem Antônio Silvino estava prevenido, e que recebeu a exigência de um conto de réis, sob pena de ver incendiado o seu estabelecimento comercial. O sr. Candido Casteliano respondeu que não dispunha de quantia tão elevada porque fizera pouco antes remessa para a praça do dinheiro apurado, pelo que Silvino aceitou a importância de 400\$000, tirando porem fazendas no valor de 200\$000. Exigiu e recebeu 50\$000 do cidadão Olyntho José de Vasconcelos, 1º suplente do Substituto do Juiz Seccional. Mandou esbordoar uma praça do destacamento de nome Pedro Rodolpho, porque esta declarou que só se entregara sem resistência por ter sido surpreendida. Tudo se fez no maior silencio de modo que as pessoas, que se achavam agasalhadas no interior das casas não presentiam o que se passava na rua. Antes de retirar-se, Antônio Silvino mandou bater na porta do tenente-coronel Manoel Melchiades Pereira Tejo, que até então ignorava o que se estava passando, e que despertando, abriu a porta. D'elle exigiu Silvino café para si e seus companheiros no que foi

⁵³ As Mesas de Rendas foram criadas no período da Regência, na primeira metade do século XIX, funcionando como unidades alfandegárias menores que substituíam as alfândegas em portos de pouco movimento onde não compensasse a instalação de uma aduana completa e que serviriam como coletoria para a arrecadação de impostos.

satisfeito, retirando-se da villa ás 3 horas da madrugada. Em breve apresentaremos os desdobramentos deste ataque de cangaceiros a Barra de São Miguel - PB. (Jornal *A Republica*, 13 fev. 1907).

Este ataque àquela vila repercutiu não só na Paraíba e estados vizinhos, mais também na imprensa da capital federal. Referimo-nos a revista carioca *O Malho*⁵⁴ que, em sua edição do dia 23 de fevereiro de 1907, apresentou para seus leitores a charge que segue:

IMAGEM 11 – CHARGE DO JORNAL O MALHO



Vejamos a abordagem da revista:

⁵⁴ Revista ilustrada de sátira política, publicada semanalmente, que circulou no Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1954, ficando famosa por suas charges e caricaturas que ironizavam a política nacional. Inicialmente, *O Malho* foi, sobretudo, uma revista de crônica e crítica política ilustrada, inaugurando a fase de predominância da caricatura, em substituição à era do desenho humorístico, representada pela *Revista Ilustrada*. Em 1904, a revista incorporou a sua equipe de articulistas importantes nomes ligados ao grupo de literatos do Rio de Janeiro conhecido como “geração boêmia”, como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc>

O MALHO

NÃO É CARNAVAL, MAS É VERDADE

RECIFE, 15 - O cangaceiro Silvino e sua gente acaba de atacar a Mesa de Rendas da Barra de São Miguel, destruindo o arquivo e deixando o pessoal inteiramente nú - (Dos telegramas).

Os três: - Ó senhores! Ao menos uma calça! Ao menos uma camisa!

Os bandidos: - Nem um fio! Para outra vez, se quiserem ficar vestidos... tenham muito arame no cofre...

O guarda mais velho: - Forte desgraça a minha!!... Mas que azar... que azar... Não é só a lavoura e o comercio que ficam sem camisa graças aos impostos: também a gente do fisco está sujeita a este Carnaval!... por outros processos...

A revista *O Malho*, como o próprio nome sugere, era uma publicação com forte viés crítico em relação à atuação dos governantes da época, em especial, com relação a questão da segurança pública e a da cobrança excessiva de impostos. Sobre o episódio do ataque à Barra de São Miguel, essa revista trouxe a seguinte composição visual: na parte superior, duas linhas com a informação do fato ocorrido; no centro a charge; e, abaixo desta, um hipotético diálogo criado pela revista para "malhar" a humilhação vivida pelas autoridades locais, além da crítica ácida a cobrança de impostos por parte do governo.

Esses fatos também são descritos nos versos de Chagas Batista, como segue:

E no dia vinte e seis
Do mesmo mês de janeiro,
À Barra de S. Miguel
Fui com meu grupo inteiro.
Ali uma boa surra
Eu dei num alcoviteiro.

Quatro praças que lá estavam
Em ceroulas eu deixei;
Então da mesa de rendas
Eu logo me apoderei;
O dinheiro que lá havia
Para o meu bolso passei.

Incendiei os papeis

Todos da arrecadação,

Deixei nus os empregados,

Conduzi a munição

Dos soldados e os deixei

Sem farda, "comblain" e facão. (BATISTA, 1932, p. 12). (Grifos nossos).

Segundo João Agra de Oliveira Silva, em depoimento prestado a Dantas (2012, p. 106), Antônio Silvino havia dito na ocasião ao Capitão Manoel Henrique do

Nascimento Araújo, escrivão da Mesa de Rendas, que “Essas coisas de nada servem! Esse povo aqui não tem dinheiro nem para comer direito, quanto mais para pagar imposto! – Disse em tom de pilhéria.” Ao ajudar ou defender os pobres em um ano de seca (1907), Antônio Silvino ampliava a sua rede de solidariedades, uma vez que, ao receber seu apoio, essas pessoas passavam a conservar por ele um sentimento de gratidão que podia ser recompensado em qualquer momento.

Essa solidariedade pode ser percebida na matéria do *Jornal Pequeno* de 09 de fevereiro de 1907, que descreve o encontro que Silvino teve com o fazendeiro Major Manoel Melchiades Pereira Tejo naquela ocasião em Barra de São Miguel. Vejamos o diálogo estabelecido entre ambos:

- O sr. tem um filho que está estudando para doutor e chegou há dias do Recife?

- Tenho, sim, respondeu o interrogado.

- Faça favor de mandar chamá-lo, retorquiu Silvino.

Comparecendo o acadêmico à presença deste, Silvino perguntou-lhe pelo rifle que havia trazido do Recife e se a dita arma era pra ser empregado contra elle, Silvino. O interpellado desfez-se em mil satisfações, dizendo que o rifle não era para Silvino e sim para a defesa da casa de seu pai. Silvino pediu então para ver a arma, que achou excellente e de muita utilidade. Mostrando-se o acadêmico muito admirado de ter Silvino conhecimento da existência do rifle em sua casa, respondeu-lhe o chefe dos cangaceiros que já sabia há dias e mais ainda que trouxera 50 balas de munição¹³⁶. (*Jornal Pequeno*, 09 fev. 1907)⁵⁵.

Ao analisarmos essa matéria, notamos que, para afrontar o poder dos coronéis proprietários de terras, Silvino fazia uso de uma rede de sociabilidade que havia construído, pois certamente ele havia recebido a informação a respeito da arma e das balas e sabendo que poderia se beneficiar de tais objetos realizou incursão à fazenda do Major Melchiades. Silvino ficou com 30 das balas e seguiu o curso de seus caminhos sem destino certo. Ainda sobre essa presença de Silvino e seu grupo em Barra de São Miguel, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 01 de março de 1907, noticiou:

AINDA OS CANGACEIROS

Contando novas proezas de Antônio Silvino, escreveu de Taquaritinga à “Província” do Recife:

Por volta das 8 horas da noite de sábado, 20 de janeiro findo, Antônio Silvino, com o seu grupo de 12 bandidos, assaltou a povoação de Barra de

⁵⁵ Esta edição do *Jornal Pequeno* foi reeditada e distribuída nos arquivos da cidade do Recife em 09 de fevereiro de 2007, ocasião em que se comemorava o centenário do frevo. Esse exemplar traz uma matéria sobre Antônio Silvino. Cf. OLIVEIRA, 2011, p. 76.

S. Miguel, do vizinho estado da Paraíba e limites deste Estado, povoado que dista desta cidade oito léguas, e dirigiu-se o grupo à mesa de rendas, repartição fiscal paraibana, criada ali há alguns anos para o recebimento de impostos – os tão perniciosos e inconstitucionais impostos interestaduais. Na casa contígua estavam quatro soldados, que ali se acham destacados, aos quais o bandido tomou o fardamento, armas e munições, obrigando-os em seguida a acompanhá-lo à residência do subdelegado do lugar, que, também sob ameaças de morte, acompanhou o mesmo bandido. Antônio Silvino, com o subdelegado e as quatro ex-praças, estas em camisa e ceroula, dirigiu-se à casa de alguns negociantes da localidade e, no seu modo de roubar, fez uma colheita de um conto de réis, aproximadamente. Terminando essa ‘visita’ voltou a repartição fiscal que invadiu e ali encontrou pequena quantia que embolsou e em seguida deu suas ordens para a destruição, ordens que foram prontamente cumpridas, pois todo o arquivo inclusive estampilhas e selos e outros papéis foram destruídos. O chefe da repartição achava-se ausente na vila de São João. Pouco depois retirava-se essa horda de salteadores tendo antes o celerado chefe dado uma grande surra em um dos pobres soldados, que ficou semimorto!

Possivelmente, Silvino escolhera aquele distrito para assaltar em razão de ele sediar “repartição fiscal paraibana, criada ali há alguns anos para o recebimento de impostos”, como a fonte acima nos apresenta. Essa possibilidade aumenta ao encontrarmos o registro de que ele esteve ali em setembro de 1910, quando invadiu novamente a Mesa de Rendas e roubou uma pequena quantidade de dinheiro que lá havia. Vejamos:

Fui em setembro de mil
E novecentos e dez
À Barra de S. Miguel
E lá espalhei os pés;
Matei, pedi e tomei
Quase três contos de réis.

Lá dois soldados quiseram
Comigo se arreliar,
Porém eu matei um deles
E no outro mandei dar
Uma surra, e, no meu grupo
Fi-lo à força bruta entrar...

Então guiado por ele
Eu fui à Mesa de Rendas;
O dinheiro que achei lá
Mal deu para as encomendas;
Eu embolsei-o dizendo:
- Este é prá minhas merendas. (BATISTA, 1932, p. 20).

Ele e os seus comandados também circularam no município de Monteiro. Que marcas ali Silvino deixou? Vejamos...

4.2 NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO: ALIANÇA COM AS ELITES DE OPOSIÇÃO NA CAMPANHA ELEITORAL DE 1912

O município de Alagoa do Monteiro foi criado pela Lei Provincial Nº 457, de 28 de junho de 1872. No início do século XX, faziam parte de sua circunscrição os atuais municípios de Sumé (1951), Prata (1955), São Sebastião do Umbuzeiro (1959), Ouro Velho (1961), São João do Tigre (1962), Amparo (1994) e Zabelê (1994). Nesse tópico, passamos a descrever a passagem de Silvino e seu grupo sobre esse território.

Sobre as andanças de Antônio Silvino e seu grupo por esse grande território, Dantas (2012, p. 14) destaca que “No auge da vida de bandoleiro, agiu em Fagundes, Esperança, **Monteiro**, Alagoa Grande e Cabaceiras, até ser preso e levado para a Casa de Detenção, no Recife, onde ficou 22 anos”. (Grifos nossos).

Alguns jornais do Estado de Pernambuco notificaram em suas matérias principais as passagens do cangaceiro Antônio Silvino pelo Estado da Paraíba. Segundo o *Diário de Pernambuco*, de 19 de Março de 1908, a passagem do cangaceiro Antônio Silvino pelo município de Alagoa do Monteiro, Estado da Paraíba se deu da seguinte maneira:

No dia 29 de Abril de 1908, o governo pernambucano, através do Dr. Amaral Freire, tornava Delegado Comissionado o Capitão Zacarias Neves, de Alagoa do Monteiro, no estado vizinho. Neves sem demora organizou uma força armada composta de 21 civis e na primeira semana de maio partiu à caça de Antônio Silvino. Na manhã do dia 11 daquele mês, um combate entre a volante e os homens do cangaceiro foi registrado na Fazenda Arara, do Coronel Patrício Maracajá, próximo a Cabaceiras. (Jornal *Diário de Pernambuco*, 19 maio 1908).

O jornal *O Município*, de 28 de junho de 1908, Apud Oliveira (2011, p. 123-124), noticiou uma situação que registra a passagem de Silvino e seu grupo por Alagoa do Monteiro. Diz essa fonte que, ao passar pelo município de Ingá, Silvino havia confessado ao fazendeiro Augusto Rezende e ao bacharel João Demétrio que teria assassinado um cangaceiro de seu grupo de nome Francisco Cabral por julgá-lo “um grande traidor”. Sobre o contexto que levou a esse desfecho, Oliveira diz que

No caso de Silvino, ele teria assassinado um rapaz em Andradina e um irmão da vítima teria jurado vingar sua morte. Nesse sentido, quando o cangaceiro estava acampado nas caatingas de **Monteiro**, na Paraíba, chegou o moço pedindo-lhe para entrar no grupo liderado por ele. Não

reconhecendo o rapaz que parecia ter boas qualidades, o cangaceiro o aceitou em seu grupo, ficando o mesmo aguardando uma oportunidade para acabar com seu inimigo. Porém, outro cangaceiro do grupo, Francisco Cabral, ia traiçoeiramente atirando em Silvino quando o dito rapaz impediu-lhe: queria ele mesmo ter o prazer de assassinar o chefe!? Depois de punir Francisco Cabral, assassinando-o, e saber os verdadeiros intuitos do rapaz, Silvino entrou em luta corporal com o mesmo e pediu aos seus homens que não se intromettesse na questão, pois queria matá-lo sozinho. Assim, depois de algum tempo de confronto percebeu-se que ambos eram iguais na coragem, na força e na habilidade para luta. Nisso um cangaceiro de Silvino resolveu matar o rapaz por traz, sendo imediatamente proibido pelo chefe, que lhe disse que um homem inteirado daquele não se matava com traição. (2011, p. 123-124). (Grifos nossos).

O poeta Manoel Camilo informa, no folheto *Antônio Silvino* (S/D), que o rapaz teria desistido da vingança ao perceber a hombridade de Silvino.

Além desses registros, não identificamos outras fontes que falem da presença de Silvino e seu grupo naquele município caririzeiro. As que dão conta das relações de poder estabelecidas ali por ele se apresentam no contexto da campanha para as eleições estaduais de 1912.

A então hegemônica oligarquia paraibana do alvarismo havia indicado João Pereira de Castro Pinto como candidato ao governo estadual pelo Partido Republicano Conservador da Paraíba para as eleições daquele ano.⁵⁶ Em contraposição a essa chapa, o nome do Coronel do Exército, Francisco Joaquim do Rego Barros, foi lançado como candidato ao governo estadual pelo Partido Democrata, cujo apoio se fez ancorado na “Política das Salvações” levada a cabo pelo presidente do Brasil, Marechal Hermes da Fonseca.⁵⁷

Entre janeiro e 22 de junho de 1912, data essa marcada para se realizarem as eleições estaduais, se processou uma acirrada campanha entre essas duas chapas, cujos desdobramentos transcorreram nos municípios paraibanos onde situação e oposição políticas travaram ferrenhas lutas partidárias. Em Alagoa do Monteiro, a oposição ao alvarismo era encabeçada por Augusto Santa Cruz que empreendeu

⁵⁶ O alvarismo, liderado por Álvaro Lopes Machado, comandava a política da Paraíba desde 1892.

⁵⁷ Durante todo o mandato do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) foi implantado o projeto chamado “Política das Salvações”, que consistiu em promover intervenções federais sucessivamente nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas, alegando a prática de corrupção e a fim de colocar interventores militares na chefia dos Estados em substituição às oligarquias dominantes. Mas, o sucesso das intervenções abalou as bases governistas, acabando por enfraquecer Hermes da Fonseca. A “Política das Salvações” apenas substituiu o poder de velhas oligarquias por outras e o projeto de “moralizar os costumes políticos e reduzir as desigualdades sociais” não se realizou. Cf. Carone, 1977.

acirrada campanha na defesa do Coronel Rego Barros, apoiado pelo então Ministro da Guerra, o General Emídio Dantas Barreto, vitorioso em Pernambuco.⁵⁸

IMAGEM 12 – AUGUSTO DE SANTA CRUZ OLIVEIRA



FONTE: Pimentel, 1958.

Foi durante o governo de José Peregrino de Araújo (1900-1904) que começaram a ser feitos os ensaios do drama que Augusto Santa Cruz encenaria nos anos de 1911 e 1912. Segundo o que o próprio Augusto Santa Cruz coloca, em seu manifesto publicado pelo jornal *Estado da Parahyba*, de 19 de setembro de 1912, rivalidades políticas desembocaram nos primeiros desentendimentos políticos locais, que se deram em torno de uma disputa pela maioria no Conselho Municipal, quando ele, então promotor da Comarca, rompeu, em 1904, com outro chefe político, o juiz local José Neves, tendo o então presidente da Paraíba, José Peregrino, apoiado a corrente política do Dr. José Neves, o que levou Augusto Santa Cruz a afastar-se do governo do Estado, não da oligarquia alvarista como um todo.

Ainda sobre as rivalidades políticas locais nesse município, Nunes Filho (2011, p, 81) destaca que elas se verificavam desde o início do século XX, quando o presidente da Paraíba, Álvaro Lopes Machado (1904-1905), querendo dismantlar o poder exercido pela família Santa Cruz na região, resolveu passar a chefia municipal para o coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal.

⁵⁸ Augusto de Santa Cruz Oliveira nasceu em Alagoa do Monteiro em 01/11/1875, sendo um dos cinco filhos do latifundiário e chefe político local João de Santa Cruz Oliveira, natural de Correntes-PE, e de Ornícinda Bezerra, que era filha do Tenente Manoel dos Santos Bezerra, pertencente a uma tradicional família da vila de Alagoa do Monteiro. Augusto de Santa Cruz foi casado com Constância Bezerra, também natural de Alagoa do Monteiro e filha de Saturnino Bezerra dos Santos. Ele se formou em Direito pela Faculdade do Recife em 1895, cujo pai, falecido antes dessa data, lhe havia legado o comando político local. Aos 23 anos, em 1898, já era promotor público em Alagoa do Monteiro. Ele faleceu em 1944, em Limoeiro-PE. Cf. Nunes Filho, 2011.

Também de acordo com Nunes Filho (2011), rompido definitivamente com o alvarismo em 1910, Augusto Santa Cruz protagonizou uma série de episódios onde imperou a violência com perseguições, espancamentos, invasões de vilas, tiroteios e mortes. Nesse ano, após romper com o chefe político local, coronel Pedro Bezerra, envolveu-se em emboscadas e invadiu a vila de São Tomé (atual cidade de Sumé-PB). Por essas ações foi pronunciado pela Justiça. Inconformado, em maio de 1911, cercou a vila de Alagoa do Monteiro com 200 homens armados, quebrou a cadeia, libertou os presos e permitiu que seus homens quebrassem portas das residências, saqueassem lojas e bens dos inimigos. Ao final dessa escaramuça, tomou como reféns as autoridades locais, conduzindo-as prisioneiras para sua fazenda Areal.⁵⁹ Augusto Santa Cruz pretendia negociar a liberdade deles em troca de anistia dos crimes pelos quais estava sendo acusado.

João Machado, então governador da Paraíba, mandou telegrama relatando a sua versão dos fatos ocorridos em Alagoa do Monteiro, que foi publicado no jornal *A União*, em 03 de junho de 1911:

(...).

Dados esses fatos, foi instaurado processo e novamente apurada a responsabilidade do mesmo bacharel, sendo ele pronunciado no artigo 294, parágrafo 1º, do Código Penal, não só por esses últimos fatos, como pelos anteriores que deram lugar à renovação do lugar anulado pelo Supremo Tribunal. Santa Cruz, receando ser condenado pelo júri, clandestinamente preparou-se reforçando seu pessoal composto de bandidos como **Antão Godê e outros do grupo do célebre Antônio Silvino**, inopinadamente assaltou a vila de Monteiro, distante seis léguas de sua fazenda Areal, alta madrugada, no dia 6 deste mês, depois de vencer tenaz resistência do pequeno destacamento ali existente, (...). (Grifos nossos).

O governador da Paraíba ignorou os pedidos de negociação e ordenou que um contingente de 230 policiais, comandado pelo coronel Álvaro Monteiro, partisse da capital no dia doze, “pelo trem das 7 da manhã”, com destino a mencionada localidade para prender o grupo de Santa Cruz e libertar os reféns. (Jornal *A União*, 13 maio 1911). A fazenda Areal foi cercada e atacada pelas tropas e, após intenso tiroteio, Santa Cruz conseguiu evadir-se com seus homens com destino ao Estado de Ceará. Ao final, a força policial queimou completamente a fazenda, destruindo

⁵⁹ As autoridades sequestradas foram: Pedro Bezerra, prefeito; José Inojosa, promotor público; Capitão Albino, comerciante e fazendeiro; Major José Basílio, comerciante e fazendeiro; e Victor Antunes, chefe da Agência dos Correios da Vila de Alagoa do Monteiro. A fazenda Areal se localiza atualmente no município de Prata-PB. Cf. Nunes Filho, 2011.

tudo o que encontrou pela frente. Os reféns foram sendo liberados gradativamente, à medida que Santa Cruz e os seus se afastavam da perseguição da polícia.

Quando da campanha para as eleições estaduais de 1912, Santa reorganizou suas forças e aliou-se ao coronel Franklin Dantas, líder também desprestigiado na vila de Teixeira pela oligarquia alvarista, junto com o qual traçou planos de invadir a capital da Paraíba. Para isso, conseguiu reunir um grupo de mais de 400 homens, entre moradores, empregados, fugitivos da justiça, cangaceiros, amigos e parentes. Em maio daquele ano, à frente de uma beligerante coluna, ele invadiu Patos, Taperoá, Santa Luzia do Sabugi, Soledade e São João do Cariri com o objetivo de provocar um clima de desordem generalizada que justificasse o Governo Federal intervir no Estado, depondo o então presidente João Machado à reboque da “Política das Salvações” e, assim, facilitando o desenvolvimento da campanha eleitoral oposicionista que apoiava o Coronel Rêgo Barros, disputante da presidência do Estado contra o candidato do governo João de Castro Pinto.

Em 1912, Antônio Silvino, como fazia oposição aos governadores estaduais, imediatamente passou a apoiar Santa Cruz e Franklin Dantas em Alagoa do Monteiro. De acordo com Nunes Filho (2011, p 427),

Há inúmeras referências na imprensa paraibana, ligando Antônio Silvino a Santa Cruz. Isso acontecia por várias razões: primeiro, porque a imprensa governista fazia uma campanha permanente no sentido de desgastar a imagem política de Dr. Augusto perante a opinião pública do Estado, ligando sua imagem à do cangaceiro; segundo, porque transitavam nos dois grupos bandidos comuns a ambos os chefes, a exemplo de Pilão Deitado, João Guedes, Mãezinha e Godê; terceiro, porque poetas-cordelistas costumavam fazer referências ligando Antônio Silvino a Santa Cruz para dar mais sensação a seus escritos.

Apesar de esse autor procurar distanciar a parceria que existiu entre Silvino e Santa Cruz, as fontes dão conta de que ambos estiveram juntos em oposição ao alvarismo naquele ano.

Em 20 de junho de 1912, dois dias antes das eleições, o jornal *O Comércio*⁶⁰ publicou uma longa matéria intitulada *Os Cangaceiros da Paraíba* e não assinada com o objetivo de representar negativamente a imagem das famílias Santa Cruz e Dantas. Vejamos:

⁶⁰ Jornal fundado na capital pernambucana por Francisco Pessoa de Queirós (Umbuzeiro, 7 de novembro de 1890 – Recife, 7 de setembro de 1980), que foi um empresário, advogado, diplomata e político brasileiro.

Passemos uma revista no exército de cangaceiros que invade a Paraíba. O grosso da força é composta pelos homens do Cariri, os cabras do Juazeiro, os mandriões do Riacho dos Carás, cearenses pequenos e rijos, de ocipitais achatados, maçãs salientes, fornecidos pelo Padre Cícero ao seu grande amigo, o Bacharel Santa Cruz, herói dos sucessos de Alagoa do Monteiro. Vêm depois os cabras paraibanos do Catolé e do Brejo do Cruz, acostados dos Saldanhas, gente que, de filhos a netos, tem mantido honrada e lealmente uma grande tradição de banditismo. Chefia-os Joaquim Saldanha, que há quatro anos, com seu primo bastardo, Antônio Saldanha, luta, sem afadigar-se e sem desesperar-se. Joaquim Saldanha é um exemplo frisante do cangaceiro produzido pelas lutas entre famílias poderosas, originadas nos tempos patriarcais dos primeiros estabelecimentos de colonos, subindo os vales dos rios, a penetrarem lentamente pelos sertões escampos. Joaquim Saldanha é aparentado com os Dantas do Teixeira e com os Veras, célebres em toda a Paraíba. O contingente de Joaquim Saldanha consta de seus sessenta homens, dos mais decididos e audazes. Vejamos a gente sem temor do Teixeira, na Paraíba. É a gente das mesmadas que vem praticando durante um longo tempo espaço de tempo, sem um dia de exceção, o banditismo mais bem caracterizado possível. A ação da polícia local é tão fraca nesse assunto de cangaceiragem, que andam agora a chefiar matulas de desalmados, homens que cursaram academias e que, pela contingência de viverem no sertão, tendo interesses mediatos e fortes nas lutas políticas, sentindo despertadas as velhas inclinações de raça, a elas se lançam à frente de bandidos armados. Dizem já os matutos que é moda ser cangaceiro formado. Santa Cruz é bacharel, Franklin Dantas, médico. **Uma feita, bem pouco tempo ainda, comentando esse fato, Antônio Silvino disse com ironia, que de três anos para cá já não gozava celebridade, “só se quer saber de cangaceiros doutores...”**. Do mesmo modo que Joaquim Saldanha é um exemplo de quanto influiu o meio, atuando sobre as predisposições ativas de um indivíduo, Franklin Dantas, descendente de cangaceiros terríveis, vivia pacatamente de sua clínica em uma localidade litoral. Mudou-se depois para o sertão da Paraíba, entrou na política local, teve questões de terra, fez-se cangaceiro já com cinquenta e muitos anos de idade e com a cabeça quase branca... A essa gente toda, mais um chefe se foi juntar, um chefe fraco, porém, cujo fim é pescar nas águas turvas da conflagração dos sertões e lucrar com as modificações políticas que aparecem. É o conhecido Neco Fanúcio, do Rio Grande do Norte. (Grifos nossos).

O objetivo principal do articulista anônimo é o de fazer ataques à imagem pública de Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas, procurando, inclusive, ressaltar que Antônio Silvino e seu grupo haviam perdido o seu grande prestígio perante os cangaceiros doutores Santa Cruz e Franklin Dantas, líderes dos “Revolucionários da Salvação” que invadiram várias cidades do Cariri paraibano, com o intuito de deporem o presidente estadual João Machado. Procurando caracterizar Silvino em outro padrão de cangaceiro, a matéria segue fazendo considerações sobre os seus hábitos e comportamentos. Vejamos:

Antônio Silvino é o chefe que aderiu à liga invasora; porém ficou só com o seu resumido bando, vagueando em liberdade. É um cangaceiro de uma outra espécie, à maneira de Jesuíno Brilhante: cinco ou seis companheiros,

boas armas, toda a prataria ríspida dos sertões, plena, liberdade, cumplicidade dos habitantes, ou por medo ou por admiração, e os combates e os sambas e as noites mal dormidas ao relento, sob a luz pálida da lua, no silêncio dos vastos campos adormecidos. Antônio Silvino é um tipo interessante e completamente original. É pernambucano e chama-se Manoel Batista de Moraes. Antônio Silvino é o nome de guerra, tomado em memória de um chefe sob cujas ordens se fez- o conhecidíssimo Silvino Ayres. Anda sempre com seis ou oito bandidos. Nunca tem mais. Vive com uma farda de major da polícia, galões dourados no punho. É a sua mania. Os seus bandidos usam velhas fardas de soldados, botões areados, luzinho. Todos têm fitas, como se fossem oficiais inferiores; um tem duas fitas, outro três, outro quatro... Desse pequeno bando, até bem pouco tempo, fizeram parte dois terríveis matadores, Godê e João de Banga, os quais hoje em dia, acham-se às ordens de Franklin Dantas. Antônio Silvino é analfabeto e afirma ser espírita. Tem 37 anos de idade e mais de 100 homicídios na cacunda, como diz o povo sertanejo. Anda sistematicamente a pé; não gosta de montar a cavalo; faz 18 léguas em 24 horas. É incapaz de faltar ao respeito a uma família e não pede pousada, em parte alguma, nem aceita se lhe oferecem. Isto porque é sua frase predileta a seguinte - "Ainda não nasceu homem em quem eu confiassel!" Tem dois fracos, duas manias pelas quais é capaz de sacrificar tudo: brilhantes e extratos finos. Unta os cabelos com brilhantina cheirosa, borrifa-se de cheiro, lava o rosto com água de colônia, anda com os dedos cheios de brilhantes grandes e caros, encontrados em grossos anéis de ouro. Jamais toma um vintém de quem quer que seja. Pede e logo lhe dão, fazendeiros e agricultores. Calcula-se em 8 a 10 contos as somas que arrecada, mensalmente. Compra, tudo com dinheiro falso, o que faz pensar que tenha um sócio. Ai de quem recusar recebê-lo. As suas armas são rifle winchester, de 14 balas, um punhal de cabo de prata, com 12 polegadas de comprimento e uma pistola Brownine que o vulgo no norte chama Mauser, conduz dois sacos com balas e na cintura uma cartucheira de couro dupla. Outrora Antônio Silvino aceitava pagamentos para fazer mortes. Hoje não aceita mais; mata somente por vingança.

Essa descrição pormenorizada de Antônio Silvino foi publicada na época de sua atuação nos sertões da Paraíba, o que demonstra como o governo procurava conhecer aquele grupo de cangaceiros, cujo principal objetivo era o de prendê-lo.

Apesar dessa ação conjunta entre as elites políticas de oposição ao alvarismo e o grupo de cangaceiros liderado por Silvino, a "Salvação" não conseguiu instalar-se na Paraíba devido o acordo mediado por Epitácio Pessoa entre a oligarquia dominante e o governo federal que empreenderam uma repressão à essa oposição. Frente à resistência oferecida pelo governo estadual e vendo a impossibilidade de continuar tendo sucesso no projeto "salvacionista", Santa Cruz fugiu para Pernambuco e, em março de 1913, foi submetido a júri popular em Monteiro, com os irmãos Miguel e Arthur atuando na sua defesa, sendo absolvido por unanimidade.

Silvino e os seus comandados também circularam no município de São João do Cariri. Que marcas ali Silvino deixou? Vejamos...

4.3 NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI: ROUBOS, SURRAS, ASSASSINATOS E CONFRONTOS

O município de São João do Cariri é o mais antigo dessa Macrorregião, tendo sido criado por Carta Régia, de 22 de março de 1800, mas instalado em 05 de maio de 1803. No início do século XX, faziam parte de sua circunscrição os atuais municípios de Serra Branca (1959), Congo (1959), São José dos Cordeiros (1961), Gurjão (1962), Caraúbas (1994), Coxixola (1994), Parari (1994) e Santo André (1994). Nesse tópico, passamos a descrever a passagem de Silvino e seu grupo sobre esse território.

Em outubro de 1907, esses cangaceiros também estiveram nos limites do município de São João do Cariri, especificamente no povoado de Santo André⁶¹, conforme apresentado em matéria de jornal:

(...) povoado um pouco acima de S. João do Cariry, perto do município de Batalhão, e ali **cometeu as maiores arbitrariedades**, roubando cerca de quinze contos de reis do Padre Custodio Luiz de Araújo, que felizmente não estava em casa quando nella penetrou **o terrível bandido** (Jornal *A República*, 23 Out. 1907). (Grifos nossos).

Notamos que o jornal procurou apresentar representações sobre as perversidades de Silvino na tentativa de produzir algum efeito, ou seja, formar uma opinião pública contra o cangaceiro e seu grupo em meio à população católica daquela região.

Ao observarmos uma fonte ligada aos populares, notamos outro discurso. O poeta Leandro Gomes de Barros, no folheto *Antonio Silvino, o Rei dos Cangaceiros* (2002) diz que o padre Custódio era bastante interesseiro e condenava os coiteiros. Assim, informado de que o dito padre teria escondido grande quantidade de dinheiro em seu quintal, Silvino logo seguiu para sua residência a fim de confiscá-lo. Vejamos a seguir os versos desse poeta:

O velho padre Custódio,
Usurário, interesseiro,
Amaldiçoava quem desse
Rancho a qualquer cangaceiro,
Enterrou uma fortuna,
E eu sonhei com o dinheiro!...

⁶¹ Em divisão administrativa do início do século XX, Santo André figura como povoado da circunscrição do município de São João do Cariri.

Então fui na casa dele,
Disse, padre eu quero entrar,
Sonhei com dinheiro aqui!...
E preciso o arrancar,
Quero levá-lo na frente
Para o senhor me ensinar.

O padre fez uma cara,
Que só um touro agastado,
Jurou por tudo que havia,
Não ter dinheiro enterrado,
Eu lhe disse, padre-mestre,
Eu cá também sou passado.

Lance mão do cavador,
E vamos ver logo os cobres,
Esse dinheiro enterrado
Está fazendo falta aos pobres,
Usemos de caridade
Que são sentimentos nobres.

Dez contos de réis em ouro
Achemos lá n'um surrão,
Três contos de réis em prata
Achou-se n'outro caixão,
Eu disse: padre não chore,
Isso é produto do chão.

O padre ficou chorando
Eu disse a ele afinal
Padre mestre este dinheiro
Podia lhe fazer mal
Quando criasse ferrugem
Lhe desgraçava o quintal.

Ajuntei todos os pobres
Que tinham necessidade
Troquei ouro por papel
Haja esmola em quantidade
Não ficou pobre com fome
Ali naquela cidade. (BARROS, 2002, p. 04).

Silvino levou do padre Custódio o quanto pôde, pois sabia que ele guardava em sua casa o dinheiro que recebia dos casamentos, muitos deles feitos entre os filhos de grandes fazendeiros locais, o que deixava bons rendimentos para a Igreja. A fonte também informa que Silvino distribuiu o resultado de seu furto com os pobres em 1907, ano de seca no Cariri paraibano.

Segundo Rietveld (2014, p. 72), a passagem do cangaceiro Antônio Silvino pelo povoado de Santo André se deu da seguinte forma:

Manoel Batista de Moraes, conhecido popularmente por Antônio Silvino, porém, arrumou algumas encrencas com vigários do Cariri, que segundo ele

mesmo levaram a seu aprisionamento. Ele deu uma surra em Padre José Bethânio de Soledade e roubou Padre Custódio de Santo André, mas foi o padre de Pocinhos que marcou seu fim. (RIETVELD, 2014, p. 72).

Apesar de Rego (1980, p. 83) dizer que “o Capitão Antônio Silvino não dava em padre, não bulia nas coisas da Igreja porque fora pedido de sua mãe”, vemos que alguns padres também se envolveram em relações conflituosas com o cangaceiro. Sobre a relação de Silvino com a Igreja Católica, Oliveira (2011, p. 127) diz que

(...) quando entrava numa localidade que tinha uma igreja e um padre, habitualmente ele deixava o cangaço “de lado” para “cuidar” do espírito. No entanto, nem sempre o contato com os religiosos se dava de forma amigável, pois como uma parte da população, os padres também viam o cangaceiro como um criminoso comum que se apropriava do cangaço como um meio de vida.

Assim, quando ameaçado por alguém, Antônio Silvino não fazia distinção se esse era fazendeiro, político ou padre e tomava-o imediatamente como seu inimigo, passando a lhe fazer perseguição.

Os estudos consultados mostram que Silvino detestava pessoas mexeriqueiras, interesseiras e avarentas. O poeta Manoel Camilo dos Santos, no folheto *Antônio Silvino* (S/D), diz que, certa vez, ele se tornou sabedor de que no distrito de São José dos Cordeiros⁶², do município de São João do Cariri, havia um idoso chamado Vicente Magro que tinha muito dinheiro enterrado em casa, mais que, por ser muito avarento, negava auxílio (remédios, roupas e alimentos) à própria família. Essa situação também foi relatada nos poemas de Chagas Batista, quando disse que, em 28 de setembro de 1907, Silvino e mais seis cangaceiros entraram naquele povoado com o objetivo dar uma lição no agiota e avarento Vicente Magro.⁶³ Ao chegar à localidade, os cangaceiros se dirigiram à casa do dito senhor exigindo as moedas de ouro que diziam saber que ele havia escondido. Tentando resistir aos opressores, Vicente disse não possuir tais moedas, mas, após ter sido espancado e ameaçado de morte, acabou entregando a quantia exigida. Seguem os versos que dão conta desse episódio:

⁶² Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, São José dos Cordeiros figura como distrito da circunscrição do município de São João do Cariri.

⁶³ Trata-se de Vicente de Holanda Montenegro Sobrinho, rico fazendeiro da Fazenda Boa Vista e que pertencia a tradicional família Holanda de Quixadá do Estado do Ceará, tendo sido proprietário de muita terra no Cariri paraibano e também de afro-brasileiros escravizados.

Em vinte e oito de setembro,
 Em S. José dos Cordeiros,
 Eu entrei com o meu grupo
 Composto de seis guerreiros;
 E ali de um velho usurário
 Nós fomos os dizimeiros.

O velho Vicente Magro
 Em S. José habitava,
 Dirigi-me à casa dele
 Dizendo-lhe que precisava
 De umas moedas de ouro
 Que ele enterradas guardava.

O velho, que era usurário,
 Disse que não conservava
 Esse dinheiro enterrado;
 Mas eu lhe disse onde estava
 E acrescentei que se ele
 Não m'o desse, eu o matava.

O velho, atemorizado,
 Arrancou essas moedas
 Que estavam enterradas
 Debaixo de umas pedras,
 Mass, para m'as entregar,
 Levou primeiro umas quedas. (BATISTA, 1932, p. 15).

Nota-se que Silvino tinha construído, no entorno daquele distrito, uma rede de sociabilidade que certamente lhe havia informado a respeito da personalidade avarenta e agiota do fazendeiro Vicente Magro e, por isso, realizou assalto na sua Fazenda Boa Vista.⁶⁴ Chagas Batista também informa que, quando da ocasião desse assalto, dois jovens sobrinhos do Vicente Magro correram para a fazenda do tio com o objetivo de tentar impedir a situação. Segue:

Chegaram então dois rapazes
 Que eram do velho parentes
 E contra mim os dois tolos
 Se meteram a valentes...
 Vi-me obrigado a matar
 Um desses dois inocentes...

Um, eu matei a punhal,
 O outro, menos caipora,
 Comprou veado e fugiu
 Danado de porta a fora.
 Dei-lhe um tiro prá espantá-lo

⁶⁴ Ali Antônio Silvino contava com o apoio de Tito Cruz, do sítio Lagoa de Roça, e da família Araújo do sítio Recanto. Cf. Lio Cosma de Holanda Lima. Entrevista concedida ao autor na cidade de São José dos Cordeiros, 20 nov. 2017. Identificamos Philomeno Faria Maciel também como um “sócio” de Silvino em São José dos Cordeiros. Cf. Processo Criminal aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, São João do Cariri - PB, no ano de 1918, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Philomeno Faria Maciel.

E deixei-o ir embora. (IDEM).

Em entrevista realizada com a senhora Lio Cosma de Holanda Lima, costureira aposentada de 93 anos de idade e moradora na cidade de São José dos Cordeiros, a mesma nos disse que o caso descrito acima ocorreu com o seu avô paterno e que lhe foi relatado várias vezes por sua mãe. Vejamos:

Aí mãe me disse que chegou os cangaceiros (...) pegou ele e deu uma surra muito grande nele, pendurou ele de cabeça para baixo, aí disse “você tem que amostrar o dinheiro, o amarelinho.” Ele disse “eu morro mais não amostro o meu amarelinho”. Aí chegou um sobrinho dele chamado Vicente filho de Antônio Cego e Antônio Silvino matou ele do lado de cima da casa, por que o rapaz queria se revoltar contra o cangaceiro. Depois disso, Antônio Silvino pegou meu avô e em cada loja que tinha aqui obrigou ele a comprar vinte cortes de pano para fazer roupas para os cangaceiros. Mais ele apanhou muito, apanhou muito e quando chegou em casa, que era na beira da estrada, ele caiu de tanto que apanhou.⁶⁵

Quando da ocasião desse confronto, ocorreu o óbito de um dos sobrinhos do fazendeiro Vicente Magro. Disse-nos também Dona Lio Holanda que “(...) foi Antônio Silvino quem matou meu avô, porque ele morreu da pisa que ele deu, ficou doente até quando morreu”. Assim, notamos que a surra sofrida foi responsável por deixar o fazendeiro acometido de sequelas que o levaram a morte cinco anos depois em 1912.

⁶⁵ Entrevista concedida ao autor na cidade de São José dos Cordeiros, 20 nov. 2017.

IMAGEM 13 – LOCAL ONDE OCORREU A SURRA DADA POR ANTÔNIO SILVINO EM VICENTE MAGRO E QUE OCASIONOU O SEU FALECIMENTO EM 1912



FONTE: Acervo do autor do texto.

Outro documento identificado por nós que deixa pistas sobre a presença de Silvino em São José dos Cordeiros é o Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri - PB, no ano de 1918, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Philomeno Faria Maciel. O trâmite processual dessa peça durou de 26 de junho a 28 de agosto de 1918, sendo o seu início provocado pelo Chefe de Polícia da Paraíba, Manoel Tavares Cavalcanti⁶⁶, que emitiu o seguinte ofício:

Parahyba, 26 de Junho de 1918.

Cidadão Delegado de Policia de São João do Cariry.

Tendo o bandido Manoel Baptista de Moraes, vulgo Antônio Silvino em carta que me foi endereçada e da qual junto copia, declarado que, ao tempo em que andava em incursões e roubos no interior deste Estado entregara ao sr. **Philomeno Maciel, morador em São José dos Cordeiros**, dessa comarca, seis contos e seicentos mil reis, quantia que não diz o referido bandido a que titulo entregara àquelle sr. e como facto constitue figura de codelinquencia nos termos do Codigo Penal, **determino-vos a abertura de**

⁶⁶ Manuel Tavares Cavalcanti (16/08/1881-01/04/1950) era formado em Direito. Em 1904 foi nomeado professor da Escola Normal da Paraíba e do Liceu Paraibano e, em 1906, delegado fiscal do governo junto ao Colégio Diocesano. Em 1907, foi eleito deputado estadual na Paraíba e, em 1909, deputado federal. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1911 e durante esse mandato fez parte da Comissão de Instrução Pública. No governo de Francisco Camilo de Holanda na Paraíba (1916-1920), foi nomeado Chefe de Polícia do Estado.

rigoroso inquérito no qual se apure a verdade da declaração do mesmo bandido, afim de ser o seu cúmplice e receptador punido na forma da lei. Saúde e Fraternidade. Manuel Tavares Cavalcanti. Chefe de Polícia. (Grifos nossos).

De acordo com o descrito pelo Chefe de Polícia, Antônio Silvino havia lhe endereçado uma carta, a qual ele disponibilizou cópia que foi anexada ao inquérito, alegando que, quando andava pelo interior da Paraíba, havia deixado a cifra de seis contos e seiscentos mil reis (6:600\$000) com Philomeno Maciel, residente em São José dos Cordeiros. O chefe de polícia pediu então que o delegado de polícia de São João do Cariri, Major Raulino de Medeiros Maracajá, abrisse inquérito para apurar o fato descrito por Silvino e para, uma vez constatando a sua veracidade, punir Philomeno Maciel na condição de cúmplice e receptador (codelinquência) nos termos do Código Penal em vigor.⁶⁷ Se faz necessário conhecermos o que essa legislação considerava crime de cumplicidade. Vejamos:

Art. 17. Os agentes do crime são autores ou cúmplices.

Art. 18. São autores:

§ 1º Os que directamente resolverem e executarem o crime;

§ 2º Os que, tendo resolvido a execução do crime, provocarem e determinarem outros a executá-lo por meio de dadas, promessas, mandato, ameaças, constrangimento, abuso ou influencia de superioridade hierarchica;

§ 3º Os que, antes e durante a execução, prestarem auxilio, sem o qual o crime não seria commettido;

§ 4º Os que directamente executarem o crime por outrem resolvido.

Art. 19. Aquelle que manar, ou provocar alguém a cometer crime, é responsavel como autor:

§ 1º Por qualquer outro crime que o executor commetter para executar o de que se encarregou;

§ 2º Por qualquer outro crime que daquelle resultar.

Art. 20. Cessará a responsabilidade do mandante si retirar a tempo a sua cooperação no crime.

Art. 21. Serão cúmplices:

§ 1º Os que, não tendo resolvido ou provocado de qualquer modo o crime, fornecerem instrucções para commettel-o, e prestarem auxilio á sua execução;

§ 2º Os que, antes ou durante a execução, prometterem ao criminoso auxilio para evadir-se, occultar ou destruir os instrumentos do crime, ou apagar os seus vestigios;

§ 3º Os que receberem, occultarem, ou comprarem, cousas obtidas por meios criminosos, sabendo que o foram, ou devendo sabel-o, pela qualidade ou condição das pessoas de quem as houverem;

§ 4º Os que derem asylo ou prestarem sua casa para reunião de assassinos e roubadores, conhecendo-os como taes e o fim para que se reunem. (CÓDIGO PENAL, 1890). (Grifos nossos).

⁶⁷ Referimo-nos ao Código Penal de 1890, o primeiro compêndio de direito produzido na República, que esteve em vigor até 1940.

Notamos que o Chefe de Polícia, Manoel Tavares Cavalcanti, solicitava que se investigasse se Philomeno Faria Maciel era um cúmplice de Antônio Silvino, logo um criminoso, nos moldes descritos pelo Código Penal de 1890. Vejamos a carta que lhe foi dirigida pelo ex-cangaceiro de dentro da prisão.

Ilm.º e Exm Snr. Dr. Manoel Tavares Cavalcanti, M.D. Dr.
Chefe de Polícia.

Respeitosos Cumprimentos.

A presente tem por fim solicitar a V. Excia. uma providencia no sentido de me ser entregue o resto do gado que entreguei ao Sr. Francisco Virgulino, morador de Itabayanna, e ainda uns animais, os quaos entreguei aquelle senhor com a condição de elle ser socio na producção acontecendo porem que o mesmo senhor, vendera tudo sem o meu consentimento, mandando-me a quantia de três contos de reis, quando o capital fora de sete contos duzentos e cincoenta mil reis. Como assim procedendo cometeu um furto a mau armada, em virtude de me achar preso, por isso somente tenho a recorrer a V. Excia. que o ouse reclama. Ainda solicito de V. Excia. uma providencia com relação ao Sr. Benjamin de Araujo, em poder do qual deixei cem bois e uma burra, sendo do mesmo modo sócio na producção. Porem valendo-se de me achar preso escrevi-lhe e até hoje nem uma resposta, este sr. reside em S. José de Itabayanna, pedindo a Vossa Excia providencias no mesmo sentido. **Outrossim: ainda imploro a Valiosa protecção de V. Excia. para o sr. Philomeno Maciel, morador de S. José dos Cordeiros, entregar-me a quantia de seis contos e seiscentos mil reis, que tenho em poder delle, pois somente V. Excia. poderá me proteger, pois criterioso, justiceiro e sympathizado como effectivamente é V. Excia. pelos seus jurisdicionados, bastará um conselho de V. Excia. para eu ser bem sucedido.** A influencia de que goza V. Excia., cujo conceito jamais será conceito desmentido, quero acreditar fará esses snrs. demoverem-se desse proposito e eu serei bem succedido, pois encarcerado como me acho recorro a V. Ex. que me ampare, afim de que eu possa aqui passar dias melhores em alimentação pois que a boia da casa não satisfaz. Sem mais assumpto subscrevo-me. De V. Excia. Cr: Att: Obgr. Manoel Baptista de Moraes. Vulgo Antônio Silvino. (Grifos nossos).

Compreendemos que a narrativa, expressa na forma de apelo, aparece como que depositando no Chefe de Polícia da Paraíba a última possibilidade que o seu autor via no sentido de reaver “seus” bens materiais que se encontravam com seus “sócios na produção”: Francisco Virgulino (Itabaiana), com quem havia deixado um resto do gado (cento e seis bois) e uns animais (um lote de bestas); Benjamin de Araújo (São José de Itabaiana), com quem havia deixado cem bois e uma burra; e Philomeno Maciel (São José dos Cordeiros) com quem havia deixado seis contos e seiscentos mil reis.

As fontes consultadas por nós trazem indícios da possibilidade de Silvino ter estabelecido parcerias com alguns “sócios na produção” ao longo dos anos que circulou pelo Cariri paraibano. Odilon Sebastião da Silva (Cobra Verde), ex-

cangaceiro do grupo de Silvino, então residente no sítio Serra do Saco, município de Taperoá, concedeu entrevista a Terceiro Neto (1991, p. 26), que foi publicada no ano de 1987. Nela o entrevistador perguntou: “E quando soltou-se [da cadeia], o que fazia?”. Cobra Verde respondeu: “Ainda andou muito por aí. Sei que foi ao sertão receber dinheiro que tinha emprestado a fazendeiros.” Chagas Batista (1932, p. 21) também descreve que quando ele esteve na Fazenda Juá (Taperoá), em 11 de agosto de 1911, havia se encontrado com um padre ao qual “Ordenei-lhe que guardasse Para mim algum arame; Para quando eu precisasse, Disse ele que ao meu dispor Estava, se eu o ocupasse.”⁶⁸ Logo, é possível que os três “sócios na produção” tenham ficado com os bens citados pelo cangaceiro.

Silvino parecia disposto mesmo a reaver esses “seus” bens e, para tanto, recorreu a todas as possibilidades que lhe apareciam naquela ocasião. Inferimos isso em razão do que foi posto em um segundo ofício encaminhado pelo Chefe de Polícia da Paraíba, Manoel Tavares Cavalcanti, em 23 de julho de 1918. Esse documento serviu para encaminhar uma cópia do requerimento que Silvino enviou, em 17 de julho de 1918, ao desembargador Chefe de Polícia do Estado de Pernambuco, com o mesmo propósito apelativo. Vejamo-lo na íntegra:

Ilm.º: e EXm: Sr. Desembargador Chefe de Policia do Estado.
 Manoel Baptista de Moraes, mais conhecido por “Antonio Silvino”, preso pobre recluso à Casa de Detenção do Recife, a bom de seus interesses, vem mui respeitosamente **pedir a V. Excia. que se digne de officiar ao Sr. Doutor chefe de Policia do vizinho Estado da Parahyba do Norte, afim de serem ouvidos os indivíduos Benjamin Araujo, morador em São José de Itabayanna, Francisco Virgulino, residente na sede do município de Itabayanna e Philomeno Marciel, de São José dos Cordeiros de São João do Cariry**, pelas razões que passo a expor o supplicante: o primeiro desses individuos tem em seu poder cem bois e uma burra: o segundo, Virgulino, cento e seis bois e um lote de bestas e o terceiro, Philomeno, a importância de seis contos e seiscentos mil reis em papel moeda (6:600\$000), tudo pertencente ao suplicante que lhes confiou seus haveres, conforme prova com o testemunho de pessoas insuspeitas e mais ou menos conhecidos nas respectivas localidades acima ditas. Aconteceu agora que aquelles seus depositários se negam a restituir-lhes o que lhe é devido, e, como o supplicante se acha preso impossibilitado de defender pessoalmente os seus legítimos interesses, recorre a V. Excia, em cujo critério muito confia assim como nas medidas postas em pratica pela digna autoridade que superintende os negócios policiaes do Vizinho Estado do norte. O suplicante allega que em 1914 entregou ao Sr. Capitão José Alves residente em Itabayanna a quantia de 2:000\$000 para ser entregue a Benjamin de Araujo isto, fora outras importâncias que o mesmo supplicante pessoalmente depositou nas mãos do mesmo Benjamin, destinadas a diversas transformações. Assim sendo, pede deferimento. Casa da Detenção do Recife. Manoel Baptista de Moraes. Repartição Central da

⁶⁸ Os cangaceiros chamavam dinheiro de arame.

Polícia do Estado de Pernambuco em dezessete de Julho de mil novecentos e dezoito. (Grifos nossos).

Além de formalizar a sua denúncia contra seus “sócios de produção”, Silvino pede ao Desembargador Chefe de Polícia de Pernambuco para que ele officie o Chefe de Polícia da Paraíba a fim de que esse faça serem ouvidos os acusados desse Estado que “se negam a restituir-lhes o que lhe é devido”. Assim, vemos que o ex-cangaceiro entrou em contato com os chefes das polícias de Pernambuco e da Paraíba, ainda encaminhando requerimento ao primeiro no sentido que o mesmo fizesse o segundo investigar o fato denunciado por ele. Esse movimento demonstra o quanto o ex-cangaceiro soube articular de dentro da prisão um movimento político em seu favor junto a pessoas que estavam a frente do poder instituído.

O inquérito foi levado a cabo pelo então delegado de polícia de São João do Cariri, Major Raulino de Medeiros Maracajá, em 13 de agosto de 1918.⁶⁹ Nessa data foi emitida certidão de intimação do réu (Philomeno de Faria Maciel) e das cinco testemunhas para comparecerem a residência do primeiro, na povoação de São José dos Cordeiros, às 10:00h, a fim de deporem sobre o fato informado por Silvino e denunciado por Manoel Tavares Cavalcanti, Chefe de Polícia da Paraíba.

Nesse local e data se processou o auto de perguntas feito ao Major Philomeno Faria Maciel, o qual, inicialmente, declarou ter sessenta anos de idade, ser solteiro, criador, brasileiro, residente em São José dos Cordeiros e saber ler e escrever. Em seguida, quando foi perguntado se era verdade o fato dito por Antônio Silvino, o réu respondeu

(...) que não tinha em seu poder dinheiro pertencente a Manoel Baptista de Moraes, conhecido por Antonio Silvino; que tanto isto é verdade que o referido Antonio Silvino sabendo de que não tendo em mãos delle interrogado o dinheiro a que se referem os officios e carta destes auctos, **em dia nove de dezembro de mil novecentos e dezesseis lhe dirigia uma carta pedindo-lhe a quantia de dusentos mil reis** para completar uma importância que tinha urgente necessidade, exigindo ainda delle interrogando que intercedesse junto ao Coronel Antônio Maracajá afim de que este também lhe dirigisse algum auxílio pecuniário; que se effectivamente a tal importância exigida no officio de carta de fls. estivesse depositada elle Antonio Silvino não lhe pediria dinheiro para satisfazer necessidades suas, mas exigiria no caráter de depositante caso o fosse esta ou aquella quantia, sem tanta humiliação como se evidencia da carta que mostra e pede que seja anexada a estes auctos; **que indignado Antônio Silvino, por não ter sido attendido no pedido que fisera a ele interrogado, começou a inventar histórias falças, dando-lhe como**

⁶⁹ Conforme veremos adiante, Raulino Medeiros Maracajá foi um fazendeiro do município de São João do Cariri que havia se convertido em coiteiro de Antônio Silvino.

depositário de seis contos e seiscentos mil reis que nunca os deo, digo que não estão em meu poder (...). (Grifos nossos).

O discurso de Philomeno é o de que não tinha em suas mãos dinheiro algum de Antônio Silvino e como prova disso disse que o ex-cangaceiro, em 09 de dezembro de 1916, havia lhe enviado uma carta pedindo a quantia de duzentos mil reis (200\$000) e que, diante de não ter sido atendido no pedido que fizera, começou a inventar mentiras a seu respeito. O réu juntou aos autos essa carta, que a transcrevemos a seguir:

Casa de Detenção do Recife
Em 9 de Novembro de 1916.
Ilm.º. Major Philomeno

A necessidade faz com que me dirija a V. Sa. por meio do presente pedindo-lhe com todo empenho que me arranje e remetta-me pelo Correio, no seguro, a quantia de (200\$000) para completar uma importância que tenho urgente necessidade. Estou certo que me atenderá, jamais em ocasião tão difícil que me vejo. Sempre confiei no vosso honrado critério e conto que o amigo dispensará alguma consideração. O meu pedido é urgente e peço-vos que remetta-me no seguro pelo Correio com destino a Casa de Detenção. Nesta data escrevi ao Cel. Antonio Maracajá e peço-lhe que interceda por mim a elle. Digo isto por que elle pode pensar que não é dirigido o pedido por mim. No mais fico aguardando o vosso favor brevemente. Do br. Ohs (?). Antonio Silvino.

Em seguida, se processou o auto de inquirição das cinco testemunhas arroladas. Abaixo segue o quadro apresentando o perfil das testemunhas que foram as responsáveis por fundamentarem o caso em investigação.

QUADRO 02 – PERFIL DAS TESTEMUNHAS DO INQUÉRITO DE PHILOMENO DE FARIA MACIEL

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	RESIDENCIA
Pedro Bello de Souza	42	Solteiro	Agricultor	Sítio Salão - São José dos Cordeiros
Bernardino Caetano de Lima	61	Casado	Agricultor	Sítio Salão - São José dos Cordeiros
José Alves Bezerra	43	Casado	Agricultor	Sítio Cantinho - São José dos Cordeiros
Antonio Joaquim de Lima	22	Solteiro	Agricultor	Sítio Tapera - São José dos Cordeiros
Aníbal de Farias	35	Solteiro	Agricultor	Sítio Serrota - São José dos Cordeiros

FONTE: Quadro elaborado pelo autor do texto com base no Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1918, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Philomeno Faria Maciel.

Ao analisarmos os discursos das cinco testemunhas notamos que os mesmos estão muito alinhados com o depoimento de Philomeno Faria Maciel, cuja tese central levou em consideração dois argumentos: o primeiro é o de que se Antônio Silvino tivesse a quantia de seis contos e seiscentos mil réis (6:600\$000) em poder do referido Major Philomeno, não lhe teria escrito uma carta pedindo um auxílio de duzentos mil réis (200\$000) para satisfazer urgentes necessidades em 1916; e o segundo é o de que, em razão de Silvino não ter obtido resposta ao pedido que fizera em 1916, começou a inventar calúnias a respeito do citado Major Philomeno. No mais, as cinco testemunhas afinaram os seus discursos no sentido de dizerem que o réu não era capaz de manter transações ilícitas com criminosos, julgando-o um homem reconhecidamente de caráter e honesto; probo e conceituado; digno e reconhecidamente honesto; conhecido como de fé; e de bem e honrado.

Como os depoimentos das cinco testemunhas acima descritas inocentam Philomeno Faria Maciel, somos levados a acreditar que elas tinham, possivelmente, uma relação próxima com o réu do caso investigado. Não é demais lembrar que o local escolhido para o ato interrogatório das testemunhas foi a casa do réu, o que pode caracterizar uma aproximação entre o Major Philomeno e o delegado Raulino Medeiros Maracajá.

Em 13 de agosto de 1918, esse delegado acostou aos autos a carta de que fez menção o Major Philomeno Maciel no seu depoimento e remeteu o inquérito ao Promotor Público e ao Juiz de Direito da Comarca de São João do Cariri, bem como despachou cópia fiel do presente inquérito ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba. No dia 28 do mesmo mês e ano, o Promotor Público emitiu parecer no inquérito dizendo que “Não satisfazendo nenhuma cumplicidade ou responsabilidade criminal”. Na mesma data, o Juiz de Direito, José Gaudêncio Correia de Queiroz⁷⁰, concluiu dizendo que “Reconhecendo a falta de elementos que possam constituir a figura de criminalidade atribuída ao cidadão Philomeno de Faria Maciel, aliás

⁷⁰ José Gaudêncio Correia de Queiroz nasceu na fazenda Urucu, município de São João do Cariri (PB), no dia 13 de setembro de 1881, filho do coronel e chefe político Manuel Gaudêncio Correia de Queiroz e de Maria José Correia de Queiroz. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1903, assumindo por essa época a promotoria de sua cidade natal, onde foi também Juiz de Direito por vários anos a partir de 1911. Diretor de *A União*, jornal oficial da Paraíba, pertenceu, desde o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), ao Partido Republicano Conservador (PRC), fundado pelo general José Gomes Pinheiro Machado em 1910, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para apoiar a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca à presidência da República. Foi procurador-geral da Paraíba de 1926 a 1928, durante o governo de João Suassuna. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc>.

considerada a insubsistência do inquérito pelo Dr. Promotor Público, manda que se archive.” Logo, Philomeno foi inocentado do crime de cúmplice de Silvino.

De resto, fica-nos uma interrogação: Silvino sabia que Philomeno poderia ser acusado do crime de cúmplice e receptor (codelinquência) e, portanto, diante da negativa de ele devolver o “seu” dinheiro, em 1916, queria incriminá-lo ou não sabia desse crime nos termos do Código Penal em vigor e via na carta ao Chefe de Polícia da Paraíba uma forma de obter o “seu” dinheiro de volta? O processo crime ora analisado não é suficiente para concluirmos sobre qual das duas possibilidades é a possível. De todo modo, o fato reclamado por Silvino e denunciado pelo Chefe de Polícia da Paraíba, que virou inquérito, traz pistas da presença desse cangaceiro em São José dos Cordeiros.

Outro povoado do município de São João do Cariri que também foi palco das andanças de Antônio Silvino e seu grupo foi o de Timbaúba de Gurjão⁷¹. O Jornal *A República*, de 20 de outubro de 1907, informou que, depois de ter surrado um cidadão conhecido por Agostinho em Monte Alegre, distante cinco léguas de Campina Grande, Silvino e os seus seguiram com destino a Timbaúba de Gurjão. Ali visitaram diversos negociantes e a um deles Silvino comprou ouro e pediu-lhe para encarregar-se de mandar encravar uma moeda de ouro.

Mello (2005, p. 260) diz que, procurando tirar a vantagem a qual Silvino tinha de transitar pelas fronteiras de Pernambuco e Paraíba, os presidentes desses dois Estados (Herculano Bandeira e Walfredo Leal, respectivamente) celebraram um acordo, em 09 de abril de 1908, com o objetivo de prenderem Silvino. Sobre isso, o jornal *Diário de Pernambuco* publicou, em 30 de abril de 1908, a seguinte matéria:

Causou excelente impressão aqui a notícia de que o governo do ilustre dr. Herculano Bandeira, de acordo com o presidente da Paraíba (Walfredo Leal) conjugará forças e esforços decisivos para sitiar a quadrilha de hediondos criminosos que há tanto tempo horrorizam os sertões dos dois Estados, levando o saque e a morte por onde passam, com uma arrogância e um desembaraço que envergonham a todo país.

Dantas (2012, p.134) descreve que, como resultado desse acordo, em 29 de abril daquele ano, o governo pernambucano tornou Delegado Comissionado o Capitão Zacarias Neves, que era natural de Alagoa do Monteiro-PB. Sem demora,

⁷¹ Em divisão administrativa do início do século XX, Timbaúba do Gurjão figura como povoado da circunscrição do município de São João do Cariri.

Neves organizou uma força armada composta de 21 civis e na primeira semana de maio partiu à caça de Antônio Silvino.

O encontro se verificou na manhã do dia 11 de maio daquele ano, quando Silvino se encontrava na Fazenda Arara do Coronel Patrício Maracajá⁷², que ficava próxima ao povoado de Timbaúba de Gurjão. Ali o grupo havia passado a noite anterior. O tiroteio entre a força policial e os cangaceiros foi noticiado em detalhes:

Vendo-se, porém, perdido, teve o sangue frio de jogar com o Coronel Maracajá, e agarrando-se a este, projetou-se de frente sobre os seus perseguidores, amparando-se das balas. Os paisanos do Capitão Zacarias – não querendo matar o Coronel Maracajá – tiveram um momento de hesitação, de que se aproveitou Silvino para salvar-se (Jornal *Diário de Pernambuco*, 19 maio 1908).

O jornal *A União*, de 15 de maio de 1908, também noticiou o ocorrido dando conta de que Silvino demonstrara “desusada coragem” naquele combate, rolando pelo chão com destreza, respondendo ao fogo provindo de duas fileiras estrategicamente posicionadas e gritando ordens para os seus subordinados. Contudo, o resultado do embate foi desastroso para Silvino que sofrera um grave ferimento e perdera um cangaceiro de apelido “Bicheiro” que tombara morto durante o tiroteio, além de ter perdido peças (chapéus, armas e munição) durante a fuga apressada. Por outro lado, nenhuma baixa foi registrada na força comandada pelo Capitão Zacarias Neves que, de imediato, saiu em perseguição ao grupo de cangaceiros foragido.

O poeta Chagas Batista também narrou aquele combate:

De novecentos e sete
Em maio no Cariri
Estava numa fazenda
Quando cercado me vi!
E nesse cerco eu um cabra
De confiança perdi.

Era o Zacarias Neves
Quem a força comandava,
E enquanto a tropa a fazenda
Por diante e por trás cercava,
Eu com o dono da casa
Descuidado conversava...

⁷² O coronel Patrício Freire Mariz Maracajá, nasceu no dia 27 de maio de 1837, em São João do Cariri e faleceu na Fazenda Arara em 26 de maio de 1912. Era casado com Virgínia Maria de Medeiros Maracajá.

Quando eles romperam fogo
 Saltamos para o terreiro;
 Então nos primeiros tiros
 Eu vi um companheiro
 Cair crivado de balas:
 Era o Sebastião Bicheiro.

No tiroteio uma bala
 Arrancou-me a cartucheira;
 Conheci logo que a tropa
 Ocupava uma trincheira;
 Então fugi com os meus...
 E a tropa voltou inteira. (BATISTA, 1932, p. 14-15).

Dantas (2012, p.134) diz que o Capitão Zacarias Neves passou os quatro dias posteriores seguindo as pistas dos foragidos e, em 15 de maio, outro confronto entre o militar e Silvino se verificou "(...) próximo à localidade de Santo André, também na Paraíba. Outro cangaceiro foi morto em combate. A persistência do Capitão Neves não conhecia limites. Passou dias em perseguição à malta e só veio a desistir em razão da perda completa dos rastros."

Sobre esses confrontos, o jornal *O Estado de São Paulo*, de 11 de agosto de 1908, noticiou duas matérias dando conta dos seus resultados. Vejamos:

Do nosso colega do "O Norte", tiramos a seguinte notícia:
 Morreu o célebre bandido Antônio Felix, vulgo Tempestade, companheiro de Antônio Silvino, nas imediações de Campina Grande. O boato de sua morte corria ontem com insistência em Itabaiana. Determinou a sua morte um ferimento de bala, que recebera num dos pés, no fogo havido na fazenda Arara, entre o grupo de Antônio Silvino e do capitão Zacarias das Neves. Após o fogo, no qual salvara a vida a Antônio Silvino, fora Tempestade tratar-se ocultamente. Agora corre a notícia de sua morte, em consequência de gangrena do ferimento. Tempestade era de extraordinária bravura e o melhor lugar-tenente do bandido Antônio Silvino. Também foi preso um bandido que tinha o apelido de Jaçanã, por ser muito ágil e matreiro.

Antônio Silvino

Andam no encalço do célebre cangaceiro, neste Estado, cerca de 200 praças da polícia de Pernambuco. Com a prisão de Jaçanã e a morte de Tempestade deve estar muito reduzido o grupo de Silvino que, apesar disso, ainda há pouco apareceu numa cidade praticando mais de uma de suas proezas. O capitão Zacarias está agora à frente de 40 soldados escolhidos. Se ainda desta vez Silvino escapou é porque muito o protege a sorte...

As notícias acima dão conta da ação da Polícia de Pernambuco que agora podia caçar o grupo de Silvino em terras paraibanas, bem como das baixas que ele havia sofrido, sobretudo por conta da prisão de Jaçanã e da morte de Tempestade.⁷³

O terceiro e maior registro da presença de Silvino nos arredores do povoado de Timbaúba de Gurjão é o que dar conta da vingança desse cangaceiro contra o alferes Antônio Maurício da Costa, considerado o seu mais tenaz perseguidor na Paraíba, no lugar Lagoa de Pedra, em 28 de maio de 1910.⁷⁴ As fontes informam que o alferes Maurício empreendeu ferrenha perseguição a Silvino, ocorrendo vários combates entre essas forças em vários lugares do interior da Paraíba.⁷⁵

IMAGEM 14 – LAGOA DE PEDRA – ATUAL MUNICÍPIO DE GURJÃO



FONTE: <http://lentescangaceiras.blogspot.com/2010/09/lagoa-de-pedra-timbauba-do-gurjao-pb.html>

Em entrevista concedida a Terceiro Neto (1991, p. 19), publicada no ano de 1987, Odilon Sebastião da Silva (Cobra Verde), ex-cangaceiro do grupo de Silvino, então residente no sítio Serra do Saco, município de Taperoá, disse que o seu

⁷³ Esse último fato foi narrado por Leandro Gomes de Barros em dois folhetos de poética extraordinária: *Morte de Tempestade - Antônio Felix* (1908) e *As Lágrimas de Antonio Silvino por Tempestade* (1910).

⁷⁴ O terreno é uma verdadeira pedreira dentro de um baixio, onde, nos tempos chuvosos, vira uma lagoa, e quando o sol abrasador chupa todas suas águas, vira um local cheio de rachaduras e de difícil caminhar. Esse local atualmente fica na Fazenda Nova Vista, município de Gurjão-PB. Encontramos no Fórum de São João do Cariri o processo crime resultado desse confronto.

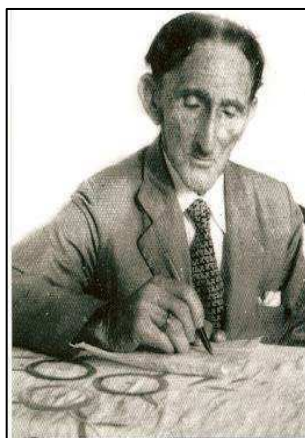
⁷⁵ No auto de perguntas feito a cangaceiro Sabino Gomes Ferreira (Corta Bainha), o mesmo diz que a pouco mais de um mês do confronto em Lagoa de Pedra, no lugar Jatobá, da Comarca de São João do Cariri, quando o grupo estacionou na casa de um morador para almoçar, se deparou com a volante comandada pelo Alferes Maurício, travando-se um tiroteio que durou cerca de meia hora, correndo o grupo em debandada; disse que dias depois o grupo se achava no lugar Serra Branca descansando debaixo de um umbuzeiro, quando foram novamente alcançados pelo dito alferes, travando-se novo tiroteio seguido de nova fuga; e que dias depois ocorreu o confronto de Lagoa de Pedra. Cf. Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1910, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Antônio Silvino e seus companheiros.

ingresso no grupo se deu em 1910, quando tinha apenas 10 anos de idade e que dois anos depois participou de seu primeiro tiroteio. Narra o depoente:

O capitão estava esperando que eu ficasse maior. Mas, um dia, aqui bem perto, abaixo de Santo André, num lugar chamado Lagoa de Pedras, quando o dia estava amanhecendo, o Capitão foi dizendo: “espia meninos, como está o aceiro da lagoa, cheio de macacos”. (...) Era Alferes Maurício, homem valente, com vinte e cinco “macacos”. Ele vinha rastejando o grupo. O capitão já tinha sabido que esse Alferes estava lhe perseguindo. **Quem avisou a ele foi o fazendeiro Raulino Maracajá, no anoitecer do dia anterior. O Capitão pediu a ele que fizesse ver ao alferes que desistisse de nos perseguir porque ninguém ia se entregar e a parada ia ser muito dura.** Mas o Alferes queria fita e não atendeu ao aviso. Amanheceu o dia na beira da lagoa, seguindo os rastros da gente. (...) Éramos somente uns dez homens, mas eram umas feras. Valiam por cem, porque não tinham medo de nada e atiravam até no vento. (TERCEIRO NETO, 1991, p. 19-20). (Grifos nossos).

O relato oral de memória do ex-cangaceiro revela o número de soldados (25) e de cangaceiros (10) que se enfrentaram naquela ocasião, bem como a relação de sociabilidade que Silvino mantinha com o fazendeiro Raulino de Medeiros Maracajá, ao qual foi solicitado que interviesse junto ao alferes para que cessasse a perseguição.⁷⁶

IMAGEM 15 – RAULINO MEDEIROS MARACAJÁ



FONTE: Acervo dos descendentes do Major Raulino Maracajá

⁷⁶ O Major Raulino de Medeiros Maracajá nasceu na Fazenda Arara, município de São João do Cariri, em 15 de setembro de 1879, e faleceu na Fazenda São Domingos, município de Timbaúba do Gurjão, distrito de São João do Cariri, em 21 de novembro de 1960.

Por meio das peças que formam o processo crime decorrente desse caso e que foi aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri de São Joao do Cariri – PB, em 1910, conseguimos enumerar os nomes e/ou apelidos dos cangaceiros que compunham o grupo de Silvino quando do confronto em Lagoa de Pedra. Vejamos no quadro abaixo:

**QUADRO 03 – NOMES E APELIDOS DOS CANGACEIROS DO
CONFRONTO DE LAGOA DE PEDRA**

N	NOME	APELIDO
01	Manoel Baptista de Moraes	Antônio Silvino
02	Idelfonso Godê de Vasconcelos	Antão Godê
03	Manoel Godê de Vasconcelos	Manoel Godê
04	Gonçalo Bezerra Pequeno	Quinta-feira
05	Sabino Gomes Ferreira	Corta Bainha
06	Vicente de Tal	Martelo
07	-	Bem-te-vi
08	-	Facão-Bacamarte
09	-	Pesqueira
10	-	Formigão

FONTE: Quadro elaborado pelo autor do texto com base no Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1910, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Antônio Silvino e seus companheiros.

Sobre o dia que antecedeu ao fato, o poeta Chagas Batista disse:

Nas Zonas do Cariri
Demorei-me um mês inteiro;
A vinte e sete de maio,
Maurício, o audaz guerreiro,
Achou-me a pista e buscou-me
Como quem busca dinheiro!

O alferes dividiu
A força que comandava,
Em dois grupos de oito homens;
A uma tropa guiava
O sargento Zé do Couto;
A outra ele comandava.

Dos soldados do alferes
Um era rastreador,
E pôs-se a seguir-me a pista
Qual perito caçador,
Só não me alcançaram cedo
Pois sou muito animador...

À vila de Soledade
Eu segui em direção;
Toda essa tarde seguiu-me
A tropa em perseguição,

Perderam à noite a pista
Devido a escuridão.

Debaixo de um umbuzeiro
A tropa se aquartelou,
E ali toda essa noite
Ela acordada passou;
Que eu tava muito perto
O alfares não suspeitou.

Quando a luz da madrugada
Principiava a raiar
Aproximei-me da tropa,
Pude a observar,
Mas eu nessa ocasião
Não quis a ela enfrentar. (BATISTA, 1932, p. 18).

Diferentemente do que disse Cobra Verde, o poeta Chagas Batista descreveu que o alferes Maurício dividiu a força que comandava em dois grupos de oito homens, ficando um sob o seu comando e outro sob a chefia do sargento José Pereira de Couto (Zé do Couto) que era um afamado rastejador. Diz também que entre os soldados do alfares um era rastreador, que, por servir de guia para as forças policiais, era a figura mais importante de uma volante. Por isso, eram para estes que os cangaceiros dirigiam as primeiras balas no meio de uma peleja.

Dias após aquele confronto em Lagoa de Pedra, o cangaceiro Sabino Gomes Ferreira, conhecido por Corta Bainha, foi preso no lugar Pau-a-Pique.⁷⁷ No auto de perguntas feitas ao réu acima, foi indagado como havia se dado o tiroteio de Lagoa de Pedra, cuja resposta o escrivão redigiu da seguinte maneira:

Respondeu que em mez de Maio do mesmo ano, tendo o grupo sahido da casa do Benedicto Queiroga na Comarca de Pombal, sempre descendo, quando ao passarem no lugar Olho D'água souberam que o Alferes Mauricio dizia que só entrava em Campina Grande trasendo Antonio Silvino morto; que esperando com isto, Antonio Silvino comandava seus companheiros para botar uma emboscada no alludido official que segundo lhes conttava se acham naquellas proximidades; que ao passarem por detraz das ruas de Santo André souberam que Mauricio estava no povoado; que em vista disto Antonio Silvino não quiz entrar no alludido povoado, descendo pela estrada e vindo portar-se no lugar Lagôa de Pedra, mais ficavam de emboscada esperando pela passagem do infeliz official; que o grupo chegara pelas quatro horas da tarde mais ou menos disendo Silvino a seus companheiros que esperava que o alferes Mauricio havia de passar por alli até nove horas da manhã do dia seguinte; (...).

⁷⁷ Sabino Gomes Ferreira se declarou filho de José Gomes Bezerra Ferreira, ter dezenove anos de idade e ser natural de Santa Anna do Congo de São João do Cariry, Paraíba. Essas informações foram extraídas do auto de perguntas feita ao mesmo que se encontra disposto no Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1910, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Antônio Silvino e seus companheiros.

Ao que parece, no final de maio de 1910, Silvino e seus cangaceiros saíram do município de Pombal e quando chegou ao sítio Olho D'água no de Taperoá, soube que em sua perseguição vinha o oficial de polícia Antônio Maurício, “valente oficial da polícia paraibana, o qual há muito o persegue com uma tenacidade digna de louvores”. (Jornal *O Estado de São Paulo*, 14 jun. 1910). A matéria publicada nesse jornal também traz pistas dos dias que antecederam aquele confronto. Diz ela que

Chegando nas proximidades de Batalhão, localidade populosa e próspera, Silvino mandou um emissário com a lista dos contribuintes e o *quantum* que lhe devia ser remetido. Os habitantes de Batalhão responderam pela negativa, confiados no alferes Maurício, que ali se achava com 14 praças e que logo se pôs no encalço da quadrilha. Em S. André o oficial teve notícias de Silvino e então dividiu a sua força, talvez imprudentemente, em duas patrulhas de 7 praças. (Jornal *O Estado de São Paulo*, 14 jun. 1910).

Em 27 de maio desse ano, após receber a notícia de que Silvino e seu grupo iriam invadir a vila de Taperoá (Batalhão), Maurício decidiu dividir sua tropa em duas, ficando com mais cinco militares e o rastejador Vicente Pedro Miguel no povoado Santo André, informação essa próxima a que o poeta Chagas Batista descreveu acima.

Nas peças que formam o processo crime decorrente desse caso e que foi aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri de São João do Cariri – PB, em 1910, identificamos os nomes desses policiais, como segue no quadro abaixo:

QUADRO 04 – PERFIL DOS POLICIAIS DO CONFRONTO DE LAGOA DE PEDRA

Nº	NOME	NATURALIDADE	IDADE	ESTADO	PROFISSÃO	RESIDÊNCIA
01	Antônio Maurício da Costa	-	33	Casado	Alfares	-
04	Manoel Albino de Oliveira	Mamanguape	39	Casado	Cabo	Campina Grande
02	Vicente Pedro Miguel	-	30	-	Soldado (rastejador)	-
03	Antônio José de Andrade	Alagoa Nova	20	Solteiro	Soldado	Campina Grande
05	Manoel Pereira de Lima	Soledade	27	Casado	Soldado	Campina Grande
06	Antônio Balduino dos Santos	Campina Grande	-	Solteiro	Soldado	Campina Grande
07	Pedro Salustiano da Silva	-	-	-	Soldado	-

FONTE: Quadro elaborado pelo autor do texto com base no Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1910, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Antônio Silvino e seus companheiros.

A reportagem publicada no *Jornal Pequeno* também registra os nomes dos mesmos policiais quando relata que o soldado rastejador Vicente Pedro Miguel seguia a frente do alfares Maurício, do cabo Manoel Albino de Oliveira e dos soldados Pedro Salustiano, Antônio Beduíno, Manoel Pereira e Antonio José de Andrade.

Todavia, consta que a notícia dessa invasão à vila de Taperoá fazia parte de uma armadilha que o cangaceiro havia espalhado na região com o objetivo de Maurício e sua volante partirem ao seu encalço e caírem em uma emboscada, tudo em isso em razão de aquela volante se encontrar fortemente armada a caça dos cangaceiros, tendo, inclusive, em seu poder uma bomba de dinamite.

De acordo com os depoimentos dos soldados sobreviventes, quando o grupo comandado pelo Alfares Maurício se encontrava em Santo André, o coronel Francisco Antonio procurou àquele oficial para dizer que os cangaceiros se encontravam no pátio de sua fazenda Ramada. Ali chegando, as tropas oficiais já não mais encontraram os cangaceiros de onde seguiram os rastros que os levaram até a fazenda de Raulino Medeiros Maracajá.

Enquanto isso, naquela fazenda, em um local com paredões transversais de pedras soltas, Silvino espalhou seus homens e calmamente aguardou a volante. Quando a tropa ficou na alça de mira dos cangaceiros, foi o rastejador Vicente o primeiro que recebeu um balaço que atravessou sua cabeça. Em meio à fuzilaria na Lagoa de Pedra, o oficial Mauricio ainda tentou incitar a tropa, mas também acabou varado com um tiro na cabeça disparado por Antônio Silvino. A ação de emboscada dos bandidos foi de tal maneira bem feita e executada, que o oficial nem conseguiu lançar seu propalado artefato explosivo de dinamite contra os inimigos.

Vemos que, da tarde do dia 27 de maio de 1910 até a manhã do dia seguinte, a perseguição das tropas policiais aos cangaceiros foi intensa entre o povoado de Santo André e o de Timbaúba de Gurjão, cujo desfecho final da vingança de Silvino se deu no lugar Lagoa de Pedra, também narrado como segue:

Então com os meus companheiros
Ligeiros como quem voa,
Fomos esperar a tropa
Adiante numa lagoa;

De uma cerca de pedra
Fizemos trincheira boa.

Eram oito horas do dia
Quando eu na trincheira entrei;
A tropa demorou pouco...
O primeiro que avistei
Em frente à boca do rifle,
Com um tiro eu derrubei.

Era ele o tal soldado
Que me ia rastrejando;
Caiu sem dar mais um passo!
E os outros recuando...
Nesse momento os meus cabras
Foram os rifles disparando.

(...)

Ao ver que já tinha morto
Meu maior perseguidor,
Senti o meu coração
Possuído de rancor,
Por ter dado a morte a um homem
Que me metia pavor! (IDEM, p. 18-19).

Aproveitando-se de uma cerca de pedra que havia no entorno da dita lagoa, Silvino armou tocaia, observou o movimento da volante do alferes Mauricio e quando apareceu a oportunidade disparou um tiro que o atingiu na cabeça, levando-o a morte. Os soldados entraram em alvoroço ao verem o seu comandante caído, mas empreenderam tiroteio que durou por volta de três horas. Sob o alvo do bando de Silvino, dois morreram e outro foi baleado.

O ex-cangaceiro do grupo de Silvino, Odilon Sebastião da Silva (Cobra Verde), Apud Terceiro Neto (1991, p. 20-21), descreveu detalhes daquele longo dia. Observemos:

la começar o tiroteio. Os "macacos" ainda não tinham nos avistado e nós ficamos esperando o primeiro tiro, que só podia ser disparado pelo Capitão. (...). Ele escalou o rifle e ficou mirando. Quando o alferes ia baixando a cabeça para olhar rastros no chão, do outro lado da lagoa, o Capitão mandou-lhe fogo na testa, de longe. O bicho caiu, os "macacos" se assanharam e aí fechou-se o tempo. Foi fogo grande, meu doutor! Perto do meio-dia, serenou um pouco. Os "macacos" pensavam que a gente tinha saído. Então, um "macaco" pretão subiu num pereiro para nos avistar. O Capitão disse para nós: "deixa, menino, que eu vou botar aquele porco abaixo". Meteu-lhe bala e o bicho caiu como um cevado! Quando fomos vê-lo, de tarde, ainda foi sangrado. (...). Eu estava acostumado a ver "fogos" maneiros e pesados, com meia hora, uma hora, duas ou três de duração. Mas o de Lagoa da Pedra foi brabo. Deu dez horas, meio-dia e o fumaceiro estava fazendo nuvem. E foi naquele dia que entrei. O Capitão viu que o aperto era grande e disse: "pegue o pau furado e mande bala nesses cachorros". De tarde, ainda se lutava. Com o sol já se pondo, foi parando.

Os "macacos" correram e nós ficamos atirando neles pelas costas, embora recebendo resposta aqui e ali. Com pouco tempo, o Capitão saiu e foi dar um "corta-lourenço". (...). Era fiscalizar as redondezas para saber se ainda havia "macaco" que pudesse mandar algum besouro doido [bala].

Cobra Verde narra detalhes do que vivera naquele longo dia e diz que, quando o tiroteio se encerrou, Antônio Silvino foi direto ao local onde estava o cadáver do alferes Maurício, pegando uma pedra grande e metendo-a na sua cabeça. “Voou miolo de juízo para toda parte. Nessa hora, ele disse assim: ‘quando se mata cobra a gente esmaga a cabeça dela’”. Sobre isso, o laudo cadavérico do Alfares Maurício diz que:

O corpo do cadáver apresenta vestígios de lesões como sejam, três ferimentos a balla: sendo um no crânio no alto do frontal no começo do couro cabelludo; um no supercílio direito e outro na fronte direita e dois apunhaes sendo um na parte esquerda do maxillar superior, outro na região cervical direita alcançando a carótida. **Temos mais a assinalar que o morto teve quase a cabeça esmigalhada pela pressão exercida por uma grande pedra atirada na face direita produzindo escoriações sanguinolentas na parte antherior do pavilhão auricular direito.** Mais quatro ferimentos a punhaes no abdômen sendo três no hypocôndrio direito e um no esquerdo apresentava ainda diversas lesões pelo corpo, olhos e bocca entre abertas, rijedeis completa, levides generalizada, manchas pelo dorso, pescoço e costas achymaisados deitando da cabeça conforme as posições que se lhe desse grande quantidade de sangue com raios de coágulos e de envolta eram com massa cerebral, (...). (Grifos Nossos).⁷⁸

Como saldo, além do Alfares Maurício, também foi assassinado o soldado rastejador Vicente Pedro Miguel e o soldado Antônio José de Andrade foi gravemente ferido, todos posteriormente levados para a vila de Soledade, onde foram realizados os exames cadavéricos e de corpo de delito, respectivamente. Há registros de que esse tenha sido o mais intenso confronto entre essas forças, deixando as margens da lagoa repletas de sangue. Oliveira (2010, p. 87) diz que essa “vingança realizada foi anunciada em jornais, virou tema de folhetos de cordel e deu visibilidade ainda maior para o cangaceiro, pois há alguns anos ele não tinha praticado crime de tamanha repercussão.”⁷⁹ O já citado jornal *O Estado de São Paulo*, de 14 de junho de 1910, publicou uma longa matéria dando conta dos episódios ocorridos lugar Lagoa de Pedra, conforme segue na íntegra:

⁷⁸ Esse exame se encontra disposto no Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1910, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Antônio Silvino e seus companheiros.

⁷⁹ Esse fato foi narrado por Francisco das chagas Batista no folheto “A vingança de Antonio Silvino - A morte de Maurício”.

Um bandido célebre – As últimas façanhas de Antônio Silvino.

Parece que este terrível bandido vai tomando uma nova atitude, em sua carreira de crimes, os mais abomináveis. Antônio Silvino, até agora, procurou sempre evitar a força pública; chegou a sustentar tiroteios, mas só quando foi surpreendido. Agora, porém, o temível facínora tornou-se agressivo, de modo que dentro de poucos meses já enfrentou duas vezes destacamentos policiais, fazendo vítimas em ambas. Da primeira vez foram mortas duas praças e agora a audácia de Silvino teve resultado mais lamentável e mais triste. Em dias da semana passada, Silvino saíra do município de Patos para o de Batalhão, algumas léguas distante de Campina Grande. Em Patos, Silvino declarou ter o propósito de assassinar o alferes Maurício, valente oficial da polícia paraibana, o qual há muito o persegue com uma tenacidade digna de louvores. Infelizmente o bandido cumpriu a sua palavra. Chegando nas proximidades de Batalhão, localidade populosa e próspera, Silvino mandou um emissário com a lista dos contribuintes e o quantum que lhe devia ser remetido. Os habitantes de Batalhão responderam pela negativa, confiados no alferes Maurício, que ali se achava com 14 praças e que logo se pôs no encalço da quadrilha. Em S. André o oficial teve notícias de Silvino e então dividiu a sua força, talvez imprudentemente, em duas patrulhas de 7 praças. Com a patrulha comandada pelo alferes Maurício seguiu um paisano, incumbido de rastrear o bando de criminosos. Caminhava essa força quando dentro do mato rompeu cerrada descarga, sendo imediatamente mortos o oficial e o rasteador e caindo um soldado gravemente ferido. O alferes Maurício foi ferido por uma bala de rifle no ouvido. O resto da força debandou e Silvino, saindo do mato, assassinou a punhal o soldado ferido e mutilou o cadáver do desventurado oficial, de cuja farda arrancou os botões. Os cadáveres do alferes Maurício e das outras vítimas foram sepultados na vila de Soledade. A situação do interior da Paraíba, diante desses acontecimentos, é quase de terror, esperando as respectivas populações as providências mais enérgicas do governo do Dr. João Machado.

O confronto resultou em um Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São João do Cariri - PB, em 8 de Julho de 1910, no qual consta como autor a Promotoria Pública e como réu Manoel Baptista, vulgo Antônio Silvino, e seus companheiros. Abaixo transcrevemos a peça inicial do inquérito:

Ilmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca.
A excelentíssima nossa conclusão
S. João do Cariry, 8 de Julho de 1910.

O Promotor Publico desta Comarca, em sendo um direito que a lei lhe traça e compenetrado do seu dever como agente da sociedade na árdua e nobilitante missão de defendel-a do crime, interrogando este para prompta e efficazmente promover a repressão do delinquente que a offende e arruína, vem unindo-se das instrucções contidas nas peças juntas, dar denuncia contra o terrível e acusado scelerado Antônio Silvino que é o mesmo Manoel Baptista e os seus companheiros Sabino Gomes Ferreira, conhecido no grupo por Corta-Bainha, Antão Godês, o alcunhado por Bem-te-vi, cujo nome é ignorado, José de Tal, conhecido por Quinta-feira, Vicente de Tal, conhecido por Martello, Facão-Bacamarte, Pesqueira, Formigão, cujos nomes verdadeiros não são conhecidos, e finalmente o de

nome Manoel Godês, todos de historia pavorosa na hedionda empresa dos assaltos a vida, a propriedade e a honra, typos representativos da degenerescência humana a cometerem com a maior impassibilidade as mais trágicas atrocidades e consternantes flagícios. Assim é que, estando há muitos meses investido da patriótica tarefa de perseguir essa praga que tanto nos flagela - o banditismo do Estado - o bravo intrépido e perseverante Alferes do Batalhão Policial Antônio Mauricio da Costa, acompanhado do hábil e destemido rastejador, soldado Vicente Pedro Miguel, Cabo Manuel Albino de Oliveira e outros, seguia com essa força na mais esforçada e ininterrupta perseguição àquele grupo, através de mil adversidades e na mais exhaustiva e penosa busca, quando na manhã de vinte e oito de Maio ultimo, alcançando o grupo amparado de uma cerca de pedras, alli collocado muito de gosto, com a sinistra intenção de emboscar a mesma força para destruil-a, travou-se heroico e prolongado tiroteio entre esse grupo e o contingente legal, do qual infelicissimamente resultou a morte do destinado e valoroso official, do soldado Vicente Pedro Miguel e do soldado Antônio José de Andrade, victimas da sanha dos famigerados bandidos, sendo theatro dessa scena lúgubre de confungentes assassinatos o lugar Lagôa de Pedra deste Termo. Si de um lado vio-se um official e seus companheiros cumprirem o dever de honra de defensores da pátria, indo ao ultimo sacrificio e esgotando o ultimo alento; de outro lado ver-se a ferocidade daquelles indivíduos que a novos golpes de punhaes clamavam o official honrado o resto de uma vida oscilante. O denunciado foi participante deste horrendo banquete de sangue, de desonra e de selvageria. (...).

O então promotor público, José Gaudêncio Correia de Queiroz, segue organizando o seu discurso jurídico contra Silvino e seu grupo apresentando a legislação penal a qual os mesmos deveriam ser enquadrados, como segue:

Collaboremos nesse louvável e salutar objetivo de ordem social, objetivo que absorve a preocupação do patriótico governo do Estado incapacitado desse grande amor e solicitude a par da circunscrição administrativa. Essa desafronta á sociedade devendo os poderes públicos faser valer os meios punitivos contra os denunciados, incursos como se acham na **sancção penal do art. 294, § 1º do Código Penal, combinado com o art. 18, § 1º do mesmo Cod.** A bem da segurança pública requer esta Promotoria a prisão preventiva de qualquer dos denunciados, visto a emergência e utilidade para a sociedade offendida, havendo para tal providencia fundamento legal como seja: confirmado denunciado Sabino Gomes Ferreira e sufficiente prova testemunhal e em conformidade com o § 2º do art. 12 do Cod. N° 2033 de 1871 e art. 29 do seu Reg. E para que sigam-se os ulteriores termos do processo e a formação da culpa, reguer que distribuida e autoada esta, sejam citadas as testemunhas abaixo indicadas, para deporem sobre o allegado, citando-se igualmente os réos para assistirem, scientificando-se esta promotoria, designando-se tempo e lugar e ficando tudo sujeito ás penas da lei. Testemunhas: 1ª- Raulino de Medeiros Maracajá; 2ª- Luis de Farias oliveira; 3ª- Francisco Antonio das Chagas Medeiros; 4ª- Ignácio de Medeiros Waldemar; 5ª- Manuel Galdino da Silva Leite. Moradores os 2 primeiros no lugar Arara e os demais na Povoação e proximidades de Santo André, tudo deste termo. Villa de S. João do Cariry, em 8 de Julho de 1910. O Promotor Público. José Gaudêncio Correia de Queiroz. (Grifos nossos).

O promotor conclama os poderes públicos a fazerem valer as penas contra os denunciados, de acordo com o Código Penal de 1890, em seu Art. 294, § 1º, combinado com o Art. 18, § 1º. Os quais dizem:

DO HOMICIDIO

Art. 294. Matar alguém:

§ 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstancias aggravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41:

Pena - de prisão cellualar por doze a trinta annos.

Art. 18. São autores:

§ 1º Os que directamente resolverem e executarem o crime;

§ 2º Os que, tendo resolvido a execução do crime, provocarem e determinarem outros a executal-o por meio de dadivas, promessas, mandato, ameaças, constrangimento, abuso ou influencia de superioridade hierarchica;

§ 3º Os que, antes e durante a execução, prestarem auxilio, sem o qual o crime não seria commettido;

§ 4º Os que directamente executarem o crime por outrem resolvido.

De acordo com o posto nos autos desse processo, o mesmo transcorreu entre 08 de julho de 1910 e 14 de maio de 1914, conseguindo enquadrar na pena posta apenas os cangaceiros Sabino Gomes Ferreira (Corta Bainha), preso em 1910, e Gonçalo Bezerra Pequeno (Quinta-feira), preso em 1914.

O distrito de São José das Pombas (Parari)⁸⁰, também do município de São João do Cariri, foi espaço frequentado por Antônio Silvino e seu grupo. Aires (2000, p. 59) entrevistou o idoso Joaquim Italiano que havia conhecido esse cangaceiro e que o narrou a única história de morte praticada pelo mesmo nas proximidades daquele distrito. Disse o seguinte:

Em um lugar chamado Curtume, o cangaceiro Antônio Silvino, mandô pedi um dinheiro pelo um portador de nome Zé Tomé, a José Loriano. Quando ele pediu o dinheiro, José Loriano respondeu: eu não tenho dinheiro para dá a cabra ruim. Da mesma forma que ele respondeu ele falou pá o cangaceiro Antônio Silvino. Antônio Silvino ficô mal com a resposta de José Loriano e chamô José Tomé para lhe mostrá a casa de José Loriano. Zé Tomé mostrou a casa e foi simbora. Antônio Silvino ficô lá com seus cangaceiros escondidos e chegaram até o ponto de matá Zé Loriano e roubá várias coisas que ele possuía. (AIRES, 2000, p. 59).

Ainda de acordo com Aires (2000, p. 60), Silvino sempre passava pelo distrito, lugar onde teve uma amante chamada Rita Ferreira e um amigo “coiteiro” de nome

⁸⁰ Em divisão administrativa de 1911, São José das Pombas figura como distrito da circunscrição do município de São João do Cariri.

Tertulino Aires de Queiroz. Diz esse historiador que quando Silvino visitava o lugar se hospedava em casa cedida por Terto Aires (onde morou Zé de Moura), local onde se encontrava com sua amante. Como presente, ele deixou para o “coiteiro” um punhal de aço revestido em uma de suas extremidades por um pé de cabra.

Ainda no município de São João do Cariri, encontramos pistas da passagem de Silvino e seu grupo pelo povoado de Coxixola⁸¹. Lins (2008) realizou pesquisa sobre como se deu a presença do cangaço naquele território nas três primeiras décadas do século XX, sendo um de seus objetivos transpor para a linguagem escrita a memória de populares idosos que não foram contemporâneos a Antônio Silvino, mas que lhes foi transmitida pela geração anterior (pais e padrinhos).⁸² Ao pesquisar essa memória que se mantinha restrita aos círculos familiares do lugar, a autora trouxe a tona um conjunto de elementos presentes no imaginário daquela gente.

A depoente Ludugéria, nascida em 1917, descreve que seus pais contavam muitas histórias sobre a presença de Antônio Silvino e seu grupo no sítio Espinheiro. Ela narra o fato contado diversas vezes por seu pai que, nas primeiras noites de casados, ele e sua mãe tiveram alguns sustos em razão de aqueles cangaceiros terem começado a frequentarem as redondezas de sua casa. Vejamos:

(...) pai dizia que de noite ele se escondia lá dentro da ia [roçado]. Essa ia era muito fechada, não sabe? Um riacho do açude de trás de casa. E pai mais mãe passava a noite doidinho, assombrado com Antônio Silvino (...). Pai contava que tinha uma cerca perto da casa e de noite dava pra escutar quando eles saltava. Pai disse que tinha medo e as vezes passava a noite acordado.

A entrevistada continua relatando os desdobramentos seguintes que dão conta de como foi se construindo uma rede de solidariedade entre seus pais e Silvino. Segundo ela,

Aí pai contava mais mãe, quando foi um dia mãe vinha no caminho, mãe disse quando foi um dia ele [Antônio Silvino] chamou pai, ele vivia escondido lá, não sei por que era, mas (...), ele se escondia lá dentro dessa ia, a gente chamava ia mesmo, hoje em dia é roçado. Ai ele disse a pai que não tivesse medo, que ele vivia ali, mais não era pra fazer mal a ele não. Ai

⁸¹ Em divisão administrativa de 1936, Coxixola figura como distrito da circunscrição do município de São João do Cariri.

⁸² A autora trabalhou com uma amostra de quatro depoentes, todos nascidos na década de 1910, portanto, após Silvino ter sido preso (1914). Transcreveremos os relatos orais de memória desses depoentes ao longo de nossa investigação sobre a passagem de Silvino e seu grupo por Coxixola.

pai ficou desassombrado. Mais foi pai que me contou, nesse tempo eu não era nem nascida.

O irmão de Ludugéria, Pedro Raimundo, também se lembra de ouvir seus pais contarem tais episódios, sinalizando sobre o caráter de Antônio Silvino e de seu bando: “Eu ouvi falar que Antônio Silvino ia muito lá em casa, na casa de pai, ia a cavalo, eu me lembro que pai contou uma vez que chegaram tudinho armado, ele não era muito cabra ruim demais não”.

Lia Melo, moradora no sítio Lagoa de Dentro, também apresenta um relato oral sobre a presença de Silvino e seu grupo na casa de seus pais, sempre de forma amigável e em busca de água e comida. Diz ela que

Mamãe sempre contava que Antônio Silvino passava lá por sua casa com um rebanho de cangaceiro. Com o bando dele né? E pedia água e as vezes comida. Mamãe dizia que ele passava fugindo dos policiais, porque muitas vezes quando o bando de Antônio Silvino passava, logo em seguida passava os policiais perguntando se os cangaceiros tinham passado por lá, mais mamãe nunca disse que Antônio Silvino passava por lá não porque ela tinha medo de depois os cangaceiros voltar lá e fazer algum mau.

Lins (2008) ainda apresenta o depoimento de Severino para verificar a estada de Silvino em Coxixola, bem como para indiciar a forma como se estabeleceu a rede de solidariedade entre os moradores dali e Silvino. Relata esse depoente que:

O rancho de Antônio Silvino era lá em Cleodon, padrim Raimundo cansou de me contar, que ele vinha, chegava lá na casa de padrim Raimundo, ficava lá no alpendre, mas não dormia lá não, nem com o bando que andava, (...) Antônio Silvino não dormia em casa de ninguém, ele dormia no mato e sozinho.

A autora conclui que seus depoentes não citam nenhuma situação de conflito maior entre Silvino e os habitantes de Coxixola, de acordo com Severino, “(...) ele só mexia com quem mexesse com ele, Antônio Silvino, é como dizia padrim Raimundo, eu era muito novo, mais ouvia muito padrim Raimundo contar”. Diz ainda esse entrevistado que “Ele e o seu bando não roubavam não, pedia. Agora se não dessem a bala comia (...), se o caboclo não desse entrava no rifle”.

Silvino e os seus comandados também circularam no município de Taperoá. Que marcas ali Silvino deixou? Vejamos...

4.4 NO MUNICÍPIO DE TAPEROÁ: RELAÇÕES COM COITEIROS

O município de Batalhão (Taperoá) foi criado pela Lei Provincial Nº 829, de 06 de outubro de 1886. No início do século XX, faziam parte de sua circunscrição os atuais municípios de Livramento (1961) e Assunção (1994). Nesse tópico, passamos a descrever a passagem de Silvino e seu grupo sobre esse território.

São poucas as fontes que dão conta da passagem desses cangaceiros por esse município, mas tentaremos apresentar o que elas nos dão conta. Correia (2005) pesquisou sobre a construção do mito sobre Antônio Silvino no município de Taperoá, fazendo uso, para tanto, da memória de idosos que não foram contemporâneos ao cangaceiro, mas que ouviram de seus pais relatos da presença dele naquele território.⁸³ Essa autora entrevistou o septuagenário Hnady Torres Vilar (Diú Vilar) que relatou: “Aqui dentro de casa entrou Antônio Silvino, sentou, teve com meu avô Sulpício Torres Vilar, jantou e tudo..., foi-se embora”. Ele também relatou que “Jocelino Vilar, na Fazenda Cocho, acoitava Antônio Silvino”.⁸⁴

Sulpício e Jocelino eram primos legítimos e integrantes da grande família Costa Villar que foi a principal responsável pela colonização de um grande latifúndio ao longo do rio Taperoá situado entre a sede do município homônimo e a os de Livramento e Desterro.⁸⁵ O primeiro foi um grande proprietário de terras, eleito deputado provincial (1888) e chefe político local representante da hegemônica oligarquia alvarista até a sua morte (1910)⁸⁶. O segundo também foi um grande proprietário de terras e político epítacista que assumiu a chefia local dessa oligarquia

⁸³ A autora trabalhou com uma amostra de quatro depoentes, todos nascidos na década de 1920, portanto, após Silvino ter sido preso (1914). Transcreveremos os relatos orais de memória desses depoentes ao longo de nossa investigação sobre a passagem de Silvino e seu grupo por Taperoá.

⁸⁴ Hnady Torres Vilar (Diú Vilar) nasceu em 02/02/1927. Entrevista concedida a autora em 2005.

⁸⁵ Bento da Costa Villar e sua esposa Thereza Joaquina de Andrade eram naturais de Portugal e chegaram à capitania da Paraíba no século XVIII, se instalando na fazenda Carnaúba situada no atual município de Taperoá. Esse casal teve nove filhos que, juntamente com as gerações seguintes, foram sendo responsáveis pela colonização de grande extensão territorial no vale do rio Taperoá que foi sendo progressivamente dividida entre as mesmas e recebendo novos batismos, a saber: Alagoa Queimada, Alagoa do Pinhancó, Cacimba de Cima, Paraíso, Pau-Branco, Santa Maria, Sete Estrelas, Verão, Campo Verde, Bonito, Jardim, Volta, dentre outros. Cf. Mello, s/d, s/p.

⁸⁶ O Capitão Sulpício Torres Villar (batizado em 18/10/1843 e falecido em 03/11/1910) era filho de Sulpino Villar de Carvalho e Umbelina Theresa de Torres, residentes na fazenda Bonito. Sulpício foi casado com Leonila Maria das Neves Viana de Jardim do Seridó (RN) e radicados na fazenda Bonito. Ele faleceu com 67 anos de idade, deixando os filhos: Homero Sulpício Torres Villar, Clodoveu Torres Villar, Joaquim Maria Torres Villar, Sensata Torres Villar e Oríginis Torres Villar. Cf. Mello, s/d, s/p.

paraibana após a morte de Felix Daltro (1920), chegando a ser prefeito municipal por três gestões (1916-1920; 1920-1924; e 1926-1929).⁸⁷

IMAGEM 16 – SULPÍCIO VILLAR



FONTE: Acervo Faustino Neto.

IMAGEM 17 – JOCELINO VILLAR



FONTE: Acervo Faustino Neto.

A oligarquia alvarista corresponde ao período em que Álvaro Machado teve o controle da política paraibana e contou com cinco presidentes estaduais: o chefe da oligarquia Álvaro Machado (1892-1896), Gama e Melo (1896-1900), José Peregrino (1900-1904), outra vez Álvaro Machado (que só governou um ano, sendo substituído pelo primeiro vice-presidente Walfredo Leal, que completou o quadriênio de 1905 a 1908) e João Machado (1908-1912), durando, dessa forma, de 1892 a 1912, o que correspondeu a vinte anos. Após transição representada pelo presidente Castro Pinto (1912-1915), que inutilmente tentou equilibrar as oligarquias dissidentes, sobreveio a oligarquia epitacista sob o comando de Epitácio Pessoa e contou com cinco presidentes: Antonio Pessoa, que completou o mandato de Castro Pinto, (1915-1916), Camilo de Holanda (1916-1920), Solon de Lucena (1920-1924), João Suassuna (1924-1928) e João Pessoa (1928-1930).

Batista (1932) diz que, em 18 de abril de 1910, Silvino hospedou-se na fazenda Juá que pertencia ao coronel Jocelino Vilar de Carvalho, situada um pouco distante da vila de Taperoá. Vejamos:

Foi a 18 de abril [1910]
Que eu estava no Juá,
Fazenda pouco distante

⁸⁷ O Major Jocelino Villar de Carvalho (17/08/1851-12/01/1934) era filho do Capitão Adeodato Villar de Carvalho e de Balbina Alexandrina Villar de Araújo, que eram primos legítimos e foram fundadores da Fazenda Campo Verde. Jocelino era casado com Autócia de Carvalho e radicados na fazenda Juá. Ele faleceu com 83 anos de idade, deixando os filhos: Francisco Villar de Carvalho, Jocelino Neném Vilar e Adeodato Villar de Carvalho. Cf. Mello, s/d, s/p.

Da vila Taperoá,
 (...) (BATISTA, 1932, p. 17).

Esse mesmo autor diz também que, em 09 de agosto de 1911, Silvino esteve novamente no município de Taperoá, quando teria assistido a um casamento na fazenda de Juá, onde teria participado do banquete e dos divertimentos comemorativos. Diz o poeta:

No dia nove de agosto [1911]

Assisti a um casamento
 Perto de Taperoá,
 Com grande contentamento
Particpei do banquete
E de todo o divertimento...

A um padre que estava lá
 Assisti de confissão!
 Dispensei-o de rezar
 O ato de contrição:
 Limitou-se a responder-me
 O que lhe perguntei então.

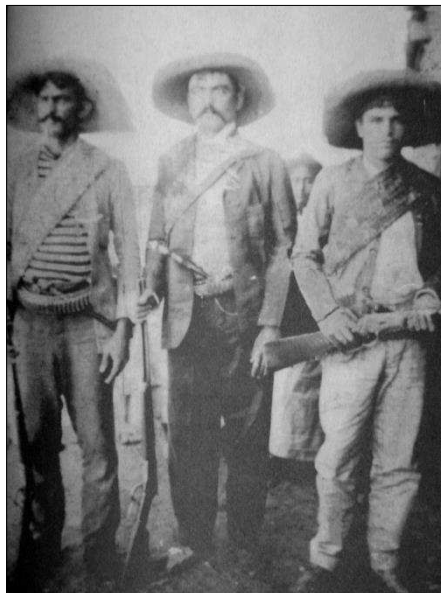
Depois que eu o absorvi,
Ordenei-lhe que guardasse
Para mim algum arame;
Para quando eu precisasse,
 Disse ele que ao meu dispor
 Estava, se eu o ocupasse.

Sai então da fazenda
 De Jocelino Vilar,
 E logo no dia seguinte
 Eu consegui me encontrar
Com primo Antônio Godê,
E juntos fomos andar... (BATISTA, 1932, p. 21). (Grifos nossos).

As fontes acima citadas nos dão indícios a respeito da relação de “coiteiro” que esses ricos coronéis mantinham com Antônio Silvino, sobretudo Jocelino Vilar. Já as últimas estrofes apresentadas nos são ricas em informações: diz sobre as sociabilidades vividas entre Silvino e Jocelino naquela fazenda, pois descreve que o cangaceiro foi hospedado ali durante um casamento, participando, inclusive, de suas festividades; diz também da relação que Silvino mantinha com o padre local, o qual “Ordenei-lhe que guardasse Para mim algum arame Para quando eu precisasse”, se referindo a uma quantia em dinheiro depositada nas mãos daquele religioso; e diz,

por fim, que, um dia após sair da fazenda Juá, se encontrou com o seu primo Antônio Godê com quem seguiu caminhada⁸⁸.

**IMAGEM 18 – ANTÃO GODÊ, AO CENTRO DA FOTO, ACOMPANHADO
POR DOIS CANGACEIROS DE SEU GRUPO**



FONTE: Reproduzida de DANTAS, 2012.

Em consulta ao Livro de Registros de Casamentos (1911-1916), da Secretaria Paroquial de Taperoá, conseguimos identificar a anotação de um casamento acontecido no município de Taperoá na mesma data descrita pelo poeta Chagas Batista. Vejamos:

Aos nove de Agosto de mil novecentos e onze assisti ao recebimento matrimonial de Deusdedit Villar de Carvalho e Maria Digna de Carvalho perante as testemunhas Vicente Nunes da Penha e José Avelino Villar do que fiz este assento que assigno. Padre João de Deus Mindello da Cruz.

Apesar do registro não situar o local do casamento como sendo a fazenda Juá, é possível que seja esse o matrimônio citado pelo poeta e do qual Silvino participou, uma vez que Deusdedit Villar de Carvalho era primo de Jocelino Villar de Carvalho,

⁸⁸ Antão Godê nasceu em Afogados da Ingazeira, região do Pajeú, em Pernambuco, e foi chefe de cangaceiros, igualmente ao primo Antônio Silvino, com o qual se aliava sempre que possível para perseguirem ou se protegerem de inimigos considerados mais fortes. Atuante nas duas primeiras décadas do século XX, em vasta área dos sertões, principalmente na Paraíba, Antão Godê promoveu diversos conflitos com populares, autoridades locais e a força pública estadual. Foi, inclusive, na Paraíba que “Antão Godê” participou de seu último combate, no qual foi morto. O *jornal Correio da Semana*, de 20 de abril de 1913, noticia uma luta travada em Alagoa do Monteiro entre a força policial comandada pelo alferes Antonio Ribeiro e o grupo de Antão Godê quando esse foi morto.

além de aliado político. Sendo assim, é possível que o padre João de Deus Mindello da Cruz, que realizou o casamento de Deusdedit e Maria Digna, seja o vigário com quem Silvino estabelecera relação de sociabilidade e de confiança, deixando consigo algum dinheiro guardado.⁸⁹

Na entrevista já mencionada que foi concedida a Terceiro Neto (1991, p. 19) por Odilon Sebastião da Silva (Cobra Verde), ex-cangaceiro do grupo de Silvino, se é possível notar como as relações de poder se estabeleceram entre esse cangaceiro e o coronel Jocelino. Notemos o que nos diz esse depoente:

Conta Cobra Verde que Antônio Silvino tomava as dores dos outros. Em Taperoá mesmo, um homenzinho o procurou para dizer que o **major Jocelino Vilar**, que era chefe político, proibiu que ele vendesse rapadura no mercado velho. Ele foi ao “major” e disse-lhe que a ordem não ia ser cumprida. Como o velho não gostou, o Capitão o chamou de “major de merda”. Certo é que, quando ele passava por aqui, procurava saber se o homenzinho estava negociando. E estava... (Grifos nossos).

Como já identificado anteriormente, era comum Antônio Silvino defender os que sofriam com o poder dos chefes locais e, desse modo, terminava impondo sobre os poderosos do lugar as suas vontades que a elas se submetiam. Possivelmente, o coronel Jocelino mantinha com Silvino uma relação política ambígua: ao nível municipal procurava atender (acoitar) o cangaceiro nas suas demandas imediatas para não sofrer maiores danos (surras e morte); mas, ao nível estadual, era representante da situação oligárquica governista (alvarismo), a qual Silvino fazia enfrentamento direto.

Ainda podemos notar essa relação de aproximação que Silvino mantinha com outros fazendeiros desse município quando Odilon Sebastião da Silva (Cobra Verde) relata a Terceiro Neto (1991, p. 19) que se incorporou àquele grupo em 1910, aos 10 anos de idade, quando Silvino apareceu na fazenda Santa Tereza (Soledade), do Coronel Claudino Alves da Nóbrega (Dino Perna de Pau), procurando um menino para recados e mandados. Disse ele:

Da Fazenda Santa Tereza, o capitão tirou direto para a Fazenda do finado Benedito Queiroga, em Pombal, chamado Várzea do Saco, quando chegamos lá, ele me mandou de volta para devolver os cavalos. Ainda me lembro que dois animais eram daqui de Taperoá, um deles do **Coronel**

⁸⁹ Esse padre aparece assinando os registros de batismos de 06 de novembro de 1910 até 21 de setembro de 1911.

Deusdedit Vilar, o outro era do **doutor José Queiroga**, que foi dono da Fazenda “Cosme Pinto”, que depois foi de Sabino Pinto e hoje é do Dr. José Madruga. O Capitão era assim. Quando tomava uma coisa emprestada fazia questão de devolver. Também, quando tinha precisão, ninguém lhe negava o que pedia. (NETO, 1991, p. 18). (Grifos nossos).

O coronel Deusdedit Villar de Carvalho⁹⁰ era proprietário da Fazenda Volta e o doutor José Queiroga da Fazenda Cosme Pinto, duas grandes propriedades agrárias daquele município. Foi no ano de 1910, durante sua estada na fazenda Juá, acima já mencionada, que Silvino assaltou ao funcionário dos Correios de nome João Domingos, modalidade que havia inaugurado ao longo da “estrada real” nas proximidades da vila de Cabaceiras, em 11 de fevereiro de 1906, quando tomou correspondências, rasgou, queimou e roubou inúmeras cartas, conforme já descrito. Sobre esse *modus operandi*, Chagas Batista no diz que

Foi a 18 de abril [1910]
Que eu estava no Juá,
Fazenda pouco distante
Da vila Taperoá,
Quando um correio caipora
la passando por lá.

Era ele o João Domingos,
De três malas portador;
Tomei-lhe as malas e abri-as,
Achei cartas com valor
Em dinheiro e deste eu fiz-me
No mesmo instante senhor!

Alguém ainda pediu-me
Prá as cartas eu não romper,
Porém, a esses pedidos
Resolvi não atender,
Prá não perder o ensejo
De o governo ofender

Eu sei que o governo paga
Qualquer quantia avultada
Que o agente ou estafeta,
Deixa ser extraviada,
Por isso a correspondência
Fora por mi violada

Não ofendi ao correio,
Por ele não merecer,
É um simples empregado,
Que cumpre com o seu dever,

⁹⁰ Deusdedit Villar de Carvalho era filho de Mariana Francisca da Penha e do português Dâmaso Joaquim José de Carvalho, moradores na fazenda Pereiro. Era casado sua prima legítima Thereza Villar de Araújo e depois da morte desta casou com a irmã da finada de nome Glicéria Villar de Araújo. Cf. Mello, s/d, s/p.

E mesmo, a quem não me ofende,
Eu não gosto de ofender.

Abri as malas somente
Prá do governo vingar-me,
E também pra do dinheiro
Que eu encontrasse, apossar-me.
Cento e quarenta mil réis
Foi só o que pôde tocar-me (BATISTA, 1932, p.17-18)

As estrofes informam que Silvino ali se encontrou com o carteiro João Domingos no cumprimento de suas funções quando, ao anunciar o assalto, alguém teria pedido para ele não abrir as correspondências, mas ele não atendeu ao pedido por entender que sua prática atingiria diretamente ao governo: “Eu sei que governo paga qualquer quantia avultada que o agente ou estafeta deixa ser extraviada, por isso a correspondência fora por mim violada”. Assim, Silvino não ofendeu o carteiro por entender que ele era um simples empregado e em nada se opunha, mas apoderou-se das três malas que ele portava, abriu os envelopes e encontrou nos seus interiores valores em dinheiro que lhe renderam cerca de cento e quarenta mil réis. Possivelmente, as demais cartas tomadas nesse assalto foram queimadas, já que isso era uma prática recorrente do cangaceiro. Também se é possível inferir sobre a acirrada oposição que Silvino fazia ao governo do Estado da Paraíba, representado pelo presidente João Machado⁹¹.

Após Silvino e seu grupo ter conseguido assassinar o alfares Antônio Maurício da Costa, no lugar Lagoa das Pedras, próximo ao povoado de Timbaúba de Gurjão, em 28 de maio de 1910, conforme já analisado, a imprensa nacional noticiou sobre o reforço policial que se efetivava no encalço daqueles cangaceiros. O jornal *O Estado de São Paulo*, de 04 de junho de 1910, publicou o telegrama que segue:

PARAÍBA, 3 (A) – **Telegrama recebido nesta capital noticia que o destacamento policial se encontrou com o bandido Antônio Silvino, nas proximidades do município de Taperoá.** Foram mortos dois companheiros do famigerado facínora. Vários contingentes da polícia estão espalhados pelo interior, a fim de capturar Antônio Silvino e o seu bando. (Grifos nossos).

O texto das notícias de um confronto entre a força policial e o grupo de Silvino nas proximidades do município de Taperoá, quando então dois cangaceiros foram mortos. Em matéria de 14 de junho de 1910, esse mesmo jornal publicou longa

⁹¹ João Lopes Machado (01/01/1861 – 31/10/1939), médico e político brasileiro, tendo sido presidente do Estado da Paraíba de 28 de outubro de 1908 a 22 de outubro de 1912.

matéria dando conta de episódios ocorridos antes, durante e depois do confronto em Lagoa de Pedra. Vejamos:

PARAÍBA, 2 Um bandido célebre – As últimas façanhas de Antônio Silvino. – Parece que este terrível bandido vai tomando uma nova atitude, em sua carreira de crimes, os mais abomináveis. Antônio Silvino, até agora, procurou sempre evitar a força pública; chegou a sustentar tiroteios, mas só quando foi surpreendido. Agora, porém, o temível facínora tornou-se agressivo, de modo que dentro de poucos meses já enfrentou duas vezes destacamentos policiais, fazendo vítimas em ambas. Da primeira vez foram mortas duas praças e agora a audácia de Silvino teve resultado mais lamentável e mais triste. Em dias da semana passada, **Silvino saíra do município de Patos para o de Batalhão**, algumas léguas distante de Campina Grande. Em Patos, Silvino declarou ter o propósito de assassinar o alferes Maurício, valente oficial da polícia paraibana, o qual há muito o persegue com uma tenacidade digna de louvores. Infelizmente o bandido cumpriu a sua palavra. **Chegando nas proximidades de Batalhão, localidade populosa e próspera, Silvino mandou um emissário com a lista dos contribuintes e o quantum que lhe devia ser remetido. Os habitantes de Batalhão responderam pela negativa, confiados no alferes Maurício, que ali se achava com 14 praças e que logo se pôs no encalço da quadrilha.** (Grifos nossos).

Pelo descrito, antes do confronto em Lagoa de Pedra, Silvino e seu grupo transitaram de Patos para Batalhão (Taperoá) e nessa vila encontrou resistência por parte daqueles comerciantes e fazendeiros que de costume lhe entregavam uma quantia em dinheiro já determinada, uma vez que estes se sentiram seguros pelo fato de o alferes Maurício e mais 14 soldados ali se encontrarem com o objetivo de capturarem aqueles cangaceiros. Talvez, mesmo os que atendiam as exigências do cangaceiro, sentissem que as forças policiais se intensificavam e os seus dias de vida ou de liberdade estavam contados. Não sabiam eles que quatro longos anos ainda se passariam até o fim das ações do “governador dos sertões”.

Ao que parece, o fato de o coronel Jocelino Villar acoitar Silvino naquele município e, ao mesmo tempo, ser representante local da oligarquia alvarista estadual foi alvo de denúncia por parte dos que ali faziam parte da oposição política. Inferimos isso a partir da análise de uma longa matéria publicada no jornal *A União* de 23 de maio de 1913.

Ordem publica

Um caso intrincado. Taperoá em foco. O semi-oposicionismo. Ora, veja o publico sensato com que pedaços de mau caminho se depara á autoridade na lucta por extinguir o banditismo. Ante-hontem, por ocasião do expediente do governo, compareceu no Lyceu Parahybano, acompanhado de um seu filho, de nome Francisco Villar de Carvalho, o senhor Jocelino Villar de Carvalho, fazendeiro residente em Taperoá, que

reclama uma audiência do exmo. sr. Presidente do Estado. Accendendo gentilmente ao sr. Jocelino, o dr. Castro Pinto fel-o entrar para o gabinete. Era uma conferencia, ao mesmo tempo, sobre partidarismo local e ordem publica. A este respeito o exmo. sr. Presidente do Estado vive assediado de conferencistas de todas as cores e feitios, os quaes pensam que s. exc. não deve ter mais tempo e calma para a resolução de negocios mais condizentes com a bôa marcha dos nossos publicos negocios. Perante o exmo. sr. Presidente do Estado, o dr. Antonio Massa, chefe de policia, dr. Rodrigues de Carvalho, secretario geral, coronel Mario Barbedo commandante da Força Policial e o nosso collega de redação, o sr. Jocelino Villar e seu filho desenrolaram um verdadeiro rosario de queixas e justificativas contra uma supposição de que o velho fazendeiro seja protector de bandidos, chegando a coisa ao ponto de serem presos, no cercado da sua fazenda, dois cavalos que se diz foram roubados pelo celebre bandido Antão Godê. O coronel Jocelino desfez-se em informações contrarias à imparcialidade do official Irineu Rangel, que anda em deligencia contra os faccinoras, allegando ser elle amigo intimo dos seus adversarios politicos, aos quaes chamou de falsos amigos da situação. Mais a maior queixa do coronel Jocelino Villar e de toda a sua numerosa família não é somente dos seus inimigos de Taperoá: é tambem de um cerco que ultimamente fez a policia em sua fazenda, afim de verificar se la existiam criminosos ou vestigios dos bandidos, como tambem para apprehender um grande numero de armas, muitas das quaes pertencentes à força publica do Estado. Effectivamente, o commandante Mario Barbedo teve informação de que na fazenda do coronel Jocelino, na sua casa e na dos seus filhos, havia um numeroso armamento e muita munição. Procedida a deligencia necessaria, com toda a ordem e as necessarias garantias, conforme declaração do proprio fazendeiro, foi confirmada a denuncia, apprehendendo a força, além de 7 rifles, 4 armas regimentaes que foram remetidas para esta capital. Recebido e ouvido com o acatamento que merece o coronel taperoaense, o exmo. sr. Presidente do Estado, de accordo com o chefe de policia dr. Antonio Massa e coronel Barbedo, ficou combinado que se restituissem ao sr. Jocelino, mediante um termo de responsabilidade, os rifles que lhe pertencem e dos quaes necessita para defeza da sua propriedade, ficando, porém, no quartel as armas da força publica. O coronel Jocelino, ao que declarou tem sido, innumeradas vezes, victima dos cangaceiros, já de Cobra Verde e Relampago, já de Antonio Sobral e Antonio Silvino, havendo um prejuizo de, calculadamente, 4:000\$000.

A matéria dar pistas de que no expediente do governo, do dia 21 de maio de 1913, ocorreu uma conferência na capital paraibana a pedido do coronel Jocelino Villar de Carvalho, na qual estiveram presentes ele e seu filho (Francisco Villar de Carvalho), o Presidente do Estado (Castro Pinto)⁹², o Chefe de Polícia (Antonio Massa), o Secretario Geral do Estado (Rodrigues de Carvalho), o Comandante da Força Policial (Coronel Mário Barbedo) e um repórter da redação do jornal estatal *A União*. A pauta dessa reunião foi sobre o partidarismo local e a ordem pública no município de Taperoá e teve quatro momentos: o da acusação feita ao coronel Jocelino; o das suas queixas; o da sua defesa; e o encaminhamento final.

⁹² João Pereira de Castro Pinto (03/12/1863 – 11/07/1944) foi um político, magistrado e professor, tendo sido presidente do Estado da Paraíba de 22 de outubro de 1912 a 24 de julho de 1915.

Sobre a acusação: ao que parece, o Sargento Irineu Rangel de Farias⁹³, que andava em perseguição aos cangaceiros, havia apresentado denúncia junto ao comandante do Batalhão de Segurança da Paraíba, o Coronel Mario Barbedo⁹⁴, de que o fazendeiro Jocelino era coiteiro de cangaceiros e que em sua fazenda, na casa dele e na dos seus filhos, havia um número grande de armas e munição. Essa denúncia revela as relações de forças travadas entre as elites agrárias na disputa pelo poder local.

Sobre a queixa do coronel Jocelino Villar: ele e “toda a sua numerosa família” lamentam não apenas as acusações feitas pelos seus inimigos políticos de Taperoá, mas, sobretudo, o cerco policial feito, nos últimos dias, em sua fazenda com o objetivo de verificar se lá se encontravam cangaceiros ou vestígios seus. Ocasão em que a polícia apreendeu sete rifles e quatro armas regimentais da força pública estadual que foram remetidas para o quartel na capital paraibana, e dois cavalos que diziam terem sido roubados pelo cangaceiro Antão Godê e ali escondidos. Esse desfecho parece ter sido autorizado pelo comandante do Batalhão de Segurança da Paraíba (Mário Barbedo) e parece representar um momento crítico da história política do coronel Jocelino Villar.

Sobre a defesa: Jocelino negou as acusações que lhes eram atribuídas, alegando ser Irineu Rangel amigo íntimo dos seus adversários políticos, aos quais ele chamou de falsos amigos da situação, e, para se livrar da acusação de coiteiro, declarou em seu favor que já havia sido “inúmeras vezes, vítima dos cangaceiros, já de Cobra Verde e Relampago, já de Antonio Sobral e Antonio Silvino, havendo um prejuízo de, calculadamente, 4:000\$000.” Essa declaração do coronel não encontra respaldo no que as nossas fontes anteriores informam, pois, como vimos, Silvino era assíduo na sua fazenda. Logo, entendemos que essa foi uma estratégia utilizada por ele para não se ver jogado ao ostracismo político no seu município.

⁹³ Irineu Rangel de Farias (06/08/1883 – 24/08/1977), natural de Taperoá, foi um integrante do Batalhão de Segurança, denominação da Polícia Militar na época. Irineu passou por todas as graduações nessa corporação: ingressou como soldado no dia 6 de junho de 1904; foi promovido a Anspençada (Graduação entre Cabo e Soldado) em 1905; a Cabo de Esquadra em 1908; a 3º Sargento em 1909; e a 2º Sargento em 1911. Todas essas promoções foram por indicação do Comandante, que era o único critério vigente na época. Comandou *Patrulhas Volantes* que faziam diligências que duravam muitos dias em perseguição aos grupos de cangaceiros que percorriam o sertão e o brejo paraibano.

⁹⁴ O Coronel Mário Barbedo foi comandante do Batalhão de Segurança da Paraíba de 12/01/1912 a 02/10/1914.

O encaminhamento final: após ouvir as queixas e justificativas do coronel e de seu filho, as forças políticas e militares ali presentes resolveram devolver aos mesmos, após assinarem um termo de responsabilidade, os sete rifles que lhe pertenciam e que eram necessárias para a defesa de sua fazenda, ficando, porém, no quartel as quatro armas regimentais da força pública estadual.

Até aí a matéria deixa a entender que aquela situação de conflito havia sido contornada, mas a sua continuação dar pistas dos desdobramentos que se seguiram àquela assembleia. Vejamos:

Por esta e por outra ordem de considerações, referentes ás iras irrefreaveis dos antigos elementos adversos á politica da familia do fazendeiro, as cousas ficaram combinadas do melhor modo possivel entre as autoridades e os queixosos. Mas é que o caso de Taparóá é um caso intrincado. **Do lado opposto ao coronel Jocelino está o sr. Homero Villar, sob as benções do padre Abel Pequeno** que, anteriormente, viera ao governo pedir para que o sr. Homero tivesse permissão de se armar, como o outro, em prevenção aos bandidos... e queixar-se da policia militar. (Grifos nossos).

O articulista da matéria revela que as relações de poder entre as elites agrárias naquele município se davam também envolvendo uma disputa interfamiliar. Em oposição ao coronel Jocelino Villar, então chefe político alvarista local, estavam dois parentes seus: Homero Sulpício Torres Villar, que era filho do Capitão Sulpício Torres Villar, e o padre Abel Alves Pequeno.⁹⁵ Como já dito, a oligarquia alvarista durou até a morte de Álvaro Machado (1910) e o governo Castro Pinto (1912-1915) tentou inutilmente equilibrar as oligarquias divergentes. Esse pode ter sido o cenário o qual a antiga oposição se aproveitou para denunciar as relações de sociabilidades que existiam entre Jocelino e Silvino.

O articulista da matéria segue dizendo que, até ontem à noite (22 de maio de 1913), o presidente Castro Pinto imaginava que as querelas políticas naquele município estavam equilibradas, ocasião a qual recebeu um telegrama com o seguinte teor: “- Batalhão, 21 - Filhos Jocelino, armados novos rifles, juram assassinar-me. Peço v. exc. Providencias - *Homero Villar*.” Apesar desse telegrama ter chegado às mãos de Castro Pinto no dia 22, notamos que a data do seu envio é

⁹⁵ Homero Sulpício Torres Villar era filho de Sulpício Torres Villar e Leonila Maria das Neves Viana e era casado com Maria Marieta Bezerra, natural do Rio Grande do Norte. Ele faleceu jovem vítima de um derrame interno ocasionado pelo coice de um cavalo. Abel Alves Pequeno era da família Costa Villar e nasceu em 01/11/1874 e ordenou-se padre em 1904. Faleceu em São Paulo, onde também foi vigário na década de 1950. Cf. Mello, s/d, s/p.

a do dia 21, ou seja, na mesma ocasião em que Jocelino e seu filho estavam tendo uma conferência com presidente estadual. Logo, é possível que os demais filhos de Jocelino tivessem em conflito com Homero naquele município naquela data.

No processo de consolidação da oligarquia alvarista, em 1904, a chefia política municipal de Taperoá fora tirada de Sulpício Torres Villar e entregue ao ex-venancista Félix Daltro e, portanto, a família Costa Villar foi jogada ao ostracismo. Mas, dois membros dessa grande família terminaram aderindo às fileiras daquela oligarquia: Jocelino Vilar de Carvalho e Deusdedit Vilar de Araújo. A presença destes dois últimos pode evidenciar o quanto foi arrebatador o alvarismo em Taperoá, conseguindo trazer para suas fileiras membros de uma família que se fizera ligada fortemente à oposição política estadual, o que, por sua vez, fez gerar “a intriga pessoal com muitos elementos da própria família (...)” (Jornal *A Imprensa* 03 fev. 1940). Essa rivalidade familiar se fez sentir quando das campanhas para as eleições para presidente e vice-presidentes estaduais a ocorrerem em 22 de junho de 1912. Sobre isso, vejamos:

Neste ano uma forte oposição ao Dr. Félix Daltro, desencadeou-se naquele município, dirigida pelo padre Abel Vilar Pequeno e coronéis Joaquim Rodrigues Coura e Manuel Carneiro de Queiroz, aos quais se aliaram muitos elementos ponderáveis (...). (...) **Homero Torres (...), inimigo pessoal de Jocelino**, aproveitava a oportunidade para medir forças com seu parente (...) (Jornal *A Imprensa*, 01 fev. 1940). (Grifos nossos).

Esse recorte de matéria traz duas questões a tona. A primeira diz respeito a percebermos que, naquele contexto de 1912, as rivalidades dentro dessa família se acentuaram por que Jocelino Vilar de Carvalho (Fazenda Juá) e seu primo Deusdedit Vilar de Araújo (Fazenda Volta) faziam parte do Partido Republicano Conservador da Parahyba, ou seja, estavam junto à situação governista estadual (Valfredistas-Epitacistas). Gurjão (1994, p. 56-57) observa que

As lutas entre famílias foram uma constante na Paraíba durante a Primeira República. As parentelas disputavam entre si o controle da política dos municípios, destacando-se comumente uma delas que monopolizava o poder de empreguismo e os cargos burocráticos. (...). A corrupção e a violência caracterizavam as lutas entre a oligarquia situacionista e oposicionista nos municípios. (...). A situação ideal era ser governista, o que dava carta branca à parentela no poder do município, permitindo-lhe manobrar o aparelho administrativo-burocrático, militar, a justiça e a autoridade eclesiástica.

A segunda questão que vem a tona diz respeito a entendermos que, entre os que faziam oposição política naquele município a Félix Daltro e a Jocelino Villar, estavam os coronéis Joaquim Rodrigues Coura e Manuel Carneiro de Queiroz, dois abastados fazendeiros e também comerciantes da vila. Sobre o primeiro, disse o antropólogo Waldemar Valente em depoimento transcrito por Maior (2001, p. 99):

Quando menino, em companhia de meus pais, passei um mês em Batalhão, hoje Taperoá, sertão paraibano, na fazenda de meu tio **Joaquim Coura. Tio Quincas, como mamãe o chamava, era amigo de Antônio Silvino**, que o visitava toda vez que ia a Batalhão. Tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o célebre cangaceiro, numa de suas visitas à fazenda de meu tio. Lembro-me, perfeitamente, do seu físico: alto, forte, amplo bigode, voz mansa, falando pouco. Naquele tempo estava no auge de sua fama. (Grifos nossos).

Assim, cabe a seguinte observação: primeiramente vimos que Jocelino Villar era coiteiro de Silvino; depois vimos que Joaquim Rodrigues Coura era inimigo político de Jocelino Villar; e agora vemos que Joaquim Rodrigues Coura era amigo de Silvino. Logo, parece que tanto situação governista como oposição procuraram ser coiteiros de Silvino e, assim, estabelecerem uma relação de solidariedade onde as partes pudessem sair lucrando.

A parte final da matéria publicada no jornal *A União*, de 23 de maio de 1913, segue dizendo que

Avalie o publico da seriedade dos reclamantes. A verdade não pode estar com uma ou outra parte. Relevem nos as susceptibilidades dos que assim faltam à clareza positiva dos factos. No incidente a que se prende a audiência de ante-hontem, que agora noticiamos, há quem esteja mentindo. Os sensores austeros da acção do governo, installados, supremacialmente, em períodos sonoros de articulados feitos à substancia, respondam-nos qual o rumo que o governo deve seguir, no que respeita á ordem publica no interior do Estado. Se por uma delegação de poderes *in utroque*, o poder executivo estadual deve encommendar ás Santas Missões por aquellas invias paragens, onde o *cangaço* é a lei das fatalidades ambientes. Como apurar a responsabilidade dos agentes do governo em casos que tanto alarmam a sensibilidade plumitiva do semi-opposicionismo, se as pessoas gradas, os coroneis, os proprietarios, isto é, a camada dirigente da sociedade sertaneja, procedem como estão fazendo na occurencia a que nos reportamos? Instituir um tribunal de supremas autoridades inexoráveis para tomar conta da conducta da força publica no interior em perseguição aos bandidos, seria uma bella idéa para a sentimentalice de conselheiros officiosos, mas seria tambem o reinado do crime, zombando d'essas teias de aranha, em que os escrupulos do governo acabariam pela victoria da delinquencia profissional. Manter a ordem publica no interior do Estado da Parahyba é um problema de solução muito mais difficil do que um programma pedagógico discutido bisantinamente pelos que têm a pelle garantida e o estomago farto.

O articulista desse texto revela não saber em quem acreditar diate da situação apresentada e pergunta ao público leitor qual o rumo o governo deveria tomar para solucionar o caso. Revela também que fica difícil lidar com o “semi-oposicionismo” se “as pessoas gradas, os coroneis, os proprietários, isto é, a camada dirigente da sociedade sertaneja, procedem como estão fazendo”. Esse trecho revela que o seu autor acredita no teor do telegrama enviado por Homero no dia 21 de maio de 1913. Por fim, diz que manter a ordem pública no interior do Estado da Paraíba é um problema de solução difícil.

Voltando aos relatos que tratam sobre a passagem de Silvino pelo município de Taperoá, identificamos que durante a pesquisa de Correia (2005) ela entrevistou a septuagenária Quitéria Guedes, nascida em 1930, que relatou:

Meu pai, João Marinheiro, conta que quando minha mãe estava esperando de descansar de mim, Antônio Silvino teve na casa da minha mãe. Quando ela viu quase que morria, mas ele pediu que não corresse, pois só queria comida. Mamãe matou uma galinha, mas não tinha farinha. Ele mandou seus cangaceiros ir pegar numa bodega perto, eles trouxeram um saco de farinha, o resto que sobrou, Antônio Silvino deu a mamãe e quando saiu tirou três fitas do bolso, uma verde, uma vermelha e uma azul e disse: “tome para enfeitar a roupinha do bebê quando nascer”.⁹⁶

Pelo relato oral de memória acima é possível identificar as relações de sociabilidade que Silvino mantinha ali com as pessoas de menos posse, quando, então, em troca da galinha oferecida, presenteou a mãe da entrevistada com o resto da farinha que sobrou e com três fitas “para enfeitar a roupinha do bebê quando nascer”.

Aires e Farias (2003, p. 76) dizem que os sítios Frades, Cachoeira e Cajazeiras (esse deu origem a sede), no atual município de Assunção (Estaca Zero)⁹⁷, foram espaços frequentados por Antônio Silvino e seu grupo no tempo em que os mesmos faziam parte do município de Taperoá. Segundo os autores:

(...) de acordo com o que muitos afirmam, o bando de Antônio Silvino por muitas vezes deve ter passado pelas terras que no futuro seria Estaca Zero, isso por volta de 1909 e 1910, quando ele procurava um inimigo da cidade de Soledade, José Pereira de Couto. Ao passar por

⁹⁶ Entrevista concedida a autora em 2005.

⁹⁷ O povoado de Estaca Zero surgiu após 1939, e tem suas origens relacionadas à construção da estrada que liga Campina Grande ao Sertão paraibano. Em divisão administrativa de 1959, Estaca Zero figura como distrito da circunscrição do município de Taperoá. Cf. Aires e Farias, 2003, p. 28-29.

essa região chegava a se alimentar na residência de Joaquim Mota, morador do sítio Frades. Certa vez também houve o registro de um tiroteio entre o bando e a polícia (volante) no sítio Cachoeira (...). Um outro fato que apontamos é o de Galdino Gonçalves, morador da Cajazeiras que também abrigou em sua casa o cangaceiro. Depois que lá jantavam, iam para um esconderijo numa caverna que hoje recebe o nome de grotta, (...).

Esses relatos dizem que Silvino e seu grupo também procuravam as residências de camponeses naqueles sítios para conseguirem apoio em termos de alimentação e informações que lhes fossem necessárias para as suas sobrevivências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cruzarmos pelas trilhas que Manoel Baptista de Moraes, vulgo Antônio Silvino, traçou na sua trajetória no cangaço, notamos que o mesmo se originou de um conjunto de fatores atrelados as injustiças sociais e as desigualdades políticas, econômicas e sociais que fizeram com que muitos homens pegassem em armas para resolverem questões que eram de responsabilidade dos governantes. Além do mais, entendemos que a existência desse movimento social ocorreu porque algo estava errado socialmente falando, em particular pela falta de autoridade para coibir injustiças praticadas com aqueles que não estavam juntos aos poderosos.

Todavia, diferente dessas representações, o cangaceiro aparecia nos jornais como criminoso, assassino, indivíduo que assaltava e roubava estabelecimentos comerciais e que extorquia fazendeiros e políticos. Tais imagens eram justificadas pelo próprio discurso jornalístico que dizia que Antônio Silvino, a exemplo de muitos outros, teria se tornado uma ameaça ao projeto de mudança social que vinha se intensificando naquele momento, principalmente, a partir da introdução de diversos símbolos ditos modernos. No entanto, se percebe que os jornais defendiam os interesses dos “todos poderosos” da sociedade, até porque alguns fazendeiros e políticos eram, também, donos de jornais. A título de exemplo, vemos que Christiano Lauritzen era um grande proprietário de terras, político e dono do jornal *Correio de Campina*.

Antônio Silvino fez do cangaço seu meio de vida, talvez não o tenha feito em vão. Talvez tenha feito pelo fato de querer sobreviver frente às adversidades que se apresentavam cotidianamente. E se ele conseguiu passar dezessete anos no cangaço é porque havia uma rede de solidariedade que lhe proporcionou uma maior resistência as “caçadas” policiais. Uma rede que se estendia desde as pessoas mais pobres, que silenciosamente apoiava o grupo de cangaceiros na esperança de ser vingada de ver seus opressores punidos por todo mal e desprezo que lhe dedicavam, até os mais abastados e governantes que se aproveitavam do fenômeno do cangaço para conseguir seus próprios interesses, muitas vezes envolvendo o nome do cangaceiro em suas tramas e teatralizações políticas para tentarem ganhar eleições.

As passagens de Antônio Silvino pelo Cariri paraibano deixam um rastro de história, no acervo cultural do Estado da Paraíba. A luta de Silvino é a luta de todo

um povo excluído que viu nele uma esperança de mudar sua história, viu nele um herói, um mito.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. DOCUMENTOS DO PODER PÚBLICO

Livro de Registros de Casamentos da Secretaria Paroquial de Taperoá (1911-1916).

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo então presidente da Paraíba, Antônio Alfredo da Gama e Mello, datada de 09 de junho de 1899.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo então presidente da Paraíba Antônio Alfredo de Gama e Mello, datada de 01 de maio de 1900.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo então presidente da Paraíba José Peregrino de Araújo, datada de 01 de outubro de 1903.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado pelo então presidente da Paraíba Walfredo Leal, datada de 01 de setembro de 1906.

Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri – PB, 1910, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Antônio Silvino e seus companheiros.

Processo Crime aberto junto à Primeira Vara Cível e Criminal do Júri do Fórum *Nivaldo de Farias Brito*, de São Joao do Cariri - PB, no ano de 1918, no qual consta como autora a Justiça Pública e como réu Philomeno Faria Maciel.

2. LITERATURA DE CORDEL

BARROS, Leonardo Gomes de. **Antônio Silvino, o rei dos cangaceiros**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

_____. **A Ira de Antônio Silvino**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

_____. **O nascimento de Antônio Silvino**. 1911.

_____. **A morte de Tempestade – Antônio Félix.** 1908.

_____. **As lágrimas de Antônio Silvino por Tempestade.** 1910.

BATISTA, Francisco das Chagas. **Antônio Silvino: vida, crimes e julgamento.** São Paulo: Editora Limitada, 1932.

_____. **A política de Antonio Silvino,** 1908.

_____. **A História de Antonio Silvino.** 1907.

_____. **A vida de Antônio Silvino.** 1907.

GUEDES, Antônio Batista. **O testamento de Antônio Silvino.** 1914.

SANTOS, Manoel Camilo. **Antônio Silvino.** S/D.

3. JORNAIS

Jornal A Imprensa.

Jornal A Província.

Jornal A República.

Jornal A União.

Jornal Diário de Pernambuco.

Jornal do Recife.

Jornal Estado da Parahyba.

Jornal Folha do Povo.

Jornal O Commercio.

Jornal O Estado de São Paulo.

Jornal O Malho.

Jornal O Município.

Jornal O País.

Jornal Pequeno.

4. SITES

<http://www.maispajeu.com.br/2017/02/livro-mostra-historia-do-cangaco-e.html>

<http://www.maispajeu.com.br/2017/02/livro-mostra-historia-do-cangaco-e.html>

<http://www.paraibatotal.com.br/a-paraiba/divisas>

<http://www.geocities.ws/dinoamedeiros/JovinoDinoa.html>

<http://www.geocities.ws/dinoamedeiros/JovinoDinoa.html>

<http://www.fgv.br/cpdoc>

5. ENTREVISTA

Lio Cosma de Holanda Lima, costureira aposentada de 93 anos de idade e moradora na cidade de São José dos Cordeiros. Entrevista concedida ao autor, 20 nov. 2017.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, José Luciano Queiroz. **De Pombas a Parari**: Três séculos de história. Janeiro de 2000.

_____; FARIAS, Lázaro Alves. **Estaca Zero de ontem, Assunção de hoje**: Assunção/PB: Editor, 2003.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro: Senado, 1890.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Prefácio de José Honório Rodrigues. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, Diretoria Geral de Cultura, 1980.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos: os cangaceiros do Nordeste**. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1917.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. Revista Estudos Avançados, 28 (82), 2014.

CARONE, Edgar. **A República Velha (Vol. II: Evolução Política - 1889-1930)**. São Paulo: Editora Difel, 1977.

CASTRO NEVES, Frederico de. **A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 2013.

CORREIA, Ana Paula. **Antônio Silvino: História de vida e a historiografia do cangaço (1898-1938)**. Monografia (Especialização em História do Brasil. Universidade Estadual da Paraíba). Campina Grande, 2005.

DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Antônio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito**. Natal: Cartgraf, 2012.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GRILLO, Maria Ângela de Faria. "A literatura de cordel na sala de aula." In: ABREU, Martha & SOHIET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 116-126.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994.

_____. "A Paraíba republicana: (1889-1945)". **Estrutura do poder na Paraíba**. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Rio de Janeiro: Thesaurus Editora, 1892.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LINS, Suzy das Neves. **Memória do Cangaço na Sala de aula**. Monografia (Graduação em Licenciatura em História. Universidade Aberta Vida – UNAVIDA), Campina Grande, 2008.

LUNA, Luiz. **Lampião e seus cabras**. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1963.

MAIOR, Mário Souto. **Antônio Silvino: capitão de trabuco**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2001.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do Sol**. Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil. 4. Ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2005.

MINAYO, M.C. de S. [et al] (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 2.ed. Rio de Janeiro: vozes, 1994.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernando. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba:** delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

NETO, Dorgival Terceiro. **Gente de Ontem, histórias de sempre.** João Pessoa: Edições Itacoatiara, 1991.

NUNES FILHO, Pedro. **Guerreiro Togado:** fatos históricos de Alagoa de Monteiro. Recife: Facform, 2011.

OLIVEIRA JÚNIOR, Rômulo José Francisco de. **Antonio Silvino:** De Governador dos Sertões a Governador da Detenção (1875-1944). Dissertação (Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco). Recife, 2010.

OLIVEIRA, Deuzimar Matias De. **Nas trilhas do cangaceiro Antônio Silvino:** tensões, conflitos e solidariedades na Paraíba (1897-1914). Dissertação (Mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande). Campina Grande, 2011.

PARAÍBA, Governo do Estado. Atlas do Estado da Paraíba. Editora Grafset, João Pessoa: 1965.

PERICÁS, Luíz Bernardo. **Os Cangaceiros:** ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PIMENTEL, Cristino. **Pedaços da História de Campina Grande.** Campina Grande: Editora Livraria Pedrosa, 1958.

PINHEIRO, Helder. LÚCIO, Ana Cristina Marinho. **Cordel na sala de aula.** São Paulo: Duas Cidades, 2001.

SEBRAE/PB. PRODER – Programa de Emprego e Renda. **Taperoá.** (Série Diagnóstico Socioeconômico, 13). João Pessoa, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: duas Cidades, 1977.

REGO, Jose Lins do. **Menino de Engenho**. 28. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio. 1980.

RIETVELD, Padre João Jorge. **Histórias esquecidas do catolicismo caririzeiro**. Campina Grande-PB: Maxgraf-Gráfica e Editora, 2014.

SCOTT, James C. "Formas cotidianas de resistência camponesa". Traduzido por Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. In: **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. V. 21, n. 01. Campina Grande: UFCG/PPGS, jan/jun 2002.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para História Territorial da Paraíba**. Brasília: Senado Federal, 1982.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Traduzido por Rosaura Eichemberg. 3ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. "Prefácio". In: **A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade**. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-14.

Wiesebron. Marianne L. **Cangaço e política**: a época de Antônio Silvino na imprensa. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. N. 6. Dezembro de 1996.